

Rafael Luiz Maschio

**SOB A PENA DO ESCRIVÃO:
DISCURSOS E GÊNERO NOS INQUÉRITOS POLICIAIS DE
CRIME DE VIOLÊNCIA CONJUGAL EM ITAJAÍ (1998 - 2010)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dra. Janine Gomes da Silva.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maschio, Rafael Luiz

Sob a pena do escrivão: : Discurso e gênero nos
inquéritos policiais de crime de violência conjugal em
Itajai. (1998 - 2010) / Rafael Luiz Maschio ; orientadora,
Janine Gomes da Silva - Florianópolis, SC, 2015.
136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História. 3. Gênero. 4. Violência
conjugal. 5. Delegacia de Proteção As mulheres. I. Silva,
Janine Gomes da . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

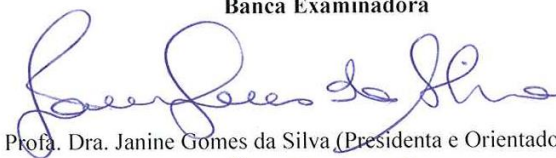
Sob a pena do escrivão: discursos e gênero nos inquéritos policiais de crime de violência conjugal em Itajaí (1998-2010)

Rafael Luiz Maschio

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora



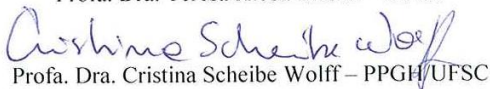
Profa. Dra. Janine Gomes da Silva (Presidenta e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Maria Beatriz Nader – UFES



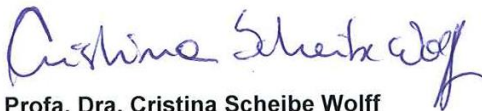
Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa – UFSC



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella (suplente interno) – UFSC

Profa. Dra. Marlene de Fáveri (suplente externo) – UDESC



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 25 de fevereiro de 2016

Dedico esta dissertação à minha mãe Rosa (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu pai, por estar sempre presente - mesmo que seja em pensamentos e orações - nas minhas conquistas.

À Universidade Federal de Santa Catarina, na figura de seus servidores - técnicos, professores e demais funcionários - pela acolhida e oportunidade. Especialmente, agradeço à Professora Doutora Janine Gomes da Silva, minha orientadora, pela paciência e auxílio na realização da pesquisa e também pelas preciosas dicas e referências que colaboraram para a estrutura deste trabalho. Obrigado professora: lembro-me ainda do primeiro dia de aula, como aluno ouvinte e aspirante a pós-graduando, ansioso pela nova empreitada.

Ao meu amigo e irmão José Rada Neto. A casa amarela vai sempre ser lembrada como a minha casa, um lugar que foi meu e onde vivi muitas alegrias e ótimas histórias. Muito obrigado, meu amigo, pela oportunidade de eu poder realizar meu sonho com maior conforto e com o prazer de estar ao lado dos grandes amigos. Temos muito mais histórias para compartilhar, ainda bem!

Da Delegacia de Polícia, quero agradecer à delegada Tatiana Bressane de Oliveira, pois, desde o primeiro contato com meu projeto, ela abriu, literalmente, as portas da instituição para que a pesquisa fosse realizada. Obrigado, Delegada Tati, pela oportunidade e por ser esta pessoa maravilhosa.

Agradeço especialmente à minha companheira Cristiana Santana. Muito obrigado Cris! Quero agradecer também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, tenham participado deste importante movimento que foi a realização do curso de Mestrado em História Cultural pela UFSC.

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
Eu corro solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar
A mão pra mim
E quando tua mãe ligar
Eu capricho no esculacho
Digo que é mimado
Que é cheio de denço
Mal acostumado
Tem nada no quengo
Deita, vira e dorme rapidim
Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Mão, cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de muá? Jamé, mané!
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim*

Elza Soares

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa compreende a investigação e a análise dos discursos produzidos nos inquéritos policiais de crime de lesão corporal instaurados na Delegacia de Proteção às Mulheres na cidade de Itajaí, após a implantação da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), no ano de 2006. Criada por conta das pressões e lutas exercidas pelos diversos movimentos feministas e grupos de mulheres, a Lei Maria da Penha é um dos avanços sociais, juntamente com as delegacias especializadas, mais significativos no combate e enfrentamento das violências conjugais. Neste sentido, foram consultados inquéritos policiais de lesão corporal de homens contra mulheres que mantinham ou mantiveram uma relação afetiva e conjugal, instaurados na Delegacia de Proteção às Mulheres de Itajaí (DPCAMI) entre os anos de 2006 a 2010, ou seja, nos primeiros quatro anos da entrada em vigor da referida legislação. É importante destacar que, apesar da pesquisa documental abranger os anos de 2006 a 2010, faz-se necessário recuar até o ano de 1998, a fim de localizar o surgimento da DPCAMI na cidade de Itajaí e o contexto de lutas e pautas em relação às mulheres em situação de violência. Nos inquéritos policiais instaurados entre os anos de 2006 a 2010, foram selecionados 147 procedimentos, tendo como recorte a tipificação penal e a representação formal por parte das denunciantes, elemento necessário para o encaminhamento do inquérito policial ao Poder Judiciário para a fase processual. O objetivo é compreender a construção das relações assimétricas de gênero nos discursos e a constituição das percepções das violências e dos agressores por estas mulheres. Analisa-se neste estudo também, a partir dos interrogatórios dos indiciados, a masculinidade exercida por estes, percebendo como discursos que constroem e derivam práticas nas relações de gênero especialmente na esfera afetiva conjugal. Ao estabelecer estas narrativas como discursos que constroem realidades, procura-se identificar, por meio do estudo de

motivos e justificativas para as violências, os significados de gênero ali engendrados, assim como as relações de poder que os produzem e que são produzidas.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Gênero. Relações de poder. Masculinidade.

ABSTRACT

The aim of this research comprises research and analysis of the statements made in police investigations of personal injury crime brought in the Protection Police Women in the city of Itajaí, after the implementation of Law 11.340 (Maria da Penha Law), in the year 2006. Built on account of the pressures and struggles carried out by various feminist movements and women's groups, the Maria da Penha Law is one of the most significant social advances for fighting and coping with domestic violence. In this regard, police investigations of injury of men against women were consulted, that maintained or kept an affective and conjugal relationship, initiated as a Police Protection Women of Itajaí between the years 2006-2010, ie in the first five years force of the law. The total surveyed, 147 procedures were selected as having cut the criminalization and formal representation on the part of the complainants, necessary element for conveying the police investigation to the judiciary to procedural stage. In these documents, first analyze the reports of the complainants in order to understand the construction of asymmetric gender relations produced by the speeches and the formation of perceptions of violence and perpetrators of these women. Analyze too, from the interrogation of the accused, the discursive construction of masculinity, perceiving them as discourses that construct and derive practices on gender relations especially in marital affective sphere. By establishing these narratives and discourses that construct realities, I try to identify through reasons and justifications for violence in the domestic sphere there engendered gender meanings as well as the power relations that produce them. Moreover, the police investigations provide objective elements of the profiles of those involved as education, age and occupation, which translate in a way, who are those guys who will go through the procedural history in the judiciary.

Keywords: Violence against women. Gender. Power relations. Masculinities.

LISTA DE ABREVIATURAS

BO	Boletim de Ocorrência
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CP	Código Penal
DPCAMI	Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IP	Inquérito Policial
JECRIM	Juizado Especial Criminal
LMP	Lei Maria da Penha
TC	Termo Circunstanciado

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Boletins de ocorrência instaurados - DPCAMI.....	42
Quadro 2 - Número de procedimentos instaurados na DPCAMI Itajaí - (1998 - 2005).....	57
Quadro 3 - Local onde as mulheres relatam ter sofrido as violências ...	89
Quadro 4 - Escolarização dos indiciados	117
Quadro 5 - Ocupação dos indiciados com base na escolaridade/Braçal e Fundamental	118
Quadro 5 - Ocupações Ensino Médio/Técnico.....	119
Quadro 5 - Ocupações de Ensino Superior.....	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Motivos apresentados pelas mulheres para justificar a agressão	80
Figura 2 - Idade dos indiciados	117
Figura 3 - Participação dos acusados	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1.....	39
1 AS INSTITUCIONALIZAÇÕES DOS CRIMES CONTRA AS MULHERES.....	39
1.1 A DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER DE ITAJAÍ....	40
1.2 O RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	43
1.3 O USO DE INQUÉRITOS POLICIAIS ENQUANTO FONTE	69
CAPÍTULO 2.....	77
2 A (DES)CONSTRUÇÃO DOS AGRESSORES: O CIÚME, O VÍCIO, A REJEIÇÃO.....	77
2.1 A REJEIÇÃO OU SENTIMENTO DE POSSE.....	82
2.2 O VÍCIO	86
2.3 O CIÚME	99
CAPÍTULO 3.....	113
3 MASCULINIDADE E AS CONSTRUÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO PELOS INDICIADOS	113
3.1 DISCURSOS E MASCULINIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS E CONJUGAIS.....	114
3.2 O PERFIL DOS INDICIADOS.....	116
3.3 AS VERSÕES DOS INDICIADOS	119
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES.....	171
APÊNDICE A - TOTAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS NA DPCAMI (2006-2010).....	171
APÊNDICE B - NÚMEROS ABSOLUTOS: MOTIVOS APRESENTADOS PELAS VÍTIMAS PARA AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS.....	172
APÊNDICE C - OCUPAÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	173
APÊNDICE E - IDADE DAS ANUNCIANTES	175

ANEXOS.....	177
ANEXO A - LAUDO PERICIAL DE LESÃO CORPORAL.....	177
ANEXO B - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL.....	178
ANEXO C - PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	179

INTRODUÇÃO

A violência de gênero, especialmente as violências denunciadas pelas mulheres no espaço doméstico e nas relações conjugais, há muito tempo vem sendo alvo de pesquisas acadêmicas e de políticas públicas para o combate e seu enfrentamento.

Como agente de Polícia Civil do estado de Santa Catarina, constatei que essa modalidade de violência tem números expressivos nas estatísticas policiais, apesar do recrudescimento da legislação a partir da criação da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), sancionada em agosto de 2006. Meu interesse pelo tema surgiu no ano de 2007, quando assumi a função de escrivão *ad hoc*, trabalhando especificamente com inquéritos policiais de violência doméstica enquadrados na Lei Maria da Penha. Tendo como tarefa por “a termo”¹ as declarações de mulheres e homens envolvidos em relações afetivas conjugais violentas, verifiquei que nesses depoimentos, além das violências sofridas e cometidas, muitas outras “histórias” eram contadas. Ao ouvir as pessoas, homens e mulheres, pude perceber que nos motivos e justificativas apresentados pelos envolvidos as violências foram, não raras vezes, camufladas e invisibilizadas pelas posições e significados de gênero ali colocados por meio de discursos hierarquizados e masculinizados. Nestes, pude perceber que as violências cometidas partiam do princípio das diferenças entre homens e mulheres naquelas relações, fomentadas principalmente pela dominação do masculino sobre o feminino.

Minhas dúvidas e problemas em relação às violências de gênero surgiram com o questionamento de que, mesmo com a implantação de uma lei mais rigorosa, estas violências continuariam a serem praticadas. Mas sob qual justificativa? Por que permaneciam? Mesmo com um projeto de igualdade entre os gêneros, por que as diferenças eram tão evidenciadas naquelas narrativas? Sendo assim, decidi analisar estas falas na delegacia com o objetivo de compreender quais as relações de poder, e quais saberes eram dispostos nessas falas, aparentemente objetivas, e que tinham como escopo apurar a veracidade das ações denunciadas como violências. Além disso, chamou atenção a minha própria experiência na atividade cartorária na condução desses inquéritos policiais. Minha função é ouvir as declarações e colocá-las a termo, o que significa transcrever estas falas para uma linguagem escrita e formal, dando sentido e coerência para a narrativa, na ingrata tarefa de

¹ Transcrever as declarações dos envolvidos em depoimento.

torná-la inteligível para os técnicos e membros do Poder Judiciário e Ministério Público em sua fase processual. Na prática judiciária, os inquéritos policiais têm a intenção de produzir um texto escrito, de maneira mais aproximada possível, sobre como os fatos ali narrados realmente aconteceram. Porém, assim como é na história, essas falas fazem uma interlocução com aquele que não participou dos fatos, mas que tem a tarefa de reproduzi-los, neste caso o escrivão de polícia. Dessa forma, percebi que minhas perguntas, nas sequências em que eram feitas e as formas e palavras escolhidas para construir a narrativa também apareciam no texto, ou melhor, deixavam transparecer os jogos discursivos de gênero, as diferenças de papéis sociais, comportamentos e seus limites.

Ao me candidatar ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, propus pensar como as diferenças e assimetrias de gênero eram colocadas em narrativas na Delegacia Especializada de Proteção à Mulher de Itajaí, cidade onde resido e atuo profissionalmente, mais precisamente nos inquéritos policiais a partir da Lei nº 11.340/2006. O uso da documentação policial como fonte de pesquisas históricas não é recente e faz parte de uma ampliação historiográfica no que diz respeito aos objetos abordados e suas reservas documentais. Desde o fim da década de 1970 aumentou significativamente o uso de documentos policiais e processos criminais como fontes de pesquisa, trazendo inovações para o campo historiográfico e o acesso às informações sobre o cotidiano de sujeitos invisibilizados pelas fontes tradicionais. Conforme escreveu a pesquisadora Tassiara Kich (2010, s/p):

[...] as possibilidades de usos dos processos criminais tornam-se imensas, visto que os estudos podem enfocar diferentes personagens, espaços ou recortes das transformações existentes. Tanto fatos ou pessoas conhecidas, como o contrário; tanto cidades populosas, como pequenos lugarejos, além de ocorrências muito antigas, como as mais atuais, Independente da classe social dos envolvidos, os processos criminais contém dados a respeito de pessoas, as quais podem ser abordadas qualitativamente ou quantitativamente.

Trabalhar com os inquéritos policiais permite ao historiador:

[...] analisar questões referentes ao aspecto cultural, social e econômico de um determinado meio, estudar o cotidiano, as normas e padrões impostas pela sociedade, assim como entender o que é permitido e reprimido nos comportamentos dos indivíduos. (RIBEIRO, 1997, p. 70).

Com efeito, ao pensar as relações de gênero por meio da análise dos inquéritos policiais de violência doméstica, almejo identificar os padrões de comportamentos socialmente aceitos, além dos discursos normativos e representações de mulheres e homens envolvidos nas relações afetivas conjugais. Historiadores como Sidney Chalhoub (2012) e Boris Fausto (1984) foram alguns dos precursores que dialogaram com a documentação policial-judicial e são referências nesta pesquisa no trato com a documentação pesquisada.

Entretanto, os crimes contra as mulheres são variados e tipificados por meio de vários artigos do Código Penal (CP) adaptados para a Lei Maria da Penha. Optei trabalhar com os inquéritos policiais de violência física, conforme dispõe o art. 7º, inciso primeiro da Lei nº 11.340², ou como é conhecido art. 129 do CP, tipificado pelo sistema da segurança pública como lesão corporal contra mulher.

Escolhi este tipo de violência por três fatores: primeiro pela ocorrência desses casos na estatística policial, tendo em vista que os crimes de violência física foram os mais numerosos³; segundo, pelas ambivalências apresentadas nos depoimentos, já que se trata de um crime com uma materialidade objetiva (marcas, hematomas e lesões comprovadas pelos exames de corpo de delito produzidos pelo Instituto Médico Legal, conforme o ANEXO A deste estudo); o terceiro motivo é que este tipo de violência somente passou a ser apurado com a aplicação da Lei Maria da Penha, sendo anteriormente considerado crime de menor potencial ofensivo, mesmo sendo praticado contra mulher e em âmbito doméstico, apreciados e julgados a partir de outra lógica jurídica.

² “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.” Decreto-Lei nº 11.340. 07 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

³ Os dados integrais com os números de inquéritos policiais de cada tipificação penal estão na Tabela 1. APÊNDICE A.

Escolhida a tipificação penal para pensar as relações violentas de gênero, debrucei-me sobre o corpo documental selecionando os procedimentos policiais que se enquadravam como violência física praticada por homens contra mulheres. Mesmo assim, os crimes de violência física contra mulheres ainda apresentavam outros arranjos, como: violências de pai contra filhas e outras variações parentais, ou não envolvendo homens e mulheres em relações afetivas ou conjugais. Mais uma, vez optei por escolher aqueles procedimentos em que os envolvidos mantinham ou mantiveram uma relação conjugal, pensando conjugalidade como “projeto afetivo/emocional de duas pessoas, não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filho” (GROSSI, 1998, p. 298), ou mesmo aqueles que não estão mais envolvidos afetivamente como ex-namorados, ex-maridos, ex-noivos, ex-companheira. Ainda, sendo o inquérito policial uma peça que antecede o processo criminal que tramitará no Tribunal de Justiça e, sendo crime de violência física condicionada a representação criminal (ANEXO B), restringi o recorte para aqueles procedimentos em que as vítimas manifestavam o interesse em representar criminalmente contra seus agressores e a autorização em transformar o procedimento policial em processo criminal.

Apesar de a escolha das fontes partir da documentação produzida em 2006, para esta pesquisa foi necessário recuar o recorte temporal para o ano de 1998, já que esse momento corresponde ao ano de criação da Delegacia de Proteção às Mulheres de Itajaí (DPCAMI)⁴, a qual passaria a atender as ocorrências que envolvessem mulheres em situação de violência e onde as fontes foram produzidas, mas também pela necessidade de destacarmos os processos e discussões que culminariam na Lei Maria da Penha.

Naquele momento, em Santa Catarina, à frente da Secretaria de Estado da Segurança Pública encontrava-se a Delegada Lúcia Maria Stefanovich, primeira delegada mulher do estado, além de ser também a

⁴ DPCAMI é a sigla oficial utilizada no Estado de Santa Catarina. Significa Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso. As delegacias especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência tiveram diversas nomenclaturas. Em seu início, eram chamadas de Delegacia de Defesa das Mulheres (DDM) e outras nomenclaturas. Recentemente, estas delegacias foram incluindo em suas atribuições também o atendimento à criança e ao adolescente, e também ao idoso, com a promulgação do Estatuto do Idoso, em 2003, por meio da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

primeira mulher a comandar uma Secretaria de Segurança Pública no país⁵. Além do mais, é importante destacar a função das delegacias especializadas no atendimento às mulheres antes de uma legislação específica, e justificar metodologicamente, por não trabalhar com procedimentos instaurados antes da Lei nº 11.340.

Tendo suas portas abertas em agosto de 1998, o funcionamento dessa delegacia estava vinculada à Lei nº 9.099. Referente aos crimes de ameaça⁶ e lesão corporal, os procedimentos, quase em sua totalidade, eram realizados nos Juizados Especiais Criminais, assunto do qual falarei no primeiro capítulo. Dessa maneira a documentação encontrada na delegacia referente ao artigo penal, ora recortada nesta pesquisa, foram apenas os boletins de ocorrência e os termos de audiência para o comparecimento dos envolvidos. Naquele momento específico, os crimes considerados de menor potencial ofensivo, não interessando suas especificidades de gênero ou familiar, eram apurados por meio de termos circunstanciados e não por meio de inquéritos policiais. Sendo assim, não retirando a importância daqueles procedimentos como fonte histórica, o mais importante nesta pesquisa são as falas de vítimas e indiciados na delegacia, o que só aconteceria a partir da promulgação da Lei nº 11.340 em agosto de 2006, e com a instauração de inquéritos policiais para a apuração do crime de lesão corporal e ameaça contra a mulher⁷.

Conforme dito acima, nesses inquéritos, os conteúdos a serem analisados são os depoimentos de mulheres e homens envolvidos nessas relações violentas, isto é, como as narrativas de violências de gênero são construídas discursivamente e como esses envolvidos se posicionam e são posicionados nessas falas. Destaco que utilizo nesta pesquisa o conceito de violência de gênero, entendendo a violência como consequência dos significados e representações das diferenças corporais (PEDRO, 2005).

⁵ Disponível em:

<http://www.policiacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6853:28-delegacias-especializadas-para-mulheres-no-estado-oferecem-atendimento-voltado-para-este-publico&catid=85:destaque&Itemid=131>. Acesso em: 8 mar 2014.

⁶ Artigo 147 do Código Penal Brasileiro.

⁷ Nomenclaturas utilizadas nos registros de boletins de ocorrência.

Busco então, nas análises das fontes, perceber como as relações de gênero são constituídas no processo da denúncia da violência nas uniões afetivo conjugais, por meio das falas de mulheres e homens, tendo em vista que os discursos de gênero são pensados em seu aspecto relacional, reconhecendo, portanto, relações de poder entre mulheres e homens. Para isso, trabalho com a noção de gênero conforme Joann Scott (1990), para quem gênero é um elemento característico das relações sociais em todas as suas dimensões, sendo essas relações fundadas sobre as diferenças sexuais e também considerando este elemento como uma forma primeira de significar as relações de poder.

Os estudos de gênero são de fundamental importância para pensarmos a construção discursiva do indiciado, da violência e da própria vítima. Nos depoimentos e interrogatórios do inquérito policial, as uniões conjugais são colocadas partindo de modelos de comportamentos e de condutas que permitem inferir sobre essas diferenças sexuais que produzem o jogo de gênero. Portanto, essas diferenças sexuais e sua organização atravessam as mais variadas dimensões sociais e são projetadas nos discursos que constituem essas narrativas de culpa e inocência. Para pensar as questões de gênero, as leituras de Joann Scott (1990) e Teresa de Lauretis (1994), além de outras pesquisadoras, como Rachel Soihet (1984; 2012), Mariza Correa (1983), Joana Maria Pedro (2005; 2012) e Miriam Pilar Grossi (1998) são essenciais na compreensão do tema.

Além da perspectiva de gênero, foi necessário escolher como analisar as fontes selecionadas e qual a base teórica para pensar essas narrativas. A fim de dar conta das falas desses sujeitos, então, defini tomar essas narrativas a partir da análise de discurso, ou seja, analisar estes processos nos quais aquelas mulheres e aqueles homens, por meio das suas falas, constituem a si mesmos e constituem o outro, de maneira a relacionar os processos discursivos e determinada realidade. Entendo por discurso, uma prática de produção de sentido diretamente ligada às condições e circunstâncias que são produzidas (ORLANDI, 2012), no caso específico desta pesquisa: as narrativas contidas nos inquéritos policiais.

A utilização da noção de discurso para destacar a constituição dos sujeitos por meio do aspecto relacional entra em sintonia com essa organização das diferenças, focando na participação de mulheres e homens na produção de sentidos e na construção de significados dessas relações conjugais violentas. Além da categoria de gênero, para compreendermos essas narrativas contidas nesses inquéritos policiais, é preciso tomá-las como processos discursivos, onde esses sujeitos se

constituem e são constituídos. Para operacionalizar o conceito de discurso, autores como Michel Foucault (2004; 2012; 2014) e Eni Orlandi (2012) são fundamentais para as análises discursivas, já que enfatizam o aspecto relacional dos sujeitos nas produções de sentidos, assim como a importância das condições históricas e culturais para essas produções. Segundo esses autores, o discurso é o local onde poder e saber se articulam, mas “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos se apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10). Em outras palavras, ao utilizar a noção de discurso para a análise das narrativas nos inquéritos policiais, o objetivo é compreender as lutas discursivas em torno das posições de gênero nas relações afetivas conjugais.

Sendo assim, dos 758 procedimentos de violência física pesquisados, foram selecionados 147 inquéritos policiais enquadrados no recorte adotado, organizados e divididos entre vítimas e indiciados⁸, que trabalharei em capítulos separados. Apesar da divisão, é importante ressaltar que trabalharei a partir do aspecto relacional imbuído nessas falas que, na prática, produzem mais sentido ao outro do que de si. Outro fator importante no recorte das fontes é o fato de que são esses 147 inquéritos policiais que irão dar origem aos processos criminais na esfera do Judiciário. Em cinco anos da LMP e 758 denúncias de violência física, apenas 147 se transformaram em processos crimes, que serão apreciados e julgados pelo Poder Judiciário, ou seja, os outros 611 procedimentos policiais serão arquivados na esfera policial, seja por iniciativa da vítima ou por outros motivos, como a não localização da denunciante ou do indiciado no endereço informado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, irei abordar como se deram os processos históricos que culminaram na criação da Lei Maria da Penha, passando pelos grupos reflexivos de atendimentos às

⁸ Ao longo deste pesquisa utilizarei os termos "vítimas" e "indiciados" para me referir às mulheres e homens envolvidos em relações conjugais violentas. Utilizarei também "denunciante" para me referir à mulher e "acusado" ou "agressor" para me referir ao homem. Entretanto, ao utilizar tais termos, não os faço partindo da lógica da vitimização feminina, tendo em vista que entendo que essas também são empoderadas no ato da denúncia, sendo que essas, muitas vezes, fazem parte do jogo conjugal, de estratégias para a renegociação da conjugalidade.

mulheres em situação de violência e pelas delegacias especializadas no atendimento às vítimas.

Neste primeiro capítulo, abordo algumas ações dos movimentos feministas desde o início do século XX, mas principalmente o chamado movimento de segunda onda, que surgiu com novas pautas de lutas, a partir da década de 1960. Relevante para este processo de cristalização desse movimento, foi a difusão pela mídia aos casos de homicídios de mulheres da classe média brasileira, levantando questionamentos sobre a dominação masculina nas relações de gênero na esfera conjugal, levando em consideração a absolvição dos acusados em grande parte destes casos. Como um dos resultados, a partir das experiências daquelas mulheres nos grupos de reflexão e a dificuldade de denunciar a violência conjugal, termo utilizado neste momento, em meados da década de 1980 foram surgindo no país as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs). Sendo implementadas primeiramente na capital paulista (1985), essas instituições foram se multiplicando, totalizando hoje aproximadamente 403 unidades nos 27 estados da federação e no Distrito Federal (PASINATO; SANTOS, 2008). Ao pensar nas delegacias especializadas, retomo a importância dessas unidades no contexto da consolidação de algumas das bandeiras feministas, e como as funções e atribuições dessas delegacias foram se transformando até a implantação da Lei Maria da Penha.

Mesmo com um local específico para o registro e apuração das denúncias de crimes contra mulheres, as delegacias especializadas foram muito criticadas, principalmente pelas práticas e cultura policial no Brasil, fazendo com que tais denúncias não chegassem até o Poder Judiciário e ao Ministério Público, reiterando a invisibilidade jurídica e sociocultural dessas violências. Sendo assim, por meio de uma instrumentalização judiciária, foram criados os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), pela Lei nº 9.099 de 2005, sobre a qual também discorrerei no primeiro capítulo com maior minúcia. Esses juizados foram criados para receber, com maior celeridade e eficiência, no sentido de penalização, as denúncias de violências domésticas e as ameaças e lesões corporais, além de outros delitos considerados contravenções penais.

Na cidade de Itajaí, cenário desta pesquisa, a delegacia de atendimento às mulheres em situação de violência abriu suas portas justamente antes da criação da Lei nº 11.340, mais exatamente em 1998. Referindo-se especificamente aos crimes contra as mulheres, a Lei de Contravenções Penais, ou Lei nº 9.099, foi muito criticada pela proposta conciliatória que esta legislação apresentava.

Com a Lei de Contravenções Penais, as Delegacias de Proteção às Mulheres e, obviamente a DPCAMI de Itajaí, tornar-se-iam somente veículos de entrega de intimações e ordenamento das audiências na esfera do Judiciário. Segundo Carmen Hein de Campos:

[...] a Lei 9.099 não inaugura um procedimento novo, apenas desloca a conciliação informal da delegacia de polícia para o poder Judiciário, dotando-lhe de caráter e forma por ser agora feita diante do juiz que tem poderes legalmente constituídos para tal. (CAMPOS apud OLIVEIRA, 2006, p. 152).

Na DPCAMI, obedecendo ao rito processual, as vítimas apenas realizavam o boletim de ocorrência e, após alguns dias, eram intimadas a comparecerem à delegacia e formalizarem a denúncia por meio do termo de comparecimento. A partir desse momento, os desdobramentos ocorreriam no Judiciário, nos Juizados Especiais Criminais.

No caso dos crimes de violência de gênero, principalmente em relações afetivas e conjugais, houve um desaparelhamento para a atuação nesses crimes, no que diz respeito à atuação das delegacias especializadas. Os trabalhos nas delegacias, que operavam por meio de uma lógica de (re) negociação do pacto conjugal, muito criticada pelos movimentos e grupos de mulheres até meados da década de 1990, mediavam uma conciliação dos conflitos com o objetivo de composição da unidade familiar de maneira informal. Segundo Moraes e Sorja (2009, p. 16):

Do ponto de vista da agenda feminista, mais inesperado ainda foi a institucionalização dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), regulamentados através da Lei 9.099 [...]. Foram concebidos para promover a mediação entre as partes envolvidas em conflitos interpessoais, facilitando acordos entre vítimas e agressores. [...]. Desta forma, a violência conjugal foi considerada um crime de menor gravidade no qual as punição aos agressores, em geral, se limitavam ao fornecimento de cestas básicas, serviços prestados à comunidade, participação em grupos terapêuticos etc.

Mesmo as negociações, passando da arena policial e indo para outro espaço, no caso os JECRIMs⁹, alguns trabalhos reforçam a insatisfação de determinados movimentos sociais com a administração desses conflitos no Judiciário e, consequentemente, a eficácia da intervenção policial para esse mesmo grupo. (DEBERT, 2007; LAGE, 2007; SORJ, 2009). Conforme exposto acima, as delegacias especializadas sofreriam um impacto no tocante às rotinas no atendimento às vítimas e também nas conduções destas denúncias no campo pré-processual e jurídico.

Acerca da criação da Lei Maria da Penha, discutirei as mudanças efetivas na condução dos crimes contra as mulheres, agravados agora por ocorrer em âmbito doméstico e familiar. Uma destas mudanças foi o retorno de um papel mais ativo por parte das delegacias especializadas, com a elevação da pena para os crimes de violência contra as mulheres, inclusive os de ameaça e lesão corporal leve, bem como outras violências, além da violência física. Remover tais delitos no rol de contravenções penais significou a apuração desses pela instauração formal de Inquérito Policial pela autoridade policial. Com isso, há o retorno do indiciado nesses crimes à delegacia de polícia e, é claro, o retorno da fala desse nas delegacias de polícia.

A partir da Lei Maria da Penha, há a obrigatoriedade da instauração de inquérito policial e a apuração dos delitos denunciados pelas mulheres em situação de violência. Com a instauração do inquérito policial, é necessário ouvir em depoimento todos os envolvidos relacionados à denúncia, além da própria denunciante, suas testemunhas e, é claro, o indiciado.

Finalizo o primeiro apresentando as inovações da Lei Maria da Penha e o impacto dessa legislação nas delegacias especializadas. Para concluir, descrevo alguns processos históricos na constituição das violências contra as mulheres enquanto violação dos direitos humanos e a efetivação de espaços e legislações para o combate: à violência e a luta

⁹ Juizados Especiais Criminais: São espaços criados pelo Poder Judiciário para tratar dos processos enquadrados na Lei de Contravenções Penais (Lei n° 9.099/95). Como analisou Bila Sorj e Aparecida Fonseca Moraes (2009, p. 16): “Esses juizados tiveram como princípios norteadores a oralidade, a simplicidade, informalidade, celeridade, economia processual, conciliação e transação. Foram concebidos para promover a mediação entre as partes envolvidas em conflito interpessoais, facilitando acordos entre vítimas e agressores”.

pela igualdade social, econômica, política e cultural entre homens e mulheres. Além do mais, essa contextualização favorece uma maior compreensão na produção dos documentos policiais aqui observados, enquanto fontes de pesquisa, para identificarmos como as violências de gênero são concebidas na própria delegacia após a legislação de 2006. Abordo a questão da utilização de documentos policiais enquanto fonte de pesquisa histórica, o que contribuiu para o alargamento do campo de pesquisa na área das ciências humanas, principalmente em relação aos estudos de gênero, meu foco de pesquisa e o uso de documentos policiais e judiciais trouxe novidades nas análises, já que:

A produção historiográfica caracterizada por abordagens do cotidiano da sexualidade tem se tornado cada vez mais expressiva. A nova História que, entre outros aspectos, distingue-se pela incorporação de novos objetos, trouxe à luz novas fontes de pesquisa, até então desprestigiadas. Entre as principais fontes de estudos referentes à sexualidade estão os processos jurídicos, civis, criminais e eclesiásticos, proclamando as condutas e vivências sexuais. (VANINI, 2008, p. 27).

Pesquisadoras do campo dos estudos de gênero, como Mariza Correa (1983), Rachel Soihet (1984) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) foram pioneiras nos estudos de gênero a partir de fontes policiais e judiciais, lançando obras que até hoje são referências neste campo de pesquisa. Segundo Rachel Soihet (1984), na introdução da obra *Condição feminina e formas de violência*, ao utilizar as fontes policiais e judiciais:

[...] estaremos [...] coerentes com a nova perspectiva historiográfica que abandona a sua preocupação única com a história dos grandes homens e suas batalhas passando a deter-se na história dos elementos até então marginalizados: as camadas populares, suas condições de vida e de trabalho, além daqueles especialmente esquecidos: as mulheres, trabalhadoras, prostitutas, os homossexuais, as criminosas.

Intitulado *A (des) construção dos agressores: o amor, o vício, a posse*, o segundo capítulo deste estudo é onde embrenho-me nos

depoimentos das vítimas, como apresentam os seus motivos e como constituem os acusados pelas agressões. Busco compreender como os significados de gênero, ou melhor, como são operacionalizados os saberes que produzem uma distinção nos papéis sociais destas mulheres em relação aos seus agressores. A análise dessas fontes tem como objetivo descortinar, além dos marcadores sociais e intersecções culturais, aspectos fundamentais na tessitura dessas relações, e como são operacionalizadas por meio de discursos de poder. Conforme afirma a historiadora Sueann Caulfield (2000, p. 39):

Nas entrelinhas do depoimento, [é possível encontrar] evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levavam a justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados.

Entretanto, a utilização dos inquéritos policiais como fonte de pesquisa está bem distante de uma busca pela verdade nas narrativas desses sujeitos, ou mesmo de descobrir o que realmente aconteceu. Segundo o pesquisador Rafael De Tílio (2009, p. 58):

A validade do uso destas fontes específicas [...] dependerá, portanto, não exclusivamente da relação veracidade/mentira do relato frente ao ocorrido, mas sim do quanto o relato se adéqua ao considerado ideal de gênero e sexualidade que regula as relações sociais no espaço público.

Longe de descobrir o que aconteceu, a busca ocorre nos campos simbólicos e discursivos. Ao escolher os relatos dos envolvidos para a análise, procuro entendê-los como práticas discursivas que, antes de tudo, são constructos culturais onde a linguagem tem papel fundamental para a produção de sentidos que não são dados a priori e não têm ligação direta com o real, com o concreto.

Ao tomar essas narrativas como discursos ou como processos de construção de sentidos, é preciso levar em consideração o lugar e as condições de produção delas e compreender que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregados de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e

para nós” (ORLANDI, 2012, p. 20). Em outras palavras, ao tomar as falas dos envolvidos como discursos, entendo que:

[...] o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo [...], mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX apud BRANDÃO, 2012, p. 77).

Pensar essas narrativas como discursos permite compreendê-las como construções culturais em que esses dizeres:

[...] não são apenas mensagens a serem codificadas, são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. (ORLANDI, 2012, p. 30).

Assim, para compreender as narrativas, faço uso de autores como Michel Foucault e sua base teórica para pensar essas enquanto discursos que constroem e geram práticas na manutenção de uma heteronormatividade e das relações de dominação.

Como se tratam de fontes produzidas em série, trabalho com as narrativas das mulheres, tendo como base os motivos que elas apresentam como justificativas para a agressão do indiciado que, marcam tanto os discursos de poder entre os gêneros quanto uma legitimação e tolerância da violência por meio de comportamentos naturalizados, como ciúmes e o sentimento de propriedade da mulher pelo homem, ou mesmo atribuir as violências por conta do abuso no uso de álcool ou drogas ilícitas.

No último capítulo, denominado *A masculinidade e as construções das relações de gênero pelos indiciados*, retomo à análise discursiva das fontes a partir do viés do indiciado para a construção de um determinado tipo de masculinidade. Busco, então, analisar como os indiciados apresentam suas versões, estabelecendo os significados de gênero que permeiam seus discursos, por meio dos interrogatórios prestados na Delegacia de Proteção à Mulher da cidade de Itajaí. É a partir destas falas, vistas como práticas, que são constituídas a matéria

prima deste trabalho, “ênfatizando a importância da linguagem, das representações sociais culturalmente constituídas” (RAGO, 1998, p. 27) e busco compreender como são dispostas essas relações sociais específicas pela ótica dos estudos de gênero e poder.

Para entendermos estas falas, faz-se necessário articular a violência de gênero a partir de uma concepção específica de masculinidade presentes nesses discursos e entender as hierarquias de poder que estão imbricadas nesses projetos conjugais.

Os estudos sobre as masculinidades surgiram a partir da década de 1960, em consequência às múltiplas abordagens dos movimentos feministas que, neste período, ampliaram suas bandeiras de lutas abordando temas ligados ao corpo, violência contra mulheres e também sexualidade, trazendo à tona outros movimentos que vinham crescendo como os movimentos gays e lésbicas. Ao incorporar no debate as novas masculinidades e feminilidades dissonantes, ocorre uma “pluralização da experiência da masculinidade” (MONTEIRO, 2013, p. 335), surgindo questionamentos sobre as diversas posições do homem na estrutura das relações entre os gêneros e suas práticas na sociedade. Dentro desta perspectiva, estes estudos projetaram-se na dimensão de que o gênero não era somente uma questão para as mulheres, e tanto esta quanto aquela, só existe em relação estrutural com a outra (WELZER-LANG, 2004).

Nesta linha, nas décadas seguintes, os estudos sobre masculinidade se intensificaram e aprofundaram-se, gerando novas expectativas e nuances. A ideia da construção social da masculinidade se difundiu, principalmente a partir da década de 1990, com a incorporação dos estudos dos homens à tradição das teorias de gênero. Ao entender que, assim como a categoria mulher foi sendo diluída com a nova percepção de mulheres, o estudo sobre a masculinidade trouxe à tona elementos para pensarmos na pluralização das percepções da masculinidade e também nas múltiplas representações do homem nas diversas sociedades e épocas.

Para Roberto Connell (apud FIALHO, 2006, p. 4), as masculinidades são definidas como “uma configuração de prática em torno da posição do homem na estrutura das relações de gênero”, mas ressalta que há múltiplas configurações e, portanto, masculinidades em lugar de masculinidade. Todavia, pelas leituras e análises empreendidas nos inquéritos policiais, neste trabalho opta-se pelo uso de masculinidade, no singular, devido ao modelo produzido discursivamente pelos indiciados. Aplica-se nesta pesquisa, portanto, o termo masculinidade como uma determinada configuração de práticas

que posicionam o masculino como autoridade na relação conjugal e familiar¹⁰.

Sendo assim, a abordagem será a partir das falas dos homens acusados pelo crime de lesão corporal contra suas companheiras e ex-companheiras bem como identificar quem são esses homens, partindo de dados quantitativos e qualitativos dos inquéritos policiais. O objetivo é compreender nesses discursos como são operadas as assimetrias de gênero, procurando evidenciar as relações de poder, bem como a constituição de um determinado tipo de masculinidade.

As posturas discursivas ecoam pela negação das lesões conferidas às mulheres, a noção do que é ou não violência, desde aqueles que admitiram as agressões, justificando legítima defesa e, consequentemente, legitimando o papel normativo de pátrio poder, como aqueles que negam as denúncias de violências. Aos que confirmam a agressão, a apresentação dos motivos dos conflitos sugerem uma prática necessária para manutenção da ordem familiar, dando voz a interdiscursos que fornecem características de um comportamento esperados daqueles que contam suas versões produzindo enunciativos que fazem sentido àquele que ouve; aquele que traduz as palavras e histórias com uma coerência, que nada mais são que representações e práticas discursivas de um modelo socialmente aceito.

Ao justificarem suas ações, direcionam a responsabilidade da violência para a mulher, ou quando negam terem cometido, consideram suas ações como justas e, de certa forma, corretiva e necessária para o desenvolvimento de uma determinada conjugalidade. As falas reforçam papéis sexuais e a estruturação de práticas sociais em que a própria denúncia serve de base para a legitimação discursiva da violência. É importante destacar que, muito mais do que as agressões cometidas, evidenciam-se nessas falas os comportamentos da vítima e o papel do masculino para manter determinada “ordem” nas relações afetivas e conjugais.

Perpassado entre os capítulos, apresento ainda uma abordagem quantitativa, tendo em vista que os inquéritos policiais fornecem dados importantes para entendermos os perfis de vítimas e agressores, como

¹⁰ É importante destacar que, apesar de reconhecer uma masculinidade hegemônica nos discursos dos indiciados, determinados valores e comportamentos que garantem a posição do homem em detrimento da mulher nas relações afetivas e conjugais, este autor reconhece as pluralidades e diversas formas de se vivenciar o masculino nas diferentes relações sociais.

idade, escolaridade e ocupação que, em grande parte, sugerem pistas sobre o recorte de classe.

Mesmo com os desafios de se trabalhar com os inquéritos policiais, especialmente com as críticas à sua produção, é de fundamental importância a utilização desse tipo de fonte para a pesquisa histórica. Os procedimentos policiais são permeados pelas relações de gênero e poder, documentos que tratam sobre as virtudes morais de mulheres e homens, qualificando assimetricamente honestidade masculina e feminina, bem como descortinando papéis sociais e padrões de comportamentos socialmente legitimados. Portanto, pensar essas relações sociais sob a perspectiva de gênero é entender como essas relações são postas em prática por meio das narrativas dos envolvidos nessas uniões conjugais violentas. É entender como os significados de gênero são utilizados para construir as narrativas sobre a violência, o agressor e a vítima, mas também para reforçar acordos ou mudar as regras deste jogo materializado e objetivado nessas falas.

CAPÍTULO 1

1 AS INSTITUCIONALIZAÇÕES DOS CRIMES CONTRA AS MULHERES

A Lei nº 11.340, de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LPM), é a representação imediata quando nos referimos às mais variadas violências contra as mulheres, especialmente quando ocorridas na esfera afetiva-conjugal. Tal legislação é mais uma das diversas políticas públicas implementadas para tornar menos desiguais ou mais igualitárias as relações entre homens e mulheres nos diversos espaços sociais, privados ou públicos. Contudo, se neste momento conseguimos vislumbrar as violências contra as mulheres como um problema de caráter público e uma violação aos direitos humanos, isto se deve em grande parte aos esforços dos grupos de mulheres e dos movimentos feministas que trouxeram à tona as condições desiguais e hierárquicas entre mulheres e homens.

Os diversos grupos de mulheres e, de forma mais intensa, os movimentos feministas a partir de final do século XIX, influenciaram debates ampliando, além de políticas públicas, uma compreensão dos estudos das mulheres e de gênero como objetos de pesquisa no meio acadêmico. Todavia, é necessário reforçar que os movimentos de mulheres e feministas, e suas reivindicações no Brasil foram influenciadas por ideias de grupos e movimentos de outros países, principalmente a França e países anglo-saxões. Suas ideias, a partir de cada centro, foram se propagando para países da América Latina e do Sul e, neste contexto, para o Brasil. Didaticamente, os movimentos feministas são separados em duas fases chamadas de “ondas”, e cada “onda” gerou tipos específicos de lutas e prioridades com as características de cada contexto (BARRETO, 2009; PEDRO, 2005; SOIHET, 2012).

Desse modo, neste capítulo abordarei algumas características de cada uma dessas ondas e suas atuações no Brasil, bem como suas consequências na luta dos direitos das mulheres, percorrendo a trajetória para a questão específica desta pesquisa: as violências contra as mulheres em âmbito afetivo e conjugal. Abordo também como esses movimentos influenciaram o meio acadêmico, a partir da década de 1970, ampliando os estudos e pesquisas sobre as condições desiguais

entre mulheres e homens *sub judice* de uma sociedade patriarcalista¹¹ e, consequentemente, uma história das mulheres e a tomada, a partir dos anos 90, do conceito de gênero enquanto categoria de análise para as relações entre os sexos.

Paralelamente à constituição das categorias de análises como “mulher”, mulheres e gênero, identifico as principais mudanças e transformações nos códigos e legislações que tratam principalmente da posição da mulher nas relações sociais, bem como os avanços nas políticas públicas no combate e enfrentamento das violências contra mulheres. Nesse ponto, é interessante destacar que o Estado fora pressionado por duas frentes: no reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos de direitos; e as violências, como violação aos direitos humanos por comunidades e grupos internacionais na assinatura de convenções e tratados internacionais e com os movimentos feministas e grupos de mulheres que serão devidamente contemplados com a criação da LMP.

1.1 A DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER DE ITAJAÍ

A delegacia de atendimento às mulheres de Itajaí¹² foi criada no ano de 1998, doze anos após a criação da primeira delegacia especializada no estado de Santa Catarina, na capital Florianópolis, no ano de 1986. Atualmente, Santa Catarina conta com vinte e oito delegacias especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência, distribuídas nas cidades sedes de regionais. Com um quadro funcional de 15 profissionais, a DPCAMI de Itajaí conta hoje com uma delegada de polícia, uma escrivã de polícia, seis agentes, um psicólogo, uma assistente social, uma técnica administrativa, dois servidores municipais e três estagiários do curso de Direito, sendo que, dentre os agentes, está este pesquisador.

¹¹ Ao me referir ao termo “patriarcalista” ou “sociedade patriarcal”, utilizo-o tal como escreveu Lana Lage: “Modelo ideológico estruturante das relações de gênero - entendidas como relações de poder - no âmbito da família”. LAGE, LANA. Representações de e atendimento policial a mulheres vítimas de violência. In: **Revista Interthesis**, Florianópolis, v. 6, p. 68, 2005.

¹² Itajaí fica localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina, mais exatamente na margem direita da foz do Vale do Itajaí, e conta atualmente com 201.557 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2014, sendo a cidade com maior PIB e com a maior renda per capita de Santa Catarina. Dados colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

A fundação da DPCAMI de Itajaí se deu em um momento de transformação no comando da Polícia Civil, tendo em vista a nomeação de uma delegada mulher para comandar pela primeira vez a pasta da Secretaria de Estado de Segurança Pública. A ênfase dada ao fato é evidenciada seis anos depois, no próprio site da Polícia Civil, em mensagem homenageando o Dia Internacional da Mulher do ano de 2014¹³:

O trabalho especializado prestado pela Polícia Civil às mulheres é mais uma forma de atendê-las e dar o suporte necessário para protegê-las, dentro dos limites da lei. Em Santa Catarina, apenas em 2013, foram instaurados 11713 inquéritos policiais, 68 Termos Circunstanciados e 3220 Autos de Prisão em Flagrante pelas Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMIs), tendo como vítima a mulher. Estes números revelam a importância dos órgãos especializados de atendimento à mulher no contexto da Segurança Pública no Estado.

Um dos ícones da mulher policial civil é a Delegada Lúcia Maria Stefanovich: primeira delegada de polícia do Brasil em 1972, primeira Delegada Geral no País, à frente do estado catarinense, e primeira Secretária de Estado da Segurança Pública do Brasil, de 1995-1998, comandando a pasta em SC. Ela também foi precursora, no estado e no Brasil, na criação da delegacia especializada de proteção à mulher, ao menor e ao adolescente, em 1986.

Além da evocação da posição da delegada nos altos escalões do executivo estadual, a matéria apresenta alguns dados para demonstrar a eficiência e a necessidade dessas unidades, com a finalidade de

¹³ SANTA CATARINA. Delegacia Geral da Polícia Civil de Santa Catarina. **28 delegacias especializadas para mulheres no estado oferecem atendimento voltado para este público**. 07/03/2014. Disponível em: <http://www.policiacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6853:28-delegacias-especializadas-para-mulheres-no-estado-oferecem-atendimento-voltado-para-este-publico&catid=46:regiao-1&Itemid=107>. Acesso em: 10 set. 2015.

legitimar, de certa maneira, a criação e a manutenção dessas delegacias. Na cidade de Itajaí, acompanhando os números estaduais, os números de casos envolvendo violência contra as mulheres também são significativos.

Quadro 1 - Boletins de ocorrência instaurados - DPCAMI

Tipificação criminal	2013	2014	TOTAL
Ameaça	1.596	1.642	3.238
Calúnia	06	19	25
Dano	35	38	73
Difamação	4	24	28
Estupro de mulher	12	11	23
Tentativa de estupro	19	17	36
Homicídio doloso	0	3	3
Tentativa de homicídio	10	8	18
Incêndio	03	2	05
Injúria	109	91	200
Lesão corporal dolosa	745	752	1497
Outros crimes (violência doméstica)	33	15	48

Fonte: SISP - Sistema Integrado de Segurança Pública (os registros de ocorrência foram confeccionados na Central de Plantão Policial – CPP).

Os números de ocorrência envolvendo mulheres na condição de vítimas são bastante altos, como demonstrado no Quadro 1. São quase cinco mil registros de crimes contra as mulheres em apenas dois anos, o que torna a delegacia especializada a principal porta de acolhimento destas denúncias. Para tratar destes registros, a rotina da DPCAMI de Itajaí segue os parâmetros do Código de Processo Penal, além da articulação com outros serviços, como acompanhamentos psicológicos e jurídicos, por meio das orientações e encaminhamentos, sendo uma instituição central na rede de atendimento e no enfrentamento da violência contra as mulheres.

O primeiro passo é o registro de ocorrência para dar início a qualquer protocolo de atendimento. Ao realizar o registro, geralmente produzido por estagiária ou estagiário que atuam nos cursos de Direito, a denunciante fornece os dados da ocorrência como local e hora dos fatos, um breve histórico do conflito, se houve testemunhas, se foi a primeira

vez ou se houve outras situações de violência. Em seguida, elas são orientadas em relação ao procedimento para uma ação penal e as consequências, bem como acerca do prazo decadencial para representar as denúncias.

Em crimes de ação privada condicionada, tipos penais como ameaça e lesão corporal, há a necessidade de a vítima manifestar formalmente o desejo de representar criminalmente contra seu agressor para dar prosseguimento à ação penal. Caso ela não tenha feito essa escolha no momento da confecção do boletim de ocorrência, o registro tem validade de seis meses para que a vítima retorne à delegacia e dê início ao inquérito policial. Com a assinatura da representação, são tomadas as declarações da denunciante e, se necessário, o encaminhamento de medidas protetivas de urgência também facultado ao desejo da vítima.

Se houve lesão corporal, a vítima é encaminhada pela delegacia, a partir de uma guia específica para o Instituto Médico Legal, para a realização do exame de Lesão Corporal, que será anexado ao inquérito ainda na delegacia de polícia. O próximo passo é o interrogatório do indiciado, a oitiva das testemunhas indicadas pelos envolvidos para a confecção do relatório da autoridade policial e a remessa ao Poder Judiciário para então dar início à ação penal. Para entender a importância da delegacia especializada no cumprimento de suas atribuições em convergência com a LMP, é necessário compreender os processos históricos para a sua criação, bem como os movimentos e grupos que deram início ao debate e à luta no enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres.

1.2 O RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Enquanto um grupo social e organizado, os movimentos feministas se desenvolveram no Brasil a partir do fim do século XIX principalmente em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. As lutas do fim daquele século e das primeiras décadas do século XX foram agrupadas por mulheres de classe alta e urbana e com vivências em países da Europa como França e Inglaterra, ou mesmo nos Estados Unidos da América. Partindo do direito ao voto e de serem votadas como garantia de representatividade, estas mulheres buscavam uma relativa realização profissional com acesso à educação superior e voltada para outras profissões além do magistério. Além disso, os grupos e movimentos deste momento também propuseram bandeiras em

favor das mulheres trabalhadoras das classes populares, lutando por condições dignas e igualdades de direitos aos homens (SOIHET, 2012).

A partir da década de 1960 tomou corpo e entraram na pauta outras lutas e reivindicações pelos movimentos feministas e de mulheres. As lutas dos movimentos chamados de “primeira onda”, que cimentaram as discussões a respeito da emancipação e dos direitos das mulheres em relação aos homens foram de suma importância, mas foi a partir da segunda metade do século XX que foram postuladas novas aspirações para além dos direitos políticos, trabalhistas e pelo pleno acesso à educação (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2005; PEDRO, 2012; PORTO, 2002;). Segundo a historiadora Joana Maria Pedro:

[...] o feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridades às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado - entendido como poder dos homens na subordinação das mulheres. (PEDRO, 2005, p. 79).

No Brasil, esses movimentos acompanharam as transformações que o país estava sofrendo, como, por exemplo, a crescente urbanização e as lutas no campo político, tornando-as visíveis nos mais variados movimentos sociais. Assim como em outros países naquele momento, estavam surgindo resistências às políticas e regimes com ares de autoritarismo e grupos que exigiam direitos, liberdades individuais e políticas. Grosso modo, os movimentos feministas e de mulheres somariam na luta pela democracia e direitos políticos e sociais exauridos pela ditadura civil e militar instaurada no país. No bojo das reivindicações, ligavam-se temas como o corpo, a sexualidade e a violência contra a mulher, mas principalmente questionavam a opressão das mulheres pelo sistema do patriarcado, códigos de sexualidades e o uso de seus corpos, além dos valores e comportamentos ditados pela sociedade.

É significativo para entendermos os movimentos feministas considerarmos o momento histórico vivido pelo país com a ditadura civil militar. Ainda conforme a historiadora Joana Maria Pedro, no contexto do governo autoritário foi possível estabelecer três momentos distintos desses movimentos de segunda onda, sendo o primeiro:

Anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e ideias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2. a partir de 1975 com a instituição pela ONU - Organização das Nações Unidas - do Ano Internacional da Mulher, controlado pelos grupos de esquerda que lutaram pelo fim da ditadura e pela anistia; 3. a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os feminismos no Brasil e o movimento internacional. (PEDRO, 2011, p. 50).

Mas foi a partir da década de 1970 que as discussões sobre a violência contra mulher tomaram forma, destacando-se a lógica patriarcal enquanto reprodutora de uma relação baseada na exploração e dominação das mulheres pelos homens. Essas mulheres, em geral ligadas aos então movimentos sociais e também às universidades, lançaram um debate sobre a condição feminina e a dupla jornada de trabalho à qual se submetiam, mas foi a violência contra a mulher, especialmente no âmbito afetivo e conjugal, que tornou visível a luta contra as relações desiguais entre homens e mulheres e as assimetrias nas funções sociais que cada um exercia. Segundo Maria Roseli Porto:

A discussão a respeito da violência doméstica e conjugal começaram então a ganhar espaço a partir desta década, e o problema da violência, anteriormente confinado apenas ao espaço doméstico, começou a adquirir visibilidade pública ao ser tratado como violação dos direitos humanos. (PORTO, 2002, p. 26).

A aproximação dessas mulheres com o meio universitário e com os movimentos de resistência proporcionou um aumento nas produções acadêmicas que pensavam as relações entre homens e mulheres por meio da lógica patriarcal. É nesse momento que é construído o campo conceitual de “violência contra a mulher”, entendendo que havia um lugar de subordinação ocupado pelas mulheres que podia ser percebido em qualquer lugar do mundo e em diferentes períodos históricos. Naquele momento, o destaque foi o aumento da visibilidade em relação aos assassinatos de mulheres repercutidos na mídia em âmbito nacional

envolvendo principalmente mulheres e homens de classes sociais privilegiadas¹⁴. A movimentação política feminista criticava a absolvição dos acusados em grande parte dos processos, fortemente amparados sob a égide da defesa da honra masculina (GREGORI, 1993; GROSSI, 1998; LAGE, 2007; MACHADO, 2004). Segundo a pesquisadora Thaísa Borin (2007, p. 41):

O Movimento Feminista Brasileiro foi responsável por tornar pública a violência contra a mulher, principalmente a violência sexual e a doméstica. Tal mobilização se deu em função da brutalidade da violência conjugal e da impunidade dos agressores.

Com a exposição dessas violências e as sentenças absolvendo grande parte dos homens que as cometeram, diversos grupos de mulheres empenharam-se em denunciar e discutir essas violências mais especificamente ocorridas na esfera afetiva e conjugal. A antropóloga Miriam Pilar Grossi destacou que:

As lutas feministas intensificaram-se a partir do assassinado, em outubro de 1979, de Ângela Diniz por seu companheiro Doca Street, sendo que este caso refletia o fantasma que rondava a maior parte dos julgamentos de homens assassinos de mulheres: o da impunidade. Nesse período, os acusados eram condenados a dois anos ‘com sursis’, pois os argumentos da defesa sobre a legítima defesa da honra e violenta emoção amenizavam as penas dos assassinos. (GROSSI, 1998, p. 474).

A ampliação da temática da violência contra as mulheres, impulsionada com uma cobertura midiática efetiva sobre os desdobramentos e julgamentos dos casos de homicídios fortaleceu ainda mais estes movimentos. Nesse primeiro momento, sobretudo:

¹⁴ Para estes e outros casos que repercutiram na mídia de crimes contra as mulheres ver: LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz: Da legitimação à condenação social. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

Foi a denúncia do caso extremado do poder de vida e de morte dos homens sobre suas mulheres, e não a crítica à violência cotidiana e crônica contra as mulheres, a tônica capaz de repercutir na opinião pública e nas elites políticas da época. A mobilização feminista deu lugar à criação de centros e à Comissão de Violência contra a Mulher. Alguns grupos passaram a constituir grupos de SOS, oferecendo serviços dirigidos ao atendimento das mulheres vítimas de violência (MACHADO, 2004, p. 17).

Esses serviços, oferecidos por militantes e universitárias, traziam para as reuniões experiências e relatos de mulheres marcadas pela violência e dominação masculina. Além das trocas de experiências, nesses grupos eram realizadas assessorias psicológicas e jurídicas incentivando as denúncias formais e registros de ocorrência nas delegacias de polícia. Roseli Maria Porto destaca que:

[...] o tema da violência contra as mulheres começou a se fortalecer também no âmbito das políticas públicas a partir dos anos 80, quando surgiram vários grupos ligados à denúncia e ao amparo às vítimas, como o SOS Mulher, os conselhos da Condição Feminina [...]. (PORTO, 2002, p. 26-27)

Diversas iniciativas são organizadas por esses grupos, inicialmente na cidade de São Paulo, para os atendimentos às vítimas, como os SOS-Mulher e os Centros de Defesa dos Direitos da Mulher. Esses grupos não tinham ligações com o poder público e eram autônomos, tendo por objetivo atender às mulheres em situação de violência por meio de um corpo de voluntárias, do qual faziam parte as próprias mulheres que militavam nos grupos e movimentos que incluíam professoras, pesquisadoras, psicólogas e advogadas. Vale ressaltar que, apesar do distanciamento do poder público e da autonomia destes grupos, foi a partir deles que se iniciou a articulação com as instâncias governamentais, reivindicando a inclusão efetiva das mulheres e o combate e enfrentamento da violência na pauta dos governos (LAGE; NADER, 2012). A antropóloga Maria Filomena Gregori participou, entre 1982 e 1983, das atividades do SOS-Mulher da cidade de São Paulo. Segundo a pesquisadora, os grupos de SOS atendiam as mulheres

por meio de plantões de atendimento construindo grupos de reflexões e buscando a conscientização criando espaços de solidariedade. Além disso, eram oportunizadas também consultorias jurídicas para denunciar os casos de violência e acompanhá-los, prestando a assistência necessária às vítimas (GREGORI, 1993). Ainda, segundo a autora:

Abrindo as portas do SOS, as militantes entrariam em contato com as mulheres e suas histórias. Elas acreditavam que mediante esses relatos teriam os dados necessários para uma definição mais clara do atendimento. (GREGORI, 1993, p. 35).

A criação desses grupos pensaria a questão da violência partindo das experiências das vítimas, buscando a conscientização em relação às violências sofridas. Foi a partir desses grupos e da interação entre militantes, vítimas e pesquisadoras (muitas destas também militantes) de diferentes correntes ideológicas e posições políticas que se iniciaram os questionamentos e debates sobre uma condição feminina, já que muitas destas mulheres não participavam de uma mesma condição sociocultural, devido aos cortes de classe, raça/etnia e geração, além das marcações de caráter regional.

Tendo em vista essa nova linha, a construção de um sujeito universal e a-histórico, amplamente utilizada pelas militantes até fins da década de 1970, acabariam por naturalizar a condição de subordinação por meio do conceito singular de mulher. Nos anos 1980, ocorre a substituição do termo *mulher* por *mulheres*, surgindo assim o *estudo das mulheres*, influenciando fortemente os estudos nas áreas das ciências humanas e sociais. A ampliação do conceito de mulher iria colaborar com a questão da participação histórica destas já que:

A segregação social e política a que estas mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito - inclusive como sujeito da Ciência. (LOURO, 2014, p. 21).

Nesse primeiro momento, os estudos sobre as mulheres, especialmente na área da história, contemplaram as condições de vidas nos diferentes espaços e temporalidades, evidenciando as assimetrias e a dominação masculina na tentativa de demonstrar a importância histórica das mulheres na formação da sociedade brasileira. Os trabalhos, como, por exemplo, da professora Maria Odila e Rachel Soihet, ambos

lançados em 1983, retrataram o cotidiano das mulheres em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, entre o fim do século XIX e início do século XX, trazendo à tona o papel efetivo que essas cidades tiveram na urbanização e industrialização do país, contrariando a historiografia tradicional que conduziam as mulheres apenas ao espaço privado e à vida doméstica. Esses primeiros trabalhos, a partir desta nova ótica epistemológica, tiveram como função trazer um sentido político a esta categoria. Conforme Piscitelli (2002, p. 3):

As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo - as mulheres - e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação.

A consolidação do campo dos estudos das mulheres significou também uma maior clareza nas diversas expressões que eram criadas com a ampliação das pesquisas como violência conjugal, violência doméstica ou familiar. O termo *violência conjugal* foi usado para designar as violências contra mulheres na esfera conjugal, sendo substituído por *violência doméstica* em fins da década de 1980. Durante muito tempo essas expressões foram utilizadas como sinônimos, no sentido de denominar as violências sofridas pelas mulheres (PEDRO, 2005). É importante destacar que essas expressões apresentavam problemas teóricos em seus usos, já que traziam como sujeitos a relação conjugal ou a família.

A partir da década de 1990, o termo *gênero* foi sendo cunhado como categoria de análise para as relações entre os sexos, articulando-os com a noção de poder e percebendo o caráter relacional para se entender mulheres e homens. Segundo algumas estudiosas, a introdução do conceito de gênero como categoria de análise, ainda em fins da década de 1980, marca o início da terceira onda dos movimentos feministas e do fim do determinismo biológico, trazendo mais fôlego para as discussões de gênero.

Emprestado da gramática pelas ciências sociais, o termo *gênero* consolidou-se no Brasil principalmente com o artigo da historiadora estadunidense Joan Scott (1990). Nesse trabalho, Joan Scott propõe, dentre outras coisas, o caráter relacional das relações entre homens e mulheres e a noção de poder que perpassa nestas relações. Ao falarmos em gênero, segundo Scott, estamos nos referindo não só à mulheres ou

somente aos homens, mas às relações sociais construídas entre mulheres e homens. Segundo a autora, partindo de teóricos pós-estruturalistas, como Jacques Derrida, no sentido de desconstruir uma visão essencialista, universal e atemporal, é concebido que gênero são os sistemas de saberes sobre as diferenças sexuais (PEDRO, 2005) e “[...] dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos” (LOURO, 2014, p. 26).

Vale lembrar que o uso do termo *gênero* nem sempre foi esse a que nos referimos, mas foi ganhando significados variados. Inicialmente confundido com sexo, a palavra gênero significava o corpo do sujeito, portanto, mulher: gênero feminino; e homem: gênero masculino, ou seja, há ainda uma determinação biológica para os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens (PEDRO, 2005). Com o aprofundamento das pesquisas de gênero há o movimento do biológico para o social, destacando seu aspecto relacional e histórico, compreendendo que esse também pode ser entre homens ou entre mulheres, em espaço privado ou público. (BARRETO, 2009; LOURO, 2014; PEDRO, 2005; SCOTT, 1990). Para este trabalho, utilizo o conceito de violência de gênero proposto por este movimento teórico, pensando as narrativas enquanto constructo cultural das relações entre os sujeitos, narrativas que expõem significados e sujeitos engendrados¹⁵. No entanto, utilizo também o termo *violência conjugal*, significado como uma modalidade de violência de gênero.

Conforme mencionado acima, no início da década de 1980 uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas diziam respeito às mulheres em situação de violência, principalmente nas relações de conjugalidade e na esfera privada. Mesmo com as mobilizações feministas, a criação de centros de atendimento às vítimas ou mesmo grupos de conscientização, esses grupos passariam a reivindicar um reconhecimento e um esforço por parte dos poderes públicos em atenção às ações políticas como forma de combate a essas violências e assimetrias, já que apenas a conscientização das mulheres e os espaços para conversas e atendimentos não acabariam, por si só, com a violência e dominação masculina. Faltava o reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto vítimas e, mais ainda, o reconhecimento de que os comportamentos violentos dos homens fossem considerados

¹⁵ A discussão sobre gênero será abordada nas análises.

como uma violação dos direitos humanos e crimes passíveis de punições e sanções por parte do estado.

Com a busca pelo envolvimento do poder público em relação a essas demandas, foram criados os Conselhos da Condição Feminina como órgãos de consulta e de apresentação de propostas para a conquista de seus direitos. Foi a partir destes conselhos, mais especificamente o Conselho da Condição Feminina da cidade de São Paulo, que surgiram as primeiras propostas para a constituição de uma delegacia de polícia especializada que pudesse ser um local de escuta para as vítimas (MACHADO, 2004; MEDEIROS, 2012).

A criação de uma delegacia especializada tinha como objetivo sanar alguns prejuízos verificados nos diversos grupos de conscientização e apoio que atendiam as mulheres em situação de violência, como a falta de dados mais concretos e sistematizados, além de um local específico para a escuta destas denúncias já que, conforme Faria (2007, p. 4), “[...] passaram a atender a uma demanda antes reprimida que só recentemente começou a aflorar nas estatísticas policiais”.

Até a criação das delegacias especializadas, as denúncias eram realizadas em delegacias de polícia comum, ou seja, aquelas em que eram registrados todos os tipos de denúncia e crimes. Grande parte das violências envolvendo mulheres e homens em relações afetivas e conjugais eram tratadas por agentes policiais e delegados como conflitos familiares e que, como tal, tinham como objetivo ser solucionados de maneira informal, na própria delegacia ou mesmo no âmbito privado. Grande parte dos profissionais da Polícia Civil desqualificavam na denúncia esta modalidade de violência, principalmente aquelas em que aconteciam na esfera privada do lar.

Esses atos, apesar de estarem contemplados nos Títulos do Código Penal brasileiro, quando ocorriam em relações conjugais, não costumavam ser tipificados como crime, dizendo assim respeito apenas à família envolvida, e não uma questão de ordem pública. Esta atitude, generalizada na sociedade brasileira, se expressa com nitidez em ditados populares como “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. (LAGE, 2011, p. 2).

Partindo de uma visão patriarcal, as diversas violências contra as mulheres não prosseguiram com o rito processual comum a outros crimes, sendo muitas vezes resolvidas informalmente e para corrigir a estrutura familiar por meio da conciliação entre os envolvidos. Muitas dessas mulheres, quando relatavam suas experiências diziam ser ridicularizadas ou mesmo destratadas pelos agentes. Dessa maneira, a demanda dos grupos de mulheres e movimentos feministas voltou-se para a criação de políticas pelo poder público, visando a implantação de um local específico e exclusivo para o atendimento às mulheres em situação de violência.

Entendeu-se que o lugar especializado capaz de escutar a voz e a denúncia feminina e de propor e encaminhar processos que designassem os atos masculinos violências como crimes eram as delegacias [especializadas]. (MACHADO, 2010, p. 17).

Em meados da década de 1980 foram surgindo, nas grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma delegacia com a proposta de um atendimento exclusivo para as mulheres, especializado e diferenciado, com recursos humanos capacitados para um atendimento adequado às vítimas de violência ou crime sexual. Outra postura assumida na criação destas instituições foi o compromisso do Estado em dar prosseguimento nas denúncias por meio de procedimentos formais e investigações, bem como fazer chegar tais denúncias ao Poder Judiciário. Entretanto, com a abertura de mais delegacias especializadas nos anos seguintes e pesquisas que se multiplicavam sobre a atuação dessas instituições, demonstrava-se que uma parte significativa dos registros não ultrapassava as paredes dessas unidades policiais. As críticas às delegacias especializadas diziam respeito tanto a ineficiência nas apurações dos crimes por meio de inquéritos policiais morosos, mas também com a realidade da atuação da polícia judiciária no combate e enfrentamento dessas violências.

Mesmo com a criação das delegacias, e a premissa de que nestas unidades era privilegiada a atuação de agentes de segurança feminina, as denúncias ainda eram enfatizadas como conflitos familiares, servindo a polícia judiciária mais como uma reparadora por meio da mediação do arranjo familiar. Ademais, nos anos iniciais de funcionamento, essas delegacias não recebiam a mesma atenção no que diz respeito à estrutura e ao reforço de servidores pelos órgãos que administravam por

justamente serem considerados crimes “menos importantes” no contexto social, bem como serem desqualificados por aqueles que desempenhavam suas funções. A historiadora Lana Lage realizou diversas pesquisas sobre a intervenção policial e violência de gênero, tendo como foco as delegacias especializadas no estado do Rio de Janeiro, desde os momentos que antecedem a criação delas, bem como os diversos momentos no que diz respeito às suas atribuições e formas de intervenções. A pesquisadora sublinha que a desqualificação deste tipo de crime, aliada a um pensamento de tradição patriarcal, tornou o trabalho nas delegacias sem efeito, não somente por essa desqualificação de ordem jurídica “[...] como também do próprio atendimento a esses casos, considerado um trabalho sem importância, de cunho mais assistencial do que policial” (LAGE, SOUZA, 2009, p. 69).

Além disso, outro fator importante para as demandas feministas era que esses registros prosseguissem com o rito judiciário, sendo os autores julgados com o mesmo rigor de outros tipos de violência ocorridos em âmbito público (TONELI, 2009). No entanto, conforme descrito acima, constatou-se que as denúncias ficavam apenas no âmbito das delegacias e eram administradas, muitas vezes, de maneira informal entre os envolvidos e os agentes de segurança. Por meio de um viés assistencial e sem o conhecimento da complexidade desses tipos de violências, as denúncias não chegavam ao Poder Judiciário, ou seja, não havia processo crime e muito menos punição aos agressores, isso sem falar nos poucos procedimentos que chegavam arquivados na esfera judicial. Uma das demandas feministas, pensando na criação dessas especializadas, era justamente que um maior número de denúncias chegasse ao Judiciário e, é claro, que os agressores fossem julgados e condenados, responsabilizando-os pelos crimes cometidos.

Após dez anos da criação da primeira delegacia no atendimento às mulheres em situação de violência, houve transformações na legislação que afetaria diretamente as atribuições e competências no combate à violência conjugal no âmbito das delegacias especializadas. Foi proposta uma nova legislação que pudesse trazer mais eficiência e eficácia para as delegacias, bem como celeridade para que as denúncias das mulheres chegassem ao Poder Judiciário: a Lei nº 9.099.

Em 1995 foi promulgada a Lei nº 9.099 que instituiu os Juizados Especiais Criminais. Esses juizados tiveram como objetivo acelerar os processos dos delitos enquadrados como contravenções penais que, em tese, seriam crimes considerados de menor potencial e sem danos substanciais às vítimas. Na prática, a Lei nº 9.099 teve como finalidade “cercear as condutas que, [mesmo] sem se apresentar ainda lesivas ou

ofensivas, trazem em si a potencialidade de ofender ou lesar, constituindo-se em manifestações de estado perigoso” (PIMENTEL apud HERMANN, 2004, p. 111). Assim, tais tipos penais como ameaças, lesão corporal de natureza leve, dano, perturbação do sossego e outros delitos que eram considerados de menor potencial ofensivo para a vítima e a sociedade eram atribuídos penas mais brandas com até 01 ano de detenção.

Em verdade, os delitos de competência dos juizados especiais englobariam mais de 60 artigos do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais e, no Brasil, significou a promoção do acesso à justiça pela população e uma simplificação dos procedimentos, sendo que um dos principais obstáculos eram as demoras dos julgamentos por meio do moroso inquérito policial.

Crimes considerados de menor potencial ofensivo, que abarrotavam os fóruns em todo o país, como os delitos de trânsito, os crimes de ameaça, o uso de entorpecentes, a perturbação do sossego, assim como crimes patrimoniais inexpressíveis, corriam pelos juizados especiais de maneira mais célere. Essa característica de descriminalização da Lei nº 9.099/95 surgiu também devido às discussões do sistema carcerário do país e à ressocialização do agente, tendo em vista o alto grau de reincidência e a recorrente opinião de que os indivíduos encarcerados por crimes de menor potencial ofensivo seriam propensos a migrarem para outras modalidades de crimes.

Sendo assim, a Lei nº 9.099/95 tinha como objetivo:

[...] ampliar o acesso da população à justiça mediante os princípios da celeridade e economia processual, informalização e simplificação do processo, com a possibilidade de conciliação entre as partes e, na impossibilidade desta, da aplicação de penas alternativas às penas restritivas de liberdade. (IZUMINO, 2004, p. 8).

Na teoria, a Lei nº 9.099/95 criava os juizados especiais cíveis e criminais para atuarem em delitos de menor impacto ofensivo ou contravenções penais¹⁶, bem como em ações cíveis cujas causas não excedessem 40 salários mínimos.

¹⁶ A Lei de Contravenções Penais foi promulgada por meio do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, no governo do então Presidente Getúlio

Como podemos observar, a Lei nº 9.099 tinha como objetivo acabar com a informalidade das denúncias nas delegacias de polícia e garantir o acesso e a celeridade do processo na esfera do Judiciário. No entanto, a criação dos Juizados Especiais Criminais representou também uma despenalização das violências contra as mulheres. Entendemos por despenalizar:

[...] adotar processos substitutivos ou alternativos, de natureza penal ou processual, que visam, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, dificultar, evitar, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão ou sua execução ou, ainda, pelo menos, sua redução. (HERMANN, 2004, p 77).

Por meio da Lei nº 9.099/95, os Juizados Especiais Criminais tinham como referência a resolução dos conflitos, no sentido de que as audiências buscavam a conciliação e a reparação dos danos, por meio do pagamento de multas e da transação penal. No artigo 62 da referida lei:

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima **e a aplicação de pena não privativa de liberdade**. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 9.099/95, grifo nosso).

É importante deixar claro que o projeto de despenalização da Lei nº 9.099/95 abriu duas frentes de batalhas teóricas em suas críticas e afirmações. De um lado, o surgimento dos Juizados Especiais Criminais, por meio da Lei nº 9.099/95, fez parte de uma demanda de desburocratização e alternativa ao sistema jurídico tradicional que, desde a abertura política da década de 1980, vinha sendo colocado como a possibilidade de modernização da justiça brasileira, já que oferecia ao agressor a possibilidade de não ser processado na esfera criminal (DEBERT, 2006; HERMANN, 2004; ROMEIRO, 2009).

Por outro lado, a Lei dos Juizados Especiais Criminais acabou incorporando tipos penais há muito discutidos e debatidos nos movimentos feministas e pelos operadores do direito, como a

Vargas. As contravenções são as infrações penais que tem como penas prisão simples (até 01 ano de detenção) ou multas.

impunidade dos agressores e a consequente desqualificação das violências contra as mulheres, mais especificamente aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, como a ameaça ou as agressões físicas consideradas leves. Essa legislação, de certa forma, despenalizou as violências domésticas contra as mulheres, que totalizavam mais da metade da demanda atendida pelos JECRIMs e passariam a ser atendidas pelos modelos conciliatórios de solução proposta por esta legislação.

Muito criticadas, principalmente por não atenderem aos tratados internacionais que defendiam a violência contra as mulheres como violação aos direitos humanos, as posturas judiciais - polícia judiciária e Poder Judiciário - no tratamento as violências contra as mulheres tendiam a valorizar a manutenção da família em detrimento do sofrimento e das agressões sofridas pelas mulheres. Na própria delegacia, seja ela especializada ou nas chamadas delegacias comuns, comumente chamavam-se os agressores para um “puxão de orelha”, para logo depois conversar com o casal para o “ajustamento” da relação conjugal. Com isso reforçava-se a autoridade masculina sem nenhum tipo de consequência para o agressor. Na prática, a Lei nº 9.099 retrocedeu ainda mais no sentido de que esta valorização da família em detrimento da vítima era realizada agora de maneira formal, pelo Poder Judiciário, aquele que deveria condenar e punir os autores.

Os crimes de violência contra as mulheres, mesmo no âmbito das atribuições da delegacia de Proteção às mulheres, principalmente àqueles classificados como de menor potencial ofensivo (Contravenções Penais), ficariam sob a competência dos JECRIMs. Com isso, constatou-se que a grande maioria dos procedimentos que chegariam até os juizados especiais seriam de ocorrência de violência contra as mulheres, entre eles as ameaças, as lesões corporais consideradas leves e as vias de fato, que somariam a metade das queixas registradas nas delegacias especializadas.

Na Delegacia de Proteção às Mulheres de Itajaí não seria diferente. Entre 1998 e 2005 mais da metade das ocorrências encaminhadas ao JECRIMs referiam-se aos conflitos de gênero, mais especificamente àqueles conflitos relacionados às relações afetivas conjugais, tipificados como ameaça e lesão corporal conforme explicitado no Quadro 2.

Quadro 2 - Número de procedimentos instaurados na DPCAMI Itajaí - (1998 - 2005)¹⁷

ANO	TOTAL TCs	AMEAÇA/LESÃO/VIAS DE FATO	%
1998	378	237	62,69 %
1999	1010	497	59,10 %
2000	931	484	51,98 %
2001	785	388	49,29 %
2002	956	492	51,46 %
2003	1287	569	44,21 %
2004	729	344	47,18%
2005	241	126	52,28%

Fonte: Delegacia de Proteção à Mulher de Itajaí.

É importante ressaltar, frente aos números apresentados no Quadro 2, que a DPCAMI de Itajaí atende não somente aos casos de violência contra as mulheres em âmbito afetivo-conjugal, mas a todos os casos relacionados à família e também aos crimes contra as crianças e adolescentes baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), bem como aos crimes contra o idoso¹⁸ e ainda quando o autor é menor. Sendo assim, apesar da grande variedade de delitos e sujeitos atendidos pela DPCAMI, é expressivo o número de termos circunstanciados quando a vítima é mulher e o acusado homem, isso sem contar as tentativas de feminicídios e os crimes sexuais que têm como prática a instauração de inquéritos policiais, portanto, não computados no Quadro 2. Simplificando, mais da metade dos procedimentos instaurados na DPCAMI eram e ainda são relacionados às ameaças e violência física de homens contra as mulheres.

A Lei dos Juizados especiais retirou, em parte, o poder de atuação das delegacias especializadas de proteção às mulheres a partir da instauração de Termo Circunstanciado para os crimes enquadrados na

¹⁷ Apesar de esta pesquisa trabalhar com as fontes a partir de 2006, ano de início da LMP, quando os crimes de ameaça e lesão corporal se tornaram passíveis de instauração de IP, achei necessário inserir os dados quantitativos de termos circunstanciados em relação aos crimes de lesão corporal desde a abertura da DPCAMI de Itajaí, em 1998, até o início de vigência da LMP para demonstrar o elevado número de ocorrências desta tipificação penal antes de 2006.

¹⁸ Estatuto do Idoso, Decreto-Lei nº 10.741/2003.

Lei nº 9.099. Nessa nova legislação, o papel da polícia judiciária referente às contravenções penais traduziu-se em registrar o boletim de ocorrência, agendar uma audiência por meio de uma pauta confeccionada entre os JECRIMs e as delegacias, além de colher a representação criminal da vítima e um resumo da situação ocorrida. A partir deste ponto, o Termo Circunstanciado (TC) é enviado aos JECRIMs para que, no dia e hora marcados na delegacia, vítima e autor compareçam para a resolução do conflito. A aproximação da vítima e autor nos juizados especiais foram um dos objetivos propostos pela Lei de Contravenções Penais, ou seja, ampliar o acesso à justiça, sobretudo as populações de baixa renda. De acordo com Lage (2009, p. 72-3), no contexto da Lei de Contravenções Penais:

[...] a fase policial é muito breve, pois não há inquérito. A autoridade policial deve lavrar apenas um Termo Circunstanciado, que será encaminhado à justiça. Este termo deve conter o desejo da vítima em representar contra o autor do crime, bem como todos os dados do acusado e da vítima [...]

Partindo dessa ótica, os crimes de natureza leve, como lesão corporal sem sequelas e, principalmente, as ameaças contra as mulheres em âmbito afetivo-conjugal foram incorporados pela Lei de Contravenções Penais, resultando em uma “chuva” de processos de violência doméstica nos JECRIMs. No entanto, havia um consenso, principalmente entre as militantes feministas, de que os crimes praticados contra as mulheres não deveriam ser atendidos nesse juizado, mas com maior rigor no que diz respeito às punições e sentenças. Ou seja, se por um lado a Lei nº 9.099 veio com o intuito de desburocratizar a denúncia de violência contra mulheres em âmbito doméstico, fazendo chegar ao Judiciário as denúncias, por outro lado contribuiu com a reprodução das hierarquias de gênero por meio da impunidade e desqualificação desta modalidade de violência.

Desse modo, a violência contra a mulher ganhou novamente invisibilidade [...]. A mulher não é pensada como sujeito de direitos, diferentemente da DDM, onde lhe perguntam se ela irá ou não exercer seus direitos. O que importa é a conciliação do casal, que implica a dissolução da figura de vítima ou de réu, em que a vítima está

litigando pela punição de um crime no qual foi lesada. No caso da violência entre casais, a família é interpelada para resolver um problema que não deveria ter chegado no âmbito judiciário. (DEBERT, 2007, p. 329).

Após muitas críticas e debates entre os diversos grupos e movimentos feministas e de mulheres, ONGs e outras instituições nacionais e internacionais, foi sancionada a Lei nº 11.340, em 07 de agosto de 2006. Essa legislação foi uma conquista no campo legal no que diz respeito às violências contra mulheres e tem como objetivo fim introduzir relações mais igualitárias entre os sexos, dando visibilidade as assimetrias de gênero na esfera conjugal e doméstica além da vulnerabilidade histórica das mulheres em relação aos homens. Logo em seu primeiro artigo, a Lei nº 11.340 explicita seu objetivo:

Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Violência contra a mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006).

Como pudemos observar no art. 1º da Lei nº 11.340, essa lei não foi criada somente como uma resposta a Lei nº 9.099, ou mesmo apenas por pressões deflagradas pelos grupos e movimentos feministas ou de mulheres. A produção e consequente implantação dessa legislação foi realizada por meio de uma longa trajetória de discussões entre estes movimentos, mas também por meio de pressões internacionais, devido aos diversos tratados, e convenções que o Brasil ratificou desde meados da década de 1980, que passariam a considerar a violência contra mulheres uma afronta aos direitos e a dignidade humana.

Na década de 1970, foi realizada a I Conferência Mundial sobre a Mulher, e que resultou na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres¹⁹, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional em 1984 (DIAS, 2007). Esta convenção:

[...] foi o primeiro instrumento internacional que dispôs amplamente sobre os direitos humanos da mulher e teve como objetivos promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher. (DIAS, 2007, p. 28).

Em seu art. 1º, a Convenção CEDAW entendeu como discriminação contra a mulher:

Toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (CONVENÇÃO CEDAW, 1981, art. 1º).

Na década seguinte, em 1994, ocorreu a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, aprovada no Brasil em 1995. A importância desta convenção é que, a partir de sua ratificação, a violência contra a mulher, tanto na esfera pública quanto na privada, passa a ser considerada problema público, devendo o Estado obrigatoriamente agir em casos de violência baseados no gênero, além da responsabilidade de coibir e eliminar a violência contra a mulher, podendo o signatário sofrer represálias pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ou seja, o Estado passa a ser agora agente

¹⁹ Também denominada Convenção CEDAW. Ver: DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

fiscalizador e também passa a ser fiscalizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos “sob o risco de constrangimento político e moral do Estado violador” (PIOVESAN, 1998, p. 150). Além do mais, outro aspecto importante levantado pela Convenção do Belém do Pará (1994) foi a introdução do termo *gênero* no processo de construção do conceito de violência contra mulher. Ao contrário da CEDAW (1981), que utiliza a noção de discriminação baseada no sexo, o art. 1º da Convenção de 1994 compreende a violência contra a mulher “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO, 1994).

É importante destacar que estas duas convenções possuem diretrizes que responsabilizariam os signatários a adotarem medidas e ações ao combate e enfrentamento da violência. No capítulo III da Convenção de Belém do Pará, que dita os deveres dos países signatários, há referências à criação de leis específicas, além de outras ações de investigação, punição ou mesmo de caráter pedagógico para a eliminação das assimetrias de gênero. Dentre elas, algumas são consideradas fundamentais para a discussão de uma legislação específica no enfrentamento à violência de gênero, como, por exemplo:

[...] incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis. (CONVENÇÃO, 1994, art. 7º, § c);

[...] tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher. (CONVENÇÃO, 1994, art. 7º, § e);

[...] estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos. (CONVENÇÃO, 1994, art. 7º, § f);

[...] adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção. (CONVENÇÃO, 1994, art. 7º, § h);

Nestes quatro incisos da Convenção de Belém do Pará (1994), além da explícita proposta de garantir a criação de legislação própria para os crimes contra as mulheres, convém ressaltarmos o item “e”, no que diz respeito às transformações das práticas e de uma cultura jurídica que respaldava ou mesmo que tolerasse a violência de homens contra mulheres, já que tão somente legislações que abrangessem as violências contra mulheres não surtiriam resultado se não fosse modificada uma prática jurídica ainda patriarcal e sexista.

É bom lembrar que na década anterior, as críticas de militantes e de grupos e ONGs que lutavam em prol dos direitos das mulheres eram a absolvição ou mesmo a falta de uma punição plausível aos homens agressores por parte do Judiciário. Em muitos processos, sejam de homicídios ou mesmo de lesões graves, operadores da justiça tendiam a pesar a ação do homem agressor como uma resposta a transgressão da mulher e a consequente defesa da honra masculina.

Retornando ao art. 1º da Lei Maria da Penha, a redação inicial dessa legislação deixa clara a postura do Estado brasileiro em mostrar o cumprimento das diretrizes aprovadas em convenções internacionais e ratificadas pelo estado brasileiro. Porém, a novidade da Lei nº 11.340 não foi apenas para mostrar que o país estava seguindo as orientações internacionais para o combate e enfrentamento da violência de gênero. Voltando às questões internas, esta legislação veio para revitalizar o trabalho das delegacias especializadas, que haviam perdido credibilidade e espaço na apuração dos delitos, multiplicando assim suas atribuições enquanto política pública e também para transformar o papel do Poder Judiciário no atendimento aos casos de violência e dando uma resposta à sociedade no que diz respeito às punições aos agressores.

Em relação à Lei dos Juizados Especiais, que abarcava as violências contra mulheres, a Lei Maria da Penha transformou completamente o caráter da punição, transformando as contravenções, como ameaça e lesão corporal leves contra as mulheres, em crimes, aumentando a pena para três anos, ao invés de dois anos, como era tipificada no Código Penal anteriormente. Com a mudança nas penas, tais crimes passariam a ser apurados por meio de inquéritos policiais, com todas as peças, como preconiza o Código de Processo Penal. Isso significa que a polícia judiciária passaria a atuar de maneira mais participativa por meio da reunião de elementos e informações

necessárias para a apuração do delito, sendo o agressor indiciado e chamado para prestar esclarecimentos ainda na fase policial. Além disso, tais crimes, após a remessa do inquérito policial ao Poder Judiciário, passariam a ser apreciados não pelos JECRIMs, que têm como características a conciliação entre vítima e agressor, mas por meio dos juizados criminais ou especiais para atuarem na violência contra a mulher. Segundo o texto da Lei Maria da Penha:

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Na falta desses juizados, os procedimentos policiais abarcados pela Lei Maria da Penha serão apreciados em varas criminais comuns, ou seja, sem as características conciliatórias dos juizados especiais criminais. A preocupação dos legisladores com a atenção dada pelo Poder Judiciário na administração dos conflitos de gênero, em relação ao juizado de competência, foi incisiva ao ponto de proibir o encaminhamento deste tipo de denúncia aos JECRIMs. O artigo 41 da Lei nº 11.340 é claro ao dispor de que “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995” (BRASIL, 2006). Com essa resolução, a intenção foi de que as denúncias fossem apuradas criminalmente sem o aspecto conciliatório e também que houvesse a proibição de converter a punição dos agressores em pagamentos de multas ou cestas básicas. No que diz respeito à punição e responsabilização do agressor, a Lei Maria da Penha alterou completamente com o que era pensado até então, fazendo, conforme Lessa (apud TONELI; BECKER, 2009, p. 380):

[com] que o réu acusado da prática de qualquer crime resultante de violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena cominada, seja julgado por tal infração penal e, na hipótese de condenação, seja-lhe aplicada uma pena que, ainda que venha a ser substituída por pena restritiva de direitos, possa, em caso de

descumprimento injustificado, ser convertida em prisão, de modo que o apenado se sinta afligido com a sanção penal imposta e, deste modo, seja demovido da ideia de persistir na prática de infrações penais deste jaez.

Outra inovação da Lei nº 11.340 foi a definição e o reconhecimento formal e jurídico da violência de gênero nas mais diversas expressões, destacando a questão de gênero e suas configurações. No art. 5º da referida lei configura-se como violência doméstica:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A alteração do Código de Processo Penal possibilitou ao Juiz decretar a prisão preventiva do agressor quando ele oferecer risco iminente à integridade da mulher, bem como a possibilidade de afastamento do indiciado da residência ou mesmo de proibi-lo de manter contato ou aproximar-se da vítima. Sendo assim, a legislação define a vítima e delimita os crimes baseados nas desigualdades de gênero e configurações familiares mas, ao mesmo tempo, transforma a dinâmica de administração destes conflitos e do mesmo modo amplia a rede de serviços e políticas para coibir e reduzir as violências de gênero (DIAS, 2007). Essa ampliação afetou os setores de saúde e segurança pública, principalmente a Polícia Judiciária, bem como de assistência e serviço social. Essa expansão não foi originada somente pela própria legislação,

mas influenciada por novas demandas no combate a violências contra mulheres que se percebeu no início dos anos 1990.

É importante frisar a importância dos estudos de gênero para essa guinada, tendo em vista que essa noção problematiza o aspecto biológico das relações sociais evidenciando as construções da masculinidade e feminilidade e a dimensão relacional da violência (GROSSI, 1998; SCOTT, 1990). A noção de gênero contribuiu para expandir as perspectivas e para a formulação de estratégias, antes mesmo da criação da Lei Maria da Penha, e novos mecanismos para o combate da violência e também as políticas de atendimento as vítimas, estendendo as expectativas e novos papéis desempenhados pelas instituições e, é claro, às delegacias especializadas nos atendimentos as mulheres. Entendendo que a relação entre os sexos é construída socialmente, por meio de múltiplas tecnologias sociais, reproduzida em instituições como escola, família, igreja, mídia e outras, ocorreu nos anos 90 um esforço para as políticas de atendimento psicológico, tanto para vítimas como para os agressores. Para Machado (2010, p. 19):

[...] enfatiza-se, mais que nos anos oitenta, a necessidade de transformações subjetivas. Desde os anos noventa, a ideia de atendimento psicológico é reforçada e reformulada: deve ser dirigida não só às vítimas como aos agressores.

As transformações subjetivas, nas quais grupos e organizações de mulheres demandavam, giravam em torno do aspecto relacional na disposição entre os gêneros, portanto, eram uma reinterpretação das representações a respeito de comportamentos e modelos aceitos socialmente para homens e mulheres, principalmente nas relações familiares. Nesse momento não bastava apenas um local de escuta de denúncias e a consequente judicialização dessas violências mas, para interromper o ciclo e a reprodução das violências de gênero, fez-se necessário a mudança na percepção, nos olhares e sentidos no que diz respeito aos papéis sociais para uma erradicação da violência de homens contra mulheres.

Seguindo com as novidades da Lei Maria da Penha, outro dispositivo criado foram as medidas protetivas às mulheres em situação de violência para interromper, de maneira objetiva e direta, o ciclo da violência no âmbito conjugal. Nessa legislação, reserva-se um capítulo para as chamadas “Medidas Protetivas de Urgência”, garantindo à mulher, como o próprio título indica, resguardar a integridade física e

psicológica quando há eminência de novas agressões ou mesmo atentado à vida. As medidas protetivas descritas na Lei nº 11.340/06 promovem ações diretas, tanto para as vítimas quanto para seus agressores, sejam de atendimento imediato pelas diversas instâncias de acolhimento ou mesmo medidas de médio prazo que garantam às vítimas liberdade de continuarem a seguir em suas rotinas. Os arts. 23 e 24, que tratam dos direitos à ofendida, preveem:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 11.340, 2006).

As medidas protetivas (ANEXO C) podem ser requeridas pelas vítimas no ato do registro de boletim de ocorrência (BO), devendo ser encaminhadas as varas criminais para as análises do Juiz de Direito em até 48 horas após a denúncia formal. Esse encaminhamento é realizado

pela delegacia de polícia por meio da figura da autoridade policial (Delegados (as) de Polícia), acompanhada do boletim de ocorrência, representação formal e depoimento da requerente. Com o encaminhamento ao Tribunal de Justiça:

O juiz pode afastar o agressor e reconduzir a ofendida ao lar; impedir que ele se aproxime da casa, fixando limite mínimo de distância; suspender visitas e fixar alimentos. Determina a restituição de bens, suspende procuração e proíbe a venda ou locação de bens comuns. Quando a ofendida for servidora pública, tem prioridade à remoção ou, se trabalhar na iniciativa privada, é assegurada a manutenção do vínculo empregatício, por até seis meses. (DIAS, 2007, p. XX).

O trecho supracitado demonstra que as medidas de urgência institucionalizadas pela Lei Maria da Penha oferecem mecanismos de empoderamento às mulheres em situação de violência, encorajando-as a realizarem as denúncias, assim como fornecerem, de certa forma, segurança para a manutenção das denúncias. É importante sublinhar também os aspectos econômicos objetivados nessas medidas, como o reingresso ao lar e, conseqüentemente, o afastamento do agressor desse, além da garantia do direito ao trabalho às vítimas, caso haja necessidade de afastamento, quebrando a dependência material com o agressor. Estas medidas também instituem obrigações aos agressores, além do seu afastamento do lar, quando vítima e indiciado estiverem vivendo sob o mesmo teto, e da proibição de aproximação da vítima.

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 11.340/2006).

Além de todos os avanços permitidos pela implantação da Lei nº 11.340/06 supracitados, há outro ponto dessa legislação que merece destaque, principalmente para a realização deste trabalho de pesquisa: as atribuições das delegacias especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência na redação dessa legislação. Os artigos 11 e 12 da Lei Maria da Penha traçam um conjunto de protocolos para o atendimento e formalização das denúncias pelas polícias judiciárias e, principalmente, naqueles municípios que possuem delegacias de atendimento especializado. Conforme dito anteriormente, com a aplicação da Lei Maria da Penha, efetivamente para delitos como ameaça e lesão corporal, há mudanças estruturais para a formalização da denúncia e consequente processo penal. Se a Lei dos Juizados Especiais

Criminais retirava, em partes, a responsabilidade da polícia judiciária na apuração de determinados crimes, a partir de agora haveria atribuições bem definidas para as autoridades policiais em relação aos crimes de ameaça e lesão corporal contra as mulheres.

Uma das obrigações das delegacias de polícia é a instauração de inquéritos policiais para apuração dos crimes e denúncias realizada por meio de declarações de todos os envolvidos para o escrivão de polícia de maneira formal. Para esta pesquisa, a obrigatoriedade da instauração de inquéritos policiais traz a possibilidade de análises referentes às violências de gênero nas relações conjugais violentas. Com o objetivo de compreender como essas violências são contadas, são essas narrativas as principais fontes para essa pesquisa. Nesses relatos são confiados aos escrivães de polícia modos de pensar e agir, valores e normas morais e sociais, ou, como escreveu Arlette Farge (2009, p. 35):

[...] por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação as autoridades.

1.3 O USO DE INQUÉRITOS POLICIAIS ENQUANTO FONTE

O uso de arquivos policiais e judiciários como fonte de pesquisas históricas tem aumentado significativamente no campo das ciências humanas, em particular na História. O alargamento do campo de conhecimento historiográfico e das temáticas das pesquisas abriu o leque de novos objetos de investigação histórica e, conseqüentemente, de novos usos de fontes já tradicionalmente utilizadas. O campo das ciências humanas têm passado nas últimas décadas do século XX por transformações estruturais no que diz respeito aos objetos de pesquisa e suas abordagens.

Especificamente no campo historiográfico, desde a década de 70 ocorreu o que alguns historiadores têm chamado de uma fragmentação da história (BURKE, 1990; BARROS, 2012). A partir dessa fragmentação, novos domínios e novas abordagens vêm ampliando os olhares dos historiadores no tocante às relações sociais em espaços e instâncias diversas. Principalmente a partir da década de 1980, no Brasil, expandiu-se a utilização de documentos policiais e judiciais para a produção histórica. A ampliação dos estudos relacionados aos negros,

mulheres, classes populares e trabalhadoras que, tradicionalmente, não faziam parte da documentação oficial e conservadora, criou a emergência de buscar novas fontes de informações sobre esses grupos nos mais variados espaços e instâncias. Diários pessoais, fotografias, jornais e, especificamente, documentos policiais e judiciais apresentavam estes “novos” sujeitos na tessitura social brasileira. Segundo Keila Grinberg (2009, p. 121):

[...] não é de hoje que historiadores vêm usando processos criminais com fonte para análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria justiça e seus agentes em diversas temporalidades.

Um dos pioneiros na área foi o historiador Boris Fausto, por meio da sua obra *Crime e cotidiano* (1984), em que ele analisou o crime e o fenômeno da criminalidade em São Paulo, de 1880 a 1924, relacionando o aumento populacional e urbano com a criminalidade, população imigrante (etnia), cor (raça) e sexo. Trabalhando com a análise de processos judiciais arquivados no Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fausto mapeou os processos de crimes de homicídios, furtos, roubos e delitos sexuais daquele período, demonstrando interesse pela variedade das situações penais. Tratando de relações entre cor e criminalidade, imigrantes e criminalidades, o autor justificou a multiplicidade do recorte dizendo que:

[...] a escolha dos crimes (homicídios - furtos ou roubos - delitos sexuais) decorreu sobretudo da necessidade de delimitar um campo vastíssimo, selecionando-se delitos suficientemente diferenciados e abrangentes para permitir uma análise de comportamento em diferentes campos (vida e morte, propriedade, sexo) e sob diferentes ângulos (o ângulo policial, o dos envolvidos, dos membros do júri etc.). (FAUSTO, 1984, p. 285).

Entretanto, para esta pesquisa importa a forma com que Boris Fausto trabalhou com as narrativas e as informações dos processos judiciais. Para ele, não importava saber se os envolvidos falavam a verdade ou teriam se comportado exatamente da maneira que contaram.

Para Boris Fausto, nas análises dos processos criminais, o que interessava eram as regularidades, as repetições, que permitiam ao pesquisador “perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal”. (FAUSTO, 1984, p. 17).

Esse pesquisador considera os processos como uma fabricação artesanal que comporta uma rede de signos, em que os modelos de inocência ou culpa são construídos por meio de condições de produção específicas que exprimem relações e condutas sociais consideradas ideais. Ainda na obra de Boris Fausto, mais especificamente no capítulo que trata os casos de crimes sexuais contra as mulheres, o autor ressalta a importância para os elementos que constituem os depoimentos, ou nas palavras de Rafael de Tilio (2009, p. 54):

[...] o que se fala às autoridades possui importância e relevância estratégica, dado que se espera que os envolvidos cumpram com determinadas expectativas (os ideais de gênero) quando se dirigem às autoridades e ao espaço público.

Nesse caminho,

[...] para Fausto a questão que os IP e os PC colocam não é como agiam as diversas camadas sociais ou se elas cumpriam com os ideais e representações propostos pelas médias/altas, mas o mesmo em determinadas situações (como numa queixa crime) os indivíduos diziam cumpri-lo para poderem participar do espaço público, para se sentirem privilegiados e entrarem no jogo estabelecido pela normatização jurídica que distribuía direitos. (TILIO, 2009, p. 54).

Outro historiador fundamental para entender os usos e possibilidades dos documentos repressivos é Sidnei Chalhoub. Em *Trabalho, lar e botequim* (1984), ele fez uso de processos criminais de homicídios, além de outras fontes como jornais, impressos oficiais e anais da câmara e códigos penais, para pensar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da chamada república velha. Com a documentação criminal, Chalhoub procurou:

[...] as coisas que se repetem, sistematicamente: versões que se reproduzem, muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência [...] (onde) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas [...]. (CHALHOUB, 2012, p. 41)

Ao utilizar a leitura de processos criminais para entender as representações jurídicas dos papéis sociais de homens e mulheres na cidade de Campinas-SP, entre as décadas de 1950 e 1970, a antropóloga Mariza Corrêa escreveu sobre a construção da fábula para analisar trinta e cinco (35) processos de homicídios e tentativas de homicídios ocorridos entre casais. Segundo a autora:

[...] a escolha da palavra fábula [...] enfatiza a ideia de que os fatos estão suspensos, de que não há mais a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime [...]. (CORRÊA, 1983, p. 26).

Com isso a autora referiu-se ao fato de que, mesmo tendo acesso aos processos e suas peças, não havia a possibilidade de comprovar as relações sociais narradas e julgadas, muito menos saber se os fatos ocorreram naqueles termos, da forma que foram colocados pelos seus protagonistas.

Nesse sentido, a autora justifica a escolha do termo *fábula* pelo ordenamento da realidade que esses processos sofreram, na medida em que o que é julgado são as situações e os comportamentos dos envolvidos relatados em depoimentos, além de como esses comportamentos são manipulados, colocados e enfatizados nos autos por meio dos atores jurídicos²⁰. Sendo assim, as análises partem das

²⁰ Mariza Corrêa chamou os atores de manipuladores técnicos, ou seja, “os atores principais de um processo penal: o advogado, o promotor e o juiz que detêm o conhecimento dos recursos legais possíveis em cada caso e também no âmbito de sua manipulação.”. Nesta pesquisa em específico, tomo o conceito de Mariza Corrêa quando me refiro ao escrivão de Polícia - aquele que transcreve o relato dos envolvidos - e ao Delegado de Polícia. Entendo

versões que foram produzidas por cada envolvido e da adequação dos comportamentos destes as relações matrimoniais e sociais mais amplas. Segundo Izumino (2004, p. 53):

Ela [Mariza Corrêa] se apoia no discurso que se constrói com base na adequação de cada um dos envolvidos aos papéis sociais que lhes cabe desempenhar. A discussão aqui não recai sobre o crime, mas sobre o comportamento das pessoas envolvidas, sua adequação ao modelo vigente na sociedade para homens e mulheres ‘corretos’ e o grau de transgressão das normas sociais.

As análises de Mariza Corrêa (1983) demonstraram como acusados e vítimas se posicionavam e posicionavam o outro nos depoimentos e como alguns comportamentos e práticas relatados foram utilizados pelos manipuladores técnicos para a construção de culpa e inocência dos envolvidos. Como escreveu a própria autora: “[...] a este trabalho interessa principalmente observar quais os atributos com que homens e mulheres são apresentados e escritos como adequados dentro da relação” (CORRÊA, 1983, p. 92). Não importa como agiram os envolvidos, mas como são construídos por meio dos depoimentos e a utilização desses pelos atores jurídicos. Dessa forma, o uso do termo *fábula* para designar as estruturas de produção dos processos criminais tem a ver com a possibilidade que esses têm de dar voz as diversas falas e versões que o constituem.

Trabalhando com as relações e categorias de gênero e fontes judiciais e policiais, temos a historiadora estadunidense Sueann Caufield, que analisou 450 inquéritos policiais instaurados no Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1940, pensando a modernidade e a nação por meio das noções de honra e relações de gênero. De acordo com a autora, ao analisar o perfil dos envolvidos - desde vítimas, réus, juízes, promotores, advogados até testemunhas - e seus registros e falas nos processos, foi possível constatar que estes processos não eram somente reflexos de desvios antissociais, mas conflitos de comportamentos e noções de mundo. Porém, conforme ressaltou a autora, não eram apenas os valores das classes populares que estavam

que estes, com seu campo de atuação específico, também manipulam as narrativas dos protagonistas do procedimento policial por meio da seleção de perguntas às vítimas e aos indiciados, bem como o que vai ser ou não expresso no termo de declaração.

em jogo, mas noções e valores sociais de outras classes e relações sociais mais amplas.

Com a leitura dos processos criminais, descobri que em muitos aspectos as vítimas, réus e testemunhas pertencentes à classe trabalhadora, assim como advogados de defesa, promotores e juízes, compartilhavam uma linguagem comum sobre honra e relações de gênero. (CAUFIELD, 2009, p. 40).

O que a autora quis demonstrar é que o que acabou sendo discutido nesses processos é a aproximação discursiva daqueles envolvidos aos modelos sociais aceitos, amparados inclusive pelos padrões das classes abastadas que ditavam o arquétipo social vigente.

Uma das primeiras considerações a respeito das narrativas feitas nas delegacias, então, é a mediação do escrivão ou delegado de polícia nas falas dos envolvidos. Para alguns estudiosos, essa mediação dos operadores técnicos policiais tornaria quase impossível a recuperação das falas desses envolvidos, visto que suas histórias passam pelo crivo desses operadores que a registram de forma linear e adequando a linguagem utilizada para uma escrita culta e ao padrão jurídico exigido. Isto significa que as falas dos envolvidos estariam sendo (re) significadas por aqueles que têm como competência produzir as peças dos procedimentos policiais mascarando ou reformulando as perspectivas e expectativas nos relatos dos envolvidos nos casos analisados.

Ao invés de considerar um limite metodológico, as mediações realizadas por escrivães ou delegados de polícia nas declarações são consideradas, neste trabalho, como parte do processo de construção dos discursos no sentido de que esses efetivamente participam por meio de orações e termos usados repetidamente, traduzindo práticas discursivas atravessadas por categorias de gênero consideradas como padrão para as relações afetivas conjugais. Conforme Ribeiro (apud ROZEMBERG, 2009, p. 164):

[...] por serem uma construção de funcionário jurídico - burocrático, em que são reveladas crenças e valores vigentes na sociedade, os processos [no nosso caso em particular os inquéritos policiais] revelam as representações

sociais mais amplas e categorias específicas do direito [...]

Como podemos perceber, a utilização de documentos policiais e/ou judiciais como fontes para análises históricas perpassam por muitas questões de ordem metodológica. Apesar das semelhanças nos tipos de documentos e algumas das questões pensadas a partir desses, os trabalhos supracitados possuem diferentes abordagens metodológicas que representam, além da interdisciplinaridade ali colocada, oposições relacionadas ao estatuto do que é história e também do que cada um objetivou evidenciar nas fontes. No que diz respeito às semelhanças teórico-metodológicas, podemos observar que as análises são estruturadas em relação ao que se fala e ao que se quer evidenciar e não tratar diretamente os acontecimentos e ações violentas.

No próximo capítulo irei analisar as narrativas de homens e mulheres contidos nos inquéritos policiais de lesão corporal, enquadrados como violência conjugal pela LMP, buscando compreender os significados de gênero perpassados nessas narrativas e os vestígios das feminilidades e masculinidades nas histórias contadas.

CAPÍTULO 2

2 A (DES) CONSTRUÇÃO DOS AGRESSORES: O CIÚME, O VÍCIO, A REJEIÇÃO

Que a declarante é casada há aproximadamente vinte e cinco anos com a **pessoa** de nome J.²¹ [...]. Que J. é alcoólatra e desde que se casaram e por todos os anos até os dias de hoje **quando se embriaga** quebra tudo que tem dentro de casa, xinga e humilha [...] nominando-a de puta, vagabunda, cadela, mandando que a declarante vá atrás dos machos dela [...].²² (DPCAMI, 108, 2006, grifo nosso).

O trecho supracitado é um excerto da declaração de uma vítima e foi extraído do inquérito policial (IP) instaurado em 2006, já sob a vigência da Lei nº 11.340. Esse é um exemplo das histórias contadas nos cartórios policiais da DPCAMI de Itajaí que, ao longo das leituras dos 147 (cento e quarenta e sete) inquéritos policiais selecionados nessa especializada, levou-me a perceber as diversas questões que envolvem as relações conjugais violentas para além do que essas violências representam. Nessas narrativas, apesar de muitas vezes curtas e aparentemente objetivas, constatei que muito mais era contado, narrado e falado por essas mulheres que vão até uma delegacia de polícia expor seu cotidiano e suas privacidades.

Ao compreender que o gênero trata da organização das diferenças sexuais e hierarquizadas pelas relações de poder, pretendo discutir como essas mulheres materializam discursivamente a violência, o delito e o agressor dentro destas estruturas sociais. Além da categoria gênero, é importante compreendermos as falas dos envolvidos como discursos, ou seja, pensados por meio dos seus enunciados e, dadas as suas condições específicas de produção, dos significados sociais que estes representam. Pensar estas narrativas permite compreendê-las como construções culturais em que:

²¹ Por razões de ética e anonimato, utilizo neste trabalho apenas a inicial dos nomes dos envolvidos.

²² Tendo em vista que nas fontes originalmente não há negritos ou mesmo destaques nas declarações e interrogatórios, ressalto que todas os destaques e marcações nos relatos são realizados por este subscritor.

[...] não são apenas mensagens a serem codificadas, são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. (ORLANDI, 2012, p. 30).

Porém, isso não quer dizer que neste trabalho procuro algo oculto, o que está nas entrelinhas dos relatos. O desafio está em compreender como ocorrem os processos de construção de sentidos que compõem estes depoimentos e perpassados pelas relações de gênero. A compreensão não é um ato de clarividência, mas compreender que o que foi dito poderia ser dito de outra forma, com outras palavras (ORLANDI, 2012).

O objetivo de trabalhar com as declarações das mulheres que denunciaram seus companheiros é entender como são constituídas as narrativas de violências de gênero e como se dá, de maneira discursiva, a prática dessa violência. Ao realizar a leitura dos inquéritos policiais selecionados, foi possível perceber que um dos primeiros elementos da narrativa para a construção discursiva da figura do agressor pela vítima passa pela forma como essa narrativa é estruturada ou, em outras, palavras, pela constituição dos motivos para explicar as violências.

Em seu trabalho denominado *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero* (2004), Wania Izumino Pasinato destaca a metodologia utilizada no trato com as fontes estruturando a análise em dois aspectos: a apresentação dos cenários e a exposição dos motivos por aquelas que denunciam. No primeiro aspecto, o cenário corresponde às primeiras informações baseadas em perguntas objetivas feitas por aqueles que tomam os depoimentos e referem-se a: quanto tempo a denunciante conhece o acusado, qual o tipo de união que mantêm, se possuem filhos, se foi a primeira vez que sofreu as agressões, entre outras questões.

Nas leituras dos inquéritos policiais, constatee a mesma estrutura de composição, com poucas ou quase nenhuma modificação. Os cenários são informações úteis ao desenvolvimento do processo criminal por evidenciarem a ocorrência e regularidades com que essas violências acontecem e em que circunstâncias. Entretanto, podem servir de base também para a relativização da violência pelas instâncias policiais ou até mesmo servir de argumento para uma possível atenuante do crime no

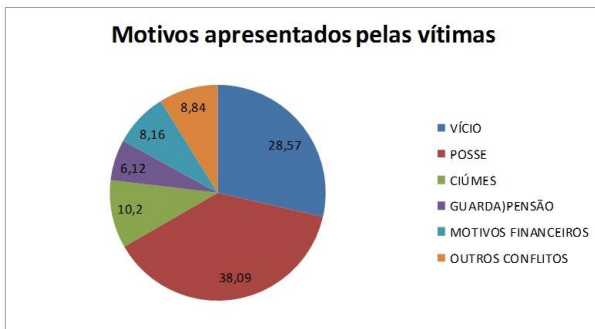
Poder Judiciário. Principalmente quando a vítima relata outros episódios de violência sem registro de ocorrência e que, muitas vezes, são utilizados para reforçar estereótipos e representações de gênero, situações em que, muitas vezes, a mulher é retratada como cúmplice e também culpada pelas agressões, por não ter denunciado o agressor ou ter posto um fim na relação violenta.

O segundo aspecto observado pela autora são os motivos apresentados pelas mulheres para justificar a violência. Esse aspecto tem mais semelhança com as análises que empreendi nesse conjunto documental, pois foram a partir dos motivos utilizados e contados nos depoimentos dados pelas mulheres que organizei este capítulo. Mais tarde, conforme já foi demonstrando em outras pesquisas, esses motivos alegados pelas vítimas vão ser utilizados por advogados de defesa e promotores de justiça para atenuar ou agravar o crime perante o Judiciário bem como reforçar a culpa ou intencionalidade do indiciado (ARDAILLON; DEBERT, 1987; CORRÊA, 1983; IZUMINO, 2004), já que “nos casos de violência contra a mulher o que é colocado em julgamento não é o crime, mas o comportamento das pessoas envolvidas e sua adequação aos modelos sociais [...]” (IZUMINO, 2004, p. 147).

Essas falas demonstram a participação efetiva da mulher no sentido de que ao apresentarem justificativas e motivos para as agressões, elas acabam produzindo e também reproduzindo as relações de gênero, pensando essas enquanto “fenômeno histórico, produzido e reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (SCOTT apud SIQUEIRA, 2008, p. 116). Essas mulheres produzem determinada realidade a partir de suas experiências contadas nas delegacias e também se constroem enquanto sujeitos. São estes processos que, conforme Joan Scott “precisamos dar conta [...] que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através das experiências.” (SCOTT, 1999, p. 27).

A partir da leitura do conjunto documental, evidenciaram-se alguns motivos que as mulheres expuseram para constituir a ação violenta, dos quais enfatizo três: o uso de álcool e outras substâncias como potencializador para as crises de fúria dos agressores; a violência em consequência do rompimento da relação; e o ciúmes. Entretanto, outros motivos e situações são colocados como origem de conflitos e violências conforme explicitado na Figura 1:

Figura 1 - Motivos apresentados pelas mulheres para justificar a agressão



Fonte: Arquivo da DPCAMI - Itajaí. Inquéritos Policiais instaurados entre 2006 - 2010.

Em números absolutos, de um total de 147 inquéritos policiais analisados, 56 (cinquenta e seis) tiveram como motivo a não aceitação do rompimento da relação pelo agressor; em 42 procedimentos, as denúncias tiveram como origem o vício ou o abuso no uso de álcool ou outras substâncias pelo indiciado como o principal motivo para a violência; e em 15 destes inquéritos (quinze) o ciúmes do indiciado foi relatado como justificativa para as agressões.

Além desses, em nove outros casos a vítima relatou que o início das violências surgiram quando a discussão foi sobre a pensão dos filhos ou mesmo a guarda da criança ou adolescente; 12 por motivos financeiros, como disputas pelos bens comuns, como casas e automóveis; 06 processos por conflitos familiares, ou seja, discussão entre os familiares da vítima ou indiciado; e cinco em que não foi especificado um motivo objetivo (APÊNDICE B).

Apesar das divisões oferecidas nesta pesquisa, é importante deixar claro que, muitas vezes, esses motivos se entrelaçam, como por exemplo, o rompimento da relação agravado pelo abuso do álcool, situações que envolveram os ciúmes para um posterior rompimento ou outras configurações. Para todos os efeitos, considero como o motivo aquele narrado pela vítima no termo de declaração e ressaltado pelo escrivão de polícia na construção da narrativa.

Esses motivos não aparecem ou, pelo menos, não de forma clara, quando do registro do BO, mas apenas no depoimento ao escrivão de polícia que, na grande maioria das ocasiões, é realizado alguns dias ou mesmo semanas posteriores ao registro. Nos boletins de ocorrência, as

falas são bastante sucintas e objetivas, muitas vezes limitadas ao relato das agressões.

Relata a vítima que o seu ex-marido, já citado como autor, a agrediu com um soco no rosto, mas que não deixou marcas; que já houve outras vezes; que já tem ocorrências registradas contra ele (DPCAMI, IP 02, 2010 [boletim de ocorrência]); Relata-nos a vítima que o autor é seu amásio à 18 anos, e que no dia acima o mesmo agrediu-a fisicamente tentando enforca-la, com socos empurrões causando lesões, isto na frente de seus filhos menores. (DPCAMI, IP 016, 2010 [boletim de ocorrência]).

No primeiro caso, por exemplo, na declaração ao escrivão de polícia três meses após o registro do BO, a vítima IV relatou:

Que a declarante conviveu com o indiciado por onze anos e com ele tem três filhos; que estão separados há quase dois anos e um dos motivos da separação é o fato do ex-companheiro ser muito ciumento e por qualquer coisa já ficava agressivo e alterado [...]. No final do ano passado, era véspera de natal, o indiciado chegou na casa da mãe da declarante, onde esta se encontrava, ocasião em que as partes discutiram [...] o indiciado já partiu para a agressão contra a declarante, dando -lhe um soco na orelha, não deixando lesões; que a declarante chegou a acionar a polícia militar mas o indiciado não foi levado para a delegacia, apenas conversaram com ele, tendo o ex-companheiro se acalmado ido embora. Que depois deste fato a situação ficou mais tranquila, muito embora o indiciado não se conforme com a separação, procura constantemente a declarante para reatarm o relacionamento, o que não é aceito pela declarante [...]. DPCAMI, 02, 2010).

Podemos verificar que no registro de ocorrência, tipificado apenas como violência física, houve outros desdobramentos que deveriam constar na confecção do boletim, já que a vítima relatou mais que uma agressão, invasão à propriedade e ameaça, além de que no local

dos fatos houve a intervenção dos policiais militares no conflito. A objetividade dos relatos em boletim ressalta, além da ineficiência da instituição de competência do registro, a desqualificação por parte de seus agentes no entendimento as violências conjugais.

2.1 A REJEIÇÃO OU SENTIMENTO DE POSSE

Iniciando as análises das narrativas, o rompimento da relação como justificativa para a agressão é motivo apresentado com maior frequência pelas vítimas. Quase 40% dos inquéritos policiais são originados pela negativa do agressor em aceitar o rompimento da relação afetiva. O que chama a atenção nesse recorte é o local onde os fatos irão se desenrolar. Como veremos a seguir, a maioria das violências conjugais acontecem em âmbito privado, ou seja, no interior das residências do casal, do acusado ou mesmo na casa de familiares e amigos. Nesse primeiro recorte, no entanto, as violências acontecem, em sua maioria, em vias públicas ou espaços destinados ao lazer.

Há de se levar em conta que nos casos enquadrados nessa categoria, a justificativa central para as violências é a negativa do agressor em aceitar o término da relação, ou seja, é coerente que os envolvidos não mais coabitem e, por isso, a agressão ocorrer em locais públicos. Por outro lado, o fato da denunciante ressaltar que a violência saiu do âmbito do privado é uma forma de produção de sentidos para significar a violência sofrida e legitimar uma intervenção da justiça, retirando a violência do espaço privado e da competência da família. A produção discursiva na construção do agressor, passa pelo relato da violência na esfera pública causando constrangimento à vítima além da simples violência pelo ex-companheiro.

O relato da denunciante N., 24 anos, costureira, Ensino Fundamental incompleto, aponta para esse caminho, quando narra ao escrivão de polícia:

Que a declarante ratifica, na íntegra o boletim de ocorrência registrado nesta delegacia e informa que não é a primeira vez que é agredida fisicamente pelo autor em virtude do mesmo não aceitar a separação. Que a declarante alega que na data do ocorrido A. a encontrou em via pública e a agrediu fisicamente na presença da sua cunhada de nome A., e que A. desferiu contra sua pessoa socos, pontapés e jogou um cigarro aceso em seu rosto, a destratou com palavras de baixo calão, e

que proferiu ameaças de morte contra a sua pessoa [...]. (DPCAMI, IP 170, 2008).

A testemunha arrolada pela denunciante em seu relato reforça as violências sofridas por aquela e associa o caráter violento do indiciado com o sentimento de posse que este teria pela ex-companheira. Ao se referir às violências sofridas pela amiga, C. contou que:

Conhece as pessoas de [...] (denunciante e indiciado) [...], sendo que presenciou por diversas vezes o mesmo agredindo N., xingando, ameaçando a mesma, ele maltratava N. e também **a declarante viu por diversas vezes este fazendo a mesma passar por privações; que várias vezes A. avançou contra N. na rua ameaçando esta de morte [...].** (DPCAMI, IP 170, 2008, grifo nosso).

Nesse inquérito em particular, se levarmos em consideração o boletim de ocorrência, registrado alguns dias antes do depoimento da denunciante à autoridade policial, a vítima conta que “seu ex-companheiro A., vem constantemente **perseguido-a**. Que na data acima, o autor agrediu-a fisicamente, bem como ameaçou-a de morte e de atear fogo em sua casa” (DPCAMI, IP 170, 2008, grifo nosso).

Ao ler o procedimento enquanto uma peça única, é possível observar alguns elementos discursivos que não somente representam o indiciado, mas pela maneira como as práticas são relatadas, elas trazem um sentido de que o comportamento daquele ultrapassou os limites do permitido, mesmo para a posição do masculino na relação conjugal. Ao utilizar a noção do perseguidor, daquele que persegue e oprime, a vítima produz um efeito de sentido, tendo em vista que a escolha do que dizer e como dizer significa também relações de poder. Portanto, a escolha de determinadas palavras e termos constituem-se em estratégias discursivas para caracterizar o indiciado e seus comportamentos e convencer aqueles que operam a justiça de que, mesmo imperando alguns códigos de conduta para cada sujeito, não aceita-se mais este tipo de atitude. Isso traz a ideia de que o agora ex-companheiro não tem mais legitimidade para o controle social da mulher, como se antes o tivesse.

A caracterização do indiciado como aquele que persegue incansavelmente suas vítimas aparece novamente em outro caso em que o motivo das agressões foi a separação a pedido da companheira. Nesse caso, J., 24 anos, operadora de caixa, Ensino Médio completo, contou a

autoridade policial que foi agredida pelo seu ex-companheiro próximo a um posto de gasolina e

[...] que manteve-se amasiada com S. cerca de dois anos, e encontra-se separada do mesmo há um ano; que a declarante esclarece que, enquanto esteve com o mesmo, registrou ocorrências de agressão, tendo gerado um Termo Circunstanciado e que desta última vez [...], veio novamente sofrer agressões por parte de S., **após diversas perseguições**, pois o mesmo não aceita a separação do casal. (DPCAMI, IP 93, 2006, grifo nosso).

Lembrando de que não há um sentido em si e que as palavras e seus significados não são dados *a priori*, mas em “relação a” (ORLANDI, 2012), e a repetição de alguns termos nos inquéritos policiais evidencia essa historicidade da linguagem. Com isto, as repetições de termos ou expressões pelos escrivães também fazem parte do processo de construção discursiva do agressor, mas, ao mesmo tempo, revelam sua posição no ato da fala da vítima.

R., profissão manicure, Ensino Fundamental incompleto, 30 anos, registrou uma ocorrência contra seu ex-companheiro no dia 24 de setembro de 2006. No boletim de ocorrência, ela contou que foi agredida com socos no rosto e empurrões. Intimada para depor no dia 19 de outubro do mesmo ano, declarou:

[...] que ratifica na íntegra o boletim de ocorrência [...]; que após o término [...] não teve mais sossego, pois o mesmo procura a declarante para reatar [...]; após o término do relacionamento ficou agressivo e não pode encontrar a mesma em lugar nenhum [...]. (DPCAMI, IP 89, 2006).

Em outro caso, no dia 01 de agosto de 2007, F., Superior incompleto, relatou à polícia que rompeu o relacionamento de sete anos que teve com A. há mais ou menos dez meses e “que desde então a declarante vem sendo importunada em todos os lugares. [...]; que esclarece ainda que esta não foi a primeira vez que foi vítima [...] tendo sido agredida física e emocionalmente em outras ocasiões” (DPCAMI, IP 270, 2007). Nesses casos, onde o rompimento da relação é a causa primeira das violências, ficam evidentes os discursos engendrados a

partir da ideia de posse relatados pelas vítimas. Um dos recursos citados pelas vítimas é a violência como moeda de troca para a tomada da relação.

Em um desses relatos, N., de 24 anos, informou ao escrivão de polícia que ratificava na íntegra os fatos por ela registrados em boletim de ocorrência além de

[...] que não é a primeira vez que é agredida fisicamente pelo autor em virtude do mesmo não aceitar a separação; que a declarante alega que na data do ocorrido, A. invadiu sua casa e lhe disse: **‘Se tu não viver comigo eu vou te matar!’**, e que em seguida lhe desferiu um soco em seu rosto mais precisamente no olho direito [...]. (DPCAMI, IP 186, 2008, grifo nosso).

De outra forma, são diversas as passagens em que as ameaças são o viés central da narrativa, sendo a lesão sofrida apresentada como um agravante para a situação de violência na qual a declarante denuncia.

[...] que a declarante, manteve-se amasiada com J. cerca de treze anos, e encontrava-se separada do mesmo a quatro anos, desta união possuem seis filhos; que a declarante esclarece, que diversas vezes sofreu agressões por parte de seu companheiro [...]; que a declarante procurou o bem estar social [Secretaria de Bem Estar Social] para providenciar a separação, tendo assim seu companheiro se retirado da residência, **porém, após um tempo retornou com a intenção de reatar o relacionamento com a declarante, perseguindo-a em via pública e em seu local de trabalho;** (DPCAMI, IP 17, 2007, grifo nosso).

Que, desde a separação o mesmo ameaça a declarante de morte e a vem perseguindo, sempre munido de facão; que a declarante possui quatro filhos com o autor, J., **e este não se conforma com a separação** [...]. (DPCAMI, IP 268, 2007, grifo nosso).

Nas narrativas em que os principais motivos para a agressão são a rejeição da vítima em retomar a relação afetiva, fica evidente a

alternativa do rompimento como solução para pôr fim às agressões. Para as mulheres em situação de violência, as agressões e violências se tornaram insuportáveis ao ponto de elas não terem outra opção, a não ser o rompimento da relação afetiva conjugal. Sobretudo, o que chama mais a atenção nesses casos são as posições rígidas dos direitos e deveres das mulheres na estrutura das relações íntimas.

Ao contrário dos casos que veremos a seguir, em situações em que há a dependência química ou ciúmes do agressor, nesses a mulher põe fim ao relacionamento e decide por si só encerrar a relação. Na prática, pelos relatos evidenciam-se a perda do controle da mulher pelo homem, quando esta toma a decisão, por si só, de desvencilhar-se da relação violenta, ou seja, o homem perde sua autoridade de decidir ou mesmo de aplicar sobre a mulher seu direito de mando e poder. Para a própria vítima, que corrobora para uma posição inferior no interior das relações conjugais enquanto mantém o laço afetivo, a quebra da união significa a perda do “direito” de seu companheiro de decidir ou mesmo o direito à violência quando aquela rompe com o acordo familiar. Esta percepção fica evidente de maneira sutil nas fontes quando há o destaque de que não há mais o compromisso afetivo com o agressor, mas de maneira direta na escuta *in loco* das vítimas com o trabalho que desempenho na DPCAMI de Itajaí.

2.2 O VÍCIO

O segundo motivo mais citado pelas mulheres é a dependência dos acusados de álcool ou de substâncias ilícitas. Do total, 42 procedimentos ressaltam a dependência do acusado como o princípio para as violências. Os discursos apresentados para caracterizar o “agressor como dependente químico”²³ enfatizam a ideia de que o indiciado passa por uma transformação quase que imediata da sua personalidade, por conta do uso de substâncias como álcool e drogas. Ao tratar o vício do agressor como patologia, essas mulheres acabam vitimizando a quem estão acusando, tirando a autonomia e os significados de gênero à agressão. Outra regularidade encontrada nestes relatos são os casos em que o indiciado acaba expulsando as mulheres

²³ Em muitos destes relatos o agressor é caracterizado não pela sua violência, mas pelo drama com a dependência química, situação em que, muitas vezes, as próprias denunciantes pedem ajuda para a internação em clínicas especializadas.

da residência do casal ou danificando essas residências. Entre os procedimentos policiais, em 10 (dez) deles as vítimas narraram que foram expulsas das residências que compartilhavam com os indiciados ou mesmo daquelas que ambos não mais compartilhavam. Dentre esses procedimentos, alguns se revelam interessantes a respeito da relação do local onde ocorreram as violências.

Em um destes casos, a querelante G., Ensino Fundamental incompleto, de profissão auxiliar de produção, relatou que:

Alega que viveu maritalmente com N. por cerca de quatro anos e que desta relação tiveram dois filhos; que a declarante alega que seu ex-companheiro faz uso de bebida alcoólica, não usando outro tipo de droga, **sendo aparentemente pessoa de bem e trabalhadora**; que a declarante registrou um Boletim de Ocorrência no último dia XX de XXX do corrente contra N., **porque este esteve em sua casa para visitar seus filhos, já que estão separados e quando a declarante franqueou a entrada, N. sem proferir uma palavra passou a agredir a declarante com socos e pontapés; [...]**; que N. estava bêbado e prometeu que voltaria para por fogo na casa [...]. (DPCAMI, 278, 2007):

Em outro caso, RG, Ensino Médio, vendedora, na Delegacia de Proteção à mulher declarou:

Que a declarante conviveu maritalmente com o indiciado por vinte anos e com ele tem dois filhos, ambos adolescentes; que estão separados há mais de um ano, esclarecendo que ficaram uns meses separados dentro de casa, e por uns três meses ele saiu de casa, porém, há quase um mês ele voltou para a residência do casal, dizendo que ali é dele também e que não sai mais de casa, pois tem seu direito; [...]; que no dia vinte e quatro do corrente mês, na madrugada seu ex - marido voltou de um baile, meio alcoolizado e já começou a importunar e ameaçar a declarante [...]; que não foi a única ameaça que sofreu por parte de seu ex companheiro, em outras ocasiões já foi ameaçada de morte, o qual lhe disse que caso a visse com outro homem a mataria; que ele é uma pessoa

alterada e agride verbalmente a declarante constantemente, inclusive quando bebe ele se ‘acha o dono da área’, grita acha que só ele tem direito nas coisas [...]. (DPCAMI, IP 17, 2009, grifo nosso).

Nas duas declarações supracitadas é destacado que, na época da agressão, os envolvidos estavam separados e já não coabitavam. No primeiro relato, a denunciante declara duas vezes, inclusive “[já que estão separados] [...] a declarante franqueou a entrada” (DPCAMI, 278, 2007). Isso significa que o indiciado ultrapassou os limites, já que, como não estão se relacionando afetivamente, a agressão não foi fruto de uma discussão conjugal, desqualificada pela própria denunciante e também nas instâncias policiais e judiciais, agravando a postura ameaçadora do agressor e sua periculosidade, já que este trai a confiança da vítima e pratica a violência. Além disso, há a qualificação do crime e também do agressor, visto que, além do abuso de confiança ao permitir que este adentre na residência, existe o elemento surpresa para a concretização da prática da violência.

Ambos os casos se complementam, porque indicam a postura do homem no ambiente doméstico e as relações de poder ali reproduzidas. Masserchimidt (2000) afirma “que o lar é geralmente o lugar onde os jovens do sexo masculino se apropriam de definições e de valores de masculinidades [...]” (apud TONELI; BECKER, 2009, p. 389), mesmo nestes casos em que vítima e agressor não compartilhavam mais a propriedade.

Verificou-se que, nas violências de gênero em sua esfera conjugal, se considerar os 147 procedimentos como um todo, a casa é o lugar onde ocorre grande parte das violências denunciadas pelas mulheres, seja a violência conjugal ou doméstica. Apenas nos casos citados aqui, exatamente noventa por cento das violências ocorreram dentro da residência seja do casal, da vítima, dos parentes desta ou mesmo do indiciado, conforme ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Local onde as mulheres relatam ter sofrido as violências

LOCAL	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Residência do casal	2	27	13	12	14	68
Residência da vítima	3	12	09	7	6	37
Via/local público	4	7	6	01	8	26
Residência de familiares	01	3	1	1	-	06
Residência do acusado	-	4	1	3	-	08
Local de trabalho	-	-	-	2	-	2
TOTAL	10	53	30	26	28	147

Fonte: DPCAMI (2006 - 2010).

No dia 10 de janeiro de 2007, SMM, 30 anos, Ensino Fundamental incompleto, profissão do lar, relatou que:

[...] vive amigavelmente à cerca de três anos com E., e que desta relação tiveram um filho [...]; que a declarante esclarece, que diversas vezes sofreu agressões por parte de seu companheiro, aja vista que este é uma pessoa muito agressiva e descontrolada; que segundo a declarante no dia dos fatos seu companheiro se encontrava alcoolizado e muito alterado, [...]; **que a declarante esclarece que no momento das agressões ele a expulsou da residência do casal travando portas e janelas não permitindo mais a sua entrada [...].** (DPCAMI, IP 30, 2007, grifo nosso).

Nesse caso em particular, para compreender os discursos utilizados para a construção do agressor, é necessário olharmos o procedimento como um todo e nos mais diferentes níveis das narrativas. Continuando a leitura deste inquérito policial, uma testemunha, amiga da denunciante, relatou que o relacionamento do casal sempre foi marcado por violências e que, naquele dia em questão, além de agredir a companheira, o indiciado havia posto a vítima “para fora de casa juntamente com seu filho menor, trancando a residência com pregos” (DPCAMI, IP 30, 2007). Essas falas farão efeito de sentido no momento do interrogatório do indiciado ainda na Delegacia de Polícia, conforme preceitua a Lei Maria da Penha, onde os acusados irão saber quais os

fatos que estão sendo imputadas contra a sua pessoa, inclusive tendo acesso às declarações que geraram a denúncia.

Em outra denúncia de 2009, foi relatado que:

[...] no dia de ontem, por volta de 22:30, o mesmo foi até a sua casa, jogou gasolina embaixo da porta da cozinha e também quebrou a vidro da janela do quarto jogando também a gasolina; que ateou fogo, porém a declarante conseguiu apagar o fogo. Que, o mesmo ainda gritou que iria pegá-la e fugiu logo em seguida; que, a declarante teme por sua integridade física e de seus filhos, pois no momento dos fatos os dois estavam em casa com a declarante e este não poupou nem a filha [...].

Um ponto importante a ser analisado a partir dessa temática de acusação é a transformação descrita nos relatos, pela qual passam os indiciados sob a influência de álcool ou entorpecentes. No processo de construção de um determinado tipo de agressor, as denunciante acabam por naturalizar essas violências pelas transformações por elementos externos, traduzindo em violências e condutas que, não fosse o vício, não aconteceriam. Em *Cenas e Queixas* (1993), Maria Filomena Gregori apresenta as tramas das chamadas guerras conjugais nos anos em que atuou no SOS Mulher na cidade de São Paulo. A reflexão partiu então da sua militância nessa rede de apoio e conscientização das violências contra as mulheres, participando de grupos de reflexão e plantões de atendimento. Ela detectou várias falas em que as agressões eram motivadas em função das “bebedeiras” e segundo a autora:

[...] essa é a fraqueza dos maridos, já que elas os consideram como homens bons; trabalhadores, sustentam a casa, são bons pais. Quando bebem, a imagem revelada pelos relatos é a de que parecem ter incorporado a um ‘espírito maléfico’. (GREGORI, 1993, 144).

Mesmo vinte anos após os relatos apresentados por Maria Filomena Gregori (1993), os fatores externos como o vício ainda são expostos como determinantes para a violência contra a mulher em âmbito doméstico e conjugal. No Inquérito Policial de número 305, do ano de 2007, a declarante N., 48 anos, Ensino Fundamental incompleto, do Lar, relatou:

Que a declarante é casada com V. por 23 anos, sendo que há dezesseis anos seu marido é alcoólatra; que a situação vem piorando muito porque o mesmo tem ficado cada vez mais violento quando bebe; [...] **que esta não foi a primeira vez que foi vítima de V. durante o tempo de convivência; que a declarante não teria nenhuma reclamação a fazer contra V., se não fosse pela bebida, que o torna uma pessoa totalmente diferente do que verdadeiramente é.** (DPCAMI, 305, 2007, grifo nosso).

Nesse depoimento é importante destacar novamente a posição contraditória da denunciante em relação à violência perpetrada e a índole do indiciado. Qual o sentido na atitude de, após denunciar o companheiro por agressão, atenuar suas ações pelo uso abusivo de álcool, relatando inclusive não haver, com exceção do alcoolismo, nenhuma reclamação contra seu marido? Ou melhor, independentemente das violências se iniciarem ou não pelo uso do álcool, independentemente dos efeitos do álcool no indiciado, por que a solidariedade com este no momento da acusação? *A priori*, um indício para a análise pode ser encontrado no próprio Inquérito Policial, mais precisamente no Termo de Declaração da filha do casal, datado do dia seguinte ao depoimento da mãe:

Que a declarante esclarece que seu pai não trabalha mais e praticamente todos os dias está bêbado, sendo que os problemas tem se agravado mais porque o mesmo tem ameaçado a mãe de morte; que sua mãe registrou um boletim de ocorrência recentemente contra o pai e espera que o mesmo se recupere do alcoolismo [...]; **que sua mãe não pretende separar-se dele, apenas desejando que o mesmo seja internado para tratar do alcoolismo;** que foram várias vezes em que sua mãe foi vítima de V., sendo que somente agora ela resolveu tomar uma providência porque como já foi declarado, os problemas tem piorado muito. (DPCAMI, 305, 2007, grifo nosso).

Aparentemente, a contradição justifica-se pela mistura entre a patologia do vício e o bom caráter do indiciado, ao destacar que quando não bebia seu companheiro era um homem cumpridor dos seus deveres

de chefe de família. Este depoimento constrói a figura do “bom homem” no sentido de que suas ações advêm de um elemento externo, o álcool ou outras substâncias. Essas narrativas evidenciam quais as relações de gênero privilegiadas nas falas das vítimas. Ao explorar o vício e um modelo de comportamento, as vítimas acabam realizando um recorte de gênero no sentido de que, ao relacionar o álcool como potencializador de uma agressividade latente no homem, acabam construindo uma identidade fixa e comportamentos masculinizados.

Izumino afirma que “essas motivações se traduzem em estratégias e maneiras de descrever o que aconteceu, de modo que alguns elementos permaneçam confusos e que possam ser modificados, sem perturbar a trama inicial” (IZUMINO, 2004, p. 172). Conforme disse a única testemunha, a ideia de não punir, mas conseguir apoio para problemas relacionados ao álcool, traduz-se na construção discursiva de um sujeito doente sem consciência de suas ações negando qualquer relação da violência com as desigualdades baseadas no gênero. A ambivalência na representação do agressor surge em várias narrativas destacadas por características positivas em relação ao papel do companheiro enquanto provedor do lar, principalmente nos casos onde o motivo da violência é destacado pela vítima como consequência da dependência química ou mesmo ressaltar a licitude da substância utilizada.

Que a declarante viveu maritalmente com N. por cerca de 4 anos e que desta relação tiveram dois filhos; que a declarante alega que seu ex-companheiro faz uso de bebida alcoólica não usando outro tipo de droga, **sendo aparentemente pessoa de bem e trabalhadora.** (DPCAMI, IP 278, 2007, grifo nosso).

Em outro caso em que a dependência química é ressaltada como motivo de violência no âmbito doméstico, se observarmos além das declarações da vítima²⁴ e levarmos em consideração o inquérito policial

²⁴ Além do termo “denunciante” para se referir aquela que denuncia a agressão, que sofre a ação violenta, em algumas passagens, utilizarei também o termo vítima. Porém, utilizarei o termo conforme explicitou Lana Lage (2009): “Utilizados o termo vítima para caracterizar a parte que sofreu a agressão que motivou a procura da delegacia para o registro da ocorrência, sem referência, portanto, à dinâmica das relações estabelecidas entre homens e mulheres em situação de violência”.

como um todo, pode-se visualizar nitidamente, por meio de outras falas, outra face das construções discursivas de gênero. A denunciante O., 50 anos, Ensino Fundamental incompleto, auxiliar de serviços gerais, relatou no dia 16 de fevereiro de 2007 que:

[...] conviveu maritalmente com L. por vinte e sete anos, tendo o casal oito filhos; Que, o L. sempre foi dado ao vício da bebida alcoólica o que muito tumultuou sua união, chegando ao ponto da declarante acusá-lo; que no dia 15 de janeiro próximo passado, quando a declarante retornava do trabalhando tendo ao seu lado um colega de trabalho com o qual conversava, o L. não gostou e já foi dizendo que sua pessoa estava namorando, que estava traindo-o sendo que o mesmo jogou suas roupas para fora de casa e lhe agrediu com socos e chutes, dizendo-lhe que vai lhe matar bem como o cara que diz estar com a declarante; que a declarante apanhou suas coisas e foi arrumar um lugar para morar, onde se encontra atualmente [...]. (DPCAMI, IP 63, 2007).

A denunciante listou no rol de testemunhas uma filha e um filho, ambos residiam com o casal e, segundo eles, acompanharam todo o drama de violência do pai contra a mãe. A filha, amasiada, ensino fundamental, profissão do lar, declarou que [...] acompanha todo o conflito contra a sua mãe gerado por seu pai, sendo que este é uma pessoa muito agressiva e dado ao vício da bebida, e quando se encontra sob o efeito desta acaba perdendo a cabeça e agredindo fisicamente sua mãe; que segundo a declarante seus pais foram casados cerca de 27 anos, e durante todo este período, seu pai sempre agrediu fisicamente e psicologicamente sua mãe, como também lhe fazia muitas ameaças; que a declarante não suporta mais tanta violência física, humilhações e ameaças praticadas por seu pai, como também teme pela vida de sua mãe. (DPCAMI, IP 63, 2007).

A filha da denunciante ressalta, na última linha do depoimento, que as ameaças de morte são pelo fato daquela não desejar voltar para o

convívio familiar. Interessante, porém, é o depoimento do filho, T., Ensino Médio completo, profissão operador de máquina. O início do relato contém as mesmas informações do relato da testemunha anterior, sendo esta uma das estratégias realizadas pelas (os) escrivães (os) de polícia para diminuir o tempo da oitiva.²⁵ No entanto, em seu depoimento, diferentemente da irmã, ele afirma que:

Acompanha todo o conflito contra a sua mãe gerado por seu pai, sendo que este é uma pessoa muito agressiva e dado ao vício da bebida, e quanto se encontra sob o efeito desta acaba perdendo a cabeça e agredindo fisicamente sua mãe. Que o declarante **afirma que seu pai sempre foi uma pessoa muito ciumenta e por este motivo agredia sua mãe alegando sempre que ela tinha lhe trocado por outro; que segundo o declarante o relacionamento dos seus pais sempre foi marcado por desentendimentos, brigas e discussões, motivadas pelo comportamento voluntarioso e agressivo de seu pai [...]**. (DPCAMI, IP 63, 2007, grifo nosso).

Por mais que apareçam elementos na declaração da mãe, a filha não apresenta os ciúmes do pai e, muito menos relata que a mãe possa estar em outra relação. A construção das relações de gênero passa pela produção do discurso, mas também pelos silêncios dos sujeitos em suas narrativas. Segundo Eni Orlandi, “[...] o silêncio não fala, ele significa. [...] Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significativa, ele tem sua materialidade, sua forma material específica” (2008, p. 129).

O fato de não colocar em evidência o abandono da vítima e as desconfiças do pai tem seus significados. Por um lado, pode ter a ver com o fato de não ter a intenção de prejudicá-la no decurso do processo, corroborando assim com a constituição de uma mulher não cumpridora de seu papel social como mãe zelosa e mulher fiel, portanto, a necessidade do silêncio. No entanto, o silêncio nas declarações pode significar também uma interdição de um discurso que, naquele

²⁵ Oitiva, na área policial, significa audição de testemunhas e outros envolvidos em procedimentos policiais.

momento, não fazia parte do contexto, ou seja, talvez a filha não considere os desacordos conjugais como motivos para as agressões sofridas pela mãe.

As testemunhas, principalmente nos casos de ameaça e lesão corporal leve, são muito importantes desde a fase policial até a fase judicial. Como esses crimes são, conforme já discutido neste trabalho, de difícil materialidade, o comportamento adequado diante da relação conjugal pode ser um sinal de justiça, no que diz respeito às punições pelas violências praticadas, por isso, talvez, o silêncio por parte da filha do casal. Já o filho ressalta o motivo dos ciúmes do pai situando a desconfiança desse em relação à fidelidade de sua companheira, destacando o sentimento de um homem traído. Essa abordagem na leitura da relação conjugal dos pais propicia a leitura de gênero realizado pela filha e filho do casal. Enquanto a filha silencia possíveis infidelidades, sendo verdadeiras ou não, o filho produz o discurso, fala, conta.

O silêncio de uma das testemunhas em relação ao abandono da vítima da residência para um local seguro e longe das agressões sofridas, além das desconfianças do indiciado pode, talvez, ser explicado pelo fato de o interrogatório do indiciado ter sido realizado três semanas antes dos depoimentos das testemunhas. O indiciado L., 49 anos, profissão vigilante, alegou que:

[...] foi amasiado com a pessoa de O.[...], e que estão separados há dez dias; que, o declarante nega as acusações a si imputadas e informa que há dez dias OJJ deixou a casa e os filhos aos cuidados do declarante para viver uma **aventura amorosa**. Que o declarante alega que não teve mais contato com O. e que a mesma encontra-se em local incerto e não sabido; [...]. (DPCAMI, IP 63, 2007, grifo nosso).

Passamos para o relatório do delegado, peça obrigatória do inquérito policial, para observar as questões de gênero na qualificação ou desqualificação do crime. Nele (relatório da autoridade policial) estão contidas informações, como o fato apurado, onde, como, quando aconteceram e também uma espécie de resumo de quem são os envolvidos e suas declarações e testemunhas. Apesar da brevidade deste tipo de documento, sendo muitas vezes uma versão resumida da trajetória do IP, esta peça é de suma importância para a leitura do

inquérito como um todo e apresenta alguns indícios da maneira como são observadas as relações de gênero pela autoridade policial, já que este subjetivamente escolhe os fatos e as declarações que virão a compor o relatório que, muitas vezes, é a leitura inicial no Poder Judiciário. Segundo Mariza Correa, o relatório do delegado é o momento público de um inquérito policial, selecionando os fatos que [o delegado de polícia] quer evidenciado (CORRÊA, 1983).

Nesse caso, além das declarações da vítima, do indiciado e das testemunhas, o relatório final é interessante se comparado com as demais peças do processo. Nesse procedimento específico, o delegado responsável pela abertura do inquérito policial relatou que a denunciante conviveu com o indiciado por um período e que esse fora marcado por violência, visto que o indiciado é dependente de álcool, o que o transforma em uma pessoa violenta. Mas ao utilizar o termo “aventura amorosa”, o delegado de polícia traz à tona uma memória discursiva em torno dessa expressão, no sentido de que essa memória discursiva “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 2012, p. 31). Dessa maneira, ao usar tal termo, o delegado faz uso de uma expressão que contém um já dito, um sentido que fala antes.

E que sentido é esse? Por que o delegado de polícia utiliza o termo utilizado pelo indiciado para a construção da vítima? Ao utilizar a palavra “aventura”, quis-se dizer algo, já que esta palavra possui diversos sentidos. Citando um deles, foi observada uma definição da palavra “aventura” muito interessante. Aventura, conforme consulta ao dicionário significa “Ligação amorosa, em geral, passageira e inconsequente”²⁶. Nesse caso, a narrativa do delegado, consciente ou inconscientemente, irá produzir efeitos de sentidos na esteira do processo, visto que:

²⁶ Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa. Versão 5.0, corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, 2004.

[...] um relatório de polícia é tudo menos que um documento neutro e objetivo. Ao contrário, é uma variante original do arquivo fabricado [...]. Informa antes e essencialmente sobre aqueles que o escrevem [...]. O policial pode ser vítima de seus preconceitos, de sua cultura profissional ou manipulado [...]. (ROZEMBERG, 2009, p. 168).

Conforme Brandão (2012, p. 11), “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. Podemos inferir que tal relatório de polícia acabou por imprimir na vítima as marcas do gênero, ou seja, produziu significados que irão permear a imagem da vítima na continuação do rito processual.

Os casos até aqui analisados representam apenas as denúncias que, além da agressão, envolvam os vícios e dependências dos agressores, e foram retratados por suas mulheres, esposas e companheiras. Ao apresentarem os indiciados de forma contraditória nos depoimentos, as vítimas acabam de uma maneira ou de outra, atenuando as lesões que sofreram do agressor e construindo vários agressores no momento da fala.

Nos relatos, as vítimas descrevem seus algozes como pessoas de boas intenções, que cumprem com o papel social que lhes é dado, mas que, por conta do vício, transformam-se em vilões. É evidente que o subterfúgio do vício acaba criando uma expectativa de tratamento e retorno ao Lar pelo companheiro ou mesmo para evitar a prisão deste.

Entretanto, nas leituras dos procedimentos selecionados para a pesquisa, dois casos relacionados ao uso de álcool chamaram a atenção. Conforme já trabalhado anteriormente neste capítulo, grande parte das mulheres enfatizaram o uso do álcool como fator preponderante para as violências sofridas; no entanto, nesses dois casos esses fatores foram negados pelas querelantes.

No dia 07 de novembro de 2006, A., dezenove anos de idade, profissão do lar, instrução Ensino Fundamental completo, relatou:

Que a declarante informa que é amasiada com a pessoa de L. há dois anos e que desta união não tiveram filhos; que a declarante alega que há três semanas saiu de casa terminando assim seu relacionamento com L. fato este que na hora da separação L. aceitou; que a declarante alega que o fato da separação se deu em virtude de L. ser uma

pessoa agressiva, sem responsabilidade e bagunceiro e que o mesmo se envolve com outras mulheres bem como costuma frequentar bares; que a declarante alega que não a primeira vez que é agredida por L. **e que L. nunca está embriagado quando lhe agride, bem como não usa drogas [...]**. (DPCAMI, IP 116, 2007, grifo nosso).

Ao contrário de grande parte das declarações, a vítima, ao invés de reforçar o elemento externo como desencadeador da violência, nesse caso afirma a sobriedade do mesmo. Contraditoriamente, a denunciante também revela que o indiciado frequenta bares que são conhecidos como espaços sociais masculinizados com características étlicas significativas. Tomando outras declarações como referência, percebemos que o início do relato traz a mesma estrutura dos demais e, é claro, os motivos. Sem termos acesso às perguntas realizadas pelo escrivão de polícia, podemos inferir que o fato de a vítima ter negado a existência de fatores externos à violência reforçou as desigualdades nas relações conjugais ou, mais precisamente, salientou as assimetrias de gênero nessas relações sociais.

Outro caso semelhante foi narrado na DPCAMI, primeiro por meio do registro do boletim de ocorrência no qual a vítima A., cinquenta e quatro anos, Ensino Fundamental incompleto, afirma à comunicante que “este lhe agrediu fisicamente, como também difamou-a com palavras de baixo calão como vagabunda” (DPCAMI, IP 182, 2008). Quase dois meses depois, ao ser intimada para depor na delegacia, a declarante ratificou o teor do boletim de ocorrência porém, acrescentou que “o autor no dia dos fatos encontrava-se alcoolizado, mas que mesmo quando não está alcoolizado é violento [...]” (DPCAMI, IP 182, 2008).

Esses dois casos se apresentam como exceção em relação aos inquéritos policiais enquadrados nesse recorte. Ao destacar que as violências foram exercidas sem a influência de álcool ou substâncias ilícitas, as vítimas deixam evidente que as agressões partiram de uma escolha consciente de seus algozes, demonstrando uma posição de inferioridade na relação afetiva com os homens. Entretanto, a grande maioria das narrativas aqui enquadradas foi subsidiada pela justificativa do vício e da dependência química do agressor, excluindo-os da responsabilidade pelas violências e maquiando assim as diferenças nas posições de homens e mulheres nas relações afetivas e conjugais.

2.3 O CIÚME

Em muitas das histórias contadas nos inquéritos policiais, a trama da violência tem como enredo os ciúmes por parte dos indiciados. Nos cenários que constroem para os depoimentos, as vítimas ressaltam as crises de ciúmes como desencadeadoras dos atos de violência e como aquelas afetaram suas relações conjugais. É o caso relatado em agosto de 2007, quando a vítima G., profissão locutora, cursando a época ensino Superior, relatou que:

[...] viveu maritalmente com F. por cerca de 05 anos [...]; que a declarante alega que seu ex-companheiro não faz uso de bebida alcoólica e bem como nenhum outro tipo de droga, sendo aparentemente pessoa de bem e trabalhadora; que a declarante **registrou um boletim de ocorrência no último dia 15 de agosto do corrente contra F., porque em casa tiveram uma discussão, pois o mesmo era extremamente ciumento; [...] que esta não foi a primeira vez que foi vítima de F. durante os cinco anos de convivência, tendo sido agredida fisicamente e emocionalmente em várias outras ocasiões; [...]; que F. sempre foi muito violento com a declarante durante as crises de ciúmes que tinha, sendo que a declarante jamais deu motivos para que o mesmo agisse desta forma [...].** (DPCAMI, IP 282, 2007, grifo nosso).

Podemos identificar, no relato supracitado, pelo menos três operações discursivas que enquadram o indiciado em algumas posições diferentes no jogo de gênero. O relato começa com o tempo que o casal ficou junto e com a exposição das virtudes do indiciado, como homem de bem e trabalhador, e que não teria nenhum tipo de vício que pudesse deteriorar sua imagem. Logo em seguida, a depoente já o caracteriza como “extremamente ciumento [...]” e narra os atos de agressão sofridos (DPCAMI, IP 282, 2007). Nesse mesmo depoimento, em sua parte final, a vítima disse ainda que aquelas agressões não foram as primeiras, por isso o registro da ocorrência e a representação criminal contra seu ex-companheiro. Pelo que podemos perceber, é muito comum, tanto nesse relato quanto nos outros, a ambivalência da vítima na construção do

agressor. Essa especificidade faz parte das relações sociais quando estas se traduzem em afetividade e conjugalidade, aliadas ainda às categorias relacionadas ao gênero.

No depoimento proferido para o inquérito policial 107, em 2006, M., Ensino Fundamental incompleto, profissão do lar, relatou que havia sido casada com o denunciado por quinze anos e que tiveram dois filhos. A denúncia da vítima foi em consequência de lesões físicas causadas pelas agressões e objetos jogados pelo autor em direção daquela e da filha mais nova do casal, além de ameaças e ofensas de cunho sexual. O motivo para as violências e as ofensas, segundo a declarante, seriam o fato de ela estar fora da residência do casal. Segundo M.:

[...] seu marido ligou para o celular dizendo para que a mesma retornasse para a casa pois havia uma pessoa lhe esperando, e que S. [indiciado] insistiu muitas vezes ligando seguidamente e falando besteiras como *Vás demorar muito?* ou *estás no motel?*. (DPCAMI, IP 107, 2006).

A vítima continua o relato dizendo que, após as ofensas, desligou o telefone enquanto se encaminhava para sua residência, e que ao chegar foi mais uma vez ofendida enquanto o acusado jogava vários objetos em direção da vítima. A denunciante ainda relatou outras atitudes do companheiro, mas o que chama atenção nesse depoimento é o seu final, mais especificamente o termo utilizado pela vítima para caracterizar as práticas violentas do indiciado. Segundo a vítima, seu companheiro não possui vício algum “mas possui comportamento agressivo **parecendo ter dupla personalidade**” (DPCAMI, IP 107, 2006, grifo nosso).

Em outro caso denunciado tendo como pano de fundo os ciúmes do agressor, a vítima V. relata ao escrivão que

Namorou com o indiciado por um ano e meio, inclusive passava dias e até mesmo um mês ou dois na casa dele; que, no final do mês de outubro do ano passado a declarante terminou o relacionamento com o indiciado devido ao comportamento agressivo dele, o qual se mostra **desequilibrado e explosivo; que seu ex-namorado tem este comportamento por causa do ciúmes exagerado**; que no dia 24 de janeiro deste ano, a declarante estava em sua residência quando o indiciado chegou muito alterado,

querendo saber se a declarante ia sair e com quem; **que ele ficou descontrolado e passou a agredir fisicamente a declarante, mordendo em seu braço, puxando seus cabelos e jogando-a no chão [...]** Que esta é a quinta vez que a declarante é agredida fisicamente pelo seu ex-namorado, sempre motivado por ciúmes [...]. (DPCAMI, IP 030, 2009, grifo nosso).

A escolha dos termos “descontrolado”, “desequilibrado” “parecendo ter dupla personalidade”, consciente ou inconscientemente, reflete talvez a possibilidade de uma contradição da vítima em definir seu companheiro como um homem agressor e, agora com a Lei Maria da Penha, passível de prisão.

Podemos inferir que, com o fato de o crime de lesão corporal, enquadrado nos artigos da Lei nº 11.340, agora ser de maior potencial ofensivo, as mulheres que denunciavam estariam limitando talvez suas falas ou modelando seus relatos, como uma forma de resistência a uma possível condenação de seu companheiro, tendo em vista que estas falas ressaltam patologias emocionais e muitas vezes de caráter psiquiátrico para a construção do agressor.

De acordo com o artigo 20 da referida lei:

Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 11.340, 2006).

Sendo assim, com as pesquisas que tratam dessa temática, desde a Lei nº 9.099, que levou as denúncias de ameaça e lesão corporal contra as mulheres - apenas os crimes de menor potencial ofensivo - para o Judiciário, já havia nos relatos das vítimas contradições e atenuantes para uma possível absolvição do acusado. Antes dessa legislação em específico, as queixas ficavam, em grande parte, nas delegacias, já que o aparato policial tinha como função “amedrontar”, de certa forma, o acusado para que as violências cessassem. Com o encaminhamento quase que automático, para o Poder Judiciário, ficavam comprometidos muitas vezes os relatos de denúncias, trazendo à tona elementos que pudessem ser contornados após uma possível reconciliação como o

descontrole emocional e psicológico (CORREA, 1983; ADAIRLLON; DEBERT, 1987; IZUMINO, 2004; GREGORI, 1993).

Um exemplo para a desconstrução do caráter violento baseado no gênero pode ser percebido no relato de E., no dia 17 de fevereiro de 2009:

Que a depoente vive em união estável com O. há sete anos, e que juntos tem 03 filhos, todos menores de idade [...]. que sobre a situação do casal na data de hoje, a depoente afirma que O. começou uma discussão por causa de ciúmes, ou seja, ele desejava saber “quem era o amante da depoente, qual seu nome e onde ele morava” que a depoente ficou quieta e não respondeu a nenhuma das provocações, que O. “cercou a depoente no quarto das crianças quando então começou a lhe agredir com tapas, socos, chutes e empurrões [...] **Que ele tem emprego [...]; que o indiciado não tem problemas com bebidas ou drogas apenas tem um ciúmes exagerado da depoente** (DPCAMI, IP 044, 2009, grifo nosso).

Mais uma vez a vítima utiliza ou reforça características do agressor, a fim de destacar o cumprimento dele com o papel de pai e companheiro, já que “tem emprego” e “não tem problemas com bebidas ou drogas”, mas “apenas” tem um ciúmes que a vítima considera exagerado. Trata-se de um processo de desconstrução daquele que vai ser julgado e analisado, minimizando a figura do “criminoso” comum, para que a possibilidade de uma possível pena em regime fechado se esgote naquela denúncia, que tem como objetivo final uma lição para o acusado e pai de seus filhos.

Em algumas situações, a força da Lei pode alterar as condições que, a princípio, não teriam como se modificar. Senhora J., 29 anos, frentista, registrou no dia 07 de fevereiro, na Delegacia de Polícia, boletim de ocorrência de lesão corporal contra senhor L., relatando:

[...] que ao ir trabalhar, estava passando em frente a uma danceteria no bairro XXX, quando se deparou com seu marido/autor nos braços de outra mulher. Que ao abordar o mesmo/autor este agrediu a mesma, vindo a ferir a vítima em algumas partes do corpo. (DPCAMI, IP 62, 2007).

A Polícia Militar foi acionada e encaminhou os envolvidos até a Delegacia de Polícia. No relatório do Plantão Policial consta que “foi conduzido pela Polícia Militar, senhor L. por brigar com a mulher; após conversa com delegado, fazer boletim da mulher, foi liberado ele com seus pertences” (DPCAMI, IP 62, 2007). O fato de o denunciado não ter sido preso em flagrante não demonstra, em tese, uma ilegalidade da ação da polícia judiciária. A não instauração do procedimento foi pelo fato do uso do poder discricionário²⁷ da autoridade em caracterizar ou não como flagrante delito a ocorrência atendida pela polícia ostensiva. Interessante é observar o relato dos policiais militares que atenderam a ocorrência. A Polícia Militar, de praxe, ao atender uma ocorrência preenche uma ficha onde colocam os dados dos fatos, local, os envolvidos, objetos apreendidos e um relato da ocorrência. Esse resumo da ocorrência é entregue a autoridade policial na delegacia, para compor o procedimento que se irá instaurar e também para tornar oficial e legitimar a ação policial. Neste procedimento em particular, o resumo de ocorrência da Polícia Militar relata que foram necessárias duas guarnições (veículos utilizados pelos agentes públicos), além de uma autorização por escrito da senhora J. para adentrarem na residência e deter seu companheiro, que estava danificando móveis e utensílios de propriedade do casal.

Nesse sentido, o relato da ocorrência feita pelos policiais militares e a liberação do conduzido pela autoridade policial permitem observar as relações de força que permearam os homens e mulheres neste caso. Uma questão importante é a observação do policial plantonista no tocante à liberação do conduzido, sendo essa feita “após conversa com o delegado”. Quem participou dessa conversa? Além da ação do suposto agressor, houve outros elementos para a ‘absolvição prévia’ do acusado? Podemos inferir que a acusadora e o acusado participaram, em conjunto com o delegado, do desfecho da ocorrência? Ou em outras palavras, foi feito nas dependências da delegacia uma reconciliação desse casal, mesmo tendo diante dos fatos uma Lei tão dura na punição e no tratamento dos acusados de violência praticada contra as mulheres, principalmente em âmbito conjugal?

²⁷ Confere ao agente público uma margem de liberdade para escolher entre várias opções de conduta previamente estabelecidas, e que, de qualquer maneira, deve ser a mais adequada para atender ao interesse público. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

De acordo com Exame de Lesão Corporal realizado pelo Serviço Médico Legal (ANEXO A)²⁸, foi atestado que a mulher apresentava “extensa equimose arroxeadada nos braços, escoriação no 2º dedo da mão esquerda, edema no dorso da mão esquerda, equimose arroxeadada compatível com marcas dentárias em região escapular esquerda” (DPCAMI, IP 62, 2007), ou, em outras palavras, uma mordida na cintura. Este cenário coloca em evidência a ideia de que, mesmo em situações extremas como descrita, a decisão de manter o flagrante não depende, na prática, apenas da representação da vítima, mas de um arranjo entre essa e, possivelmente, a mulher e o homem envolvidos. Os indícios que apresenta esse processo são que, mesmo após cometer uma ação passível de prisão em flagrante, existiram outros fatos que colaboraram para o entendimento do delegado e, em consequência, da vítima, em não caracterizar o flagrante e a consequente liberação do acusado, demonstrando, mesmo com a legislação da LMP, uma desqualificação da violência quando praticada nas relações afetivas.

Sendo assim, a senhora J. foi intimada quase seis meses após a confecção do boletim de ocorrência e declarou que:

[...] esta registrou o boletim de ocorrência nº -----, contra seu companheiro [...], e ratifica os termos contidos no presente boletim, contudo [...] **não mais a agrediu e encontram-se morando juntos, motivo pela qual a declarante não mais deseja representar criminalmente contra o mesmo, solicitando o arquivamento do processo.** (DPCAMI, IP 62, 2007, grifo nosso).

A renúncia ao direito de representação criminal significa que, após a instauração do inquérito policial, a comunicante desiste de levar adiante a denúncia feita e interrompe o processo, já que nesse período a continuação do feito policial e consequente, transformação em processo judicial, dependiam de uma representação formal da denunciante, mesmo com a declaração da notícia crime na confecção do boletim de ocorrência.

²⁸ O exame de Lesão Corporal, chamado também de Auto de Exame de Corpo de Delito é peça obrigatório nos inquéritos policiais onde há a ofensa à integridade física da vítima. O exame é realizado após o registro do boletim de ocorrência na delegacia de polícia e é de responsabilidade do Instituto Geral de Perícias, por meio do Instituto Médico Legal (IML).

Depois de tomada a termo a decisão da renúncia, não há a denúncia do fato pela autoridade ou Ministério Público. Enquanto fonte, os procedimentos que foram interrompidos pela renúncia da comunicante constam apenas a portaria de instauração do feito, boletim de ocorrência e termo de desistência com os motivos da renúncia, sendo esses muito curtos e objetivos. Porém, apesar da interrupção do procedimento, há muitos fatores que podem ser pensados nessa situação.

Elaine Reis Brandão (1997) buscou compreender a percepção e o enfrentamento de mulheres em situação de violência doméstica problematizando justamente a interrupção dos tramites jurídicos. Segundo a autora, a procura da delegacia para a denúncia de ameaças e agressões institui um novo patamar de discussão e negociação conjugal, que conduzem independente da atuação direta da polícia. Brandão assinala que entre a denúncia e os desdobramentos do feito policial há uma conquista, pelo menos temporária, das mulheres em seus relacionamentos afetivo conjugais e que a decisão de desistir ou continuar o processo é pensada como poder de barganha no cenário conjugal. Ou seja, paralelamente ao trabalho da polícia judiciária há as negociações e os ajustes no sentido de (re) equilibrar estas relações, já que a denúncia formal - confecção do Boletim de Ocorrência - e a audiência na delegacia não acontecem no mesmo dia, mas foram condicionadas a uma agenda de pautas. Nesse sentido, entre a denúncia da ameaça ou a agressão mediante Boletim de Ocorrência e a instauração do inquérito e a data da intimação podem decorrer semanas e até meses.

No caso em discussão, ficam evidentes as semelhanças com as situações apresentadas por Eliane Brandão. No entanto, o mais interessante não foi a renúncia após os meses de espera da intimação pela vítima, mas a “conversa” com o delegado que culminou, não apenas na soltura do acusado, mas também na renúncia futura do processo criminal.

Apresento a seguir um caso interessante no que diz respeito à intervenção da Polícia Militar e os julgamentos baseados nas relações de gênero, e que acabariam invertendo a posição de cada um dos envolvidos na trama policial. A senhora J., 33 anos, auxiliar administrativa, 2º Grau completo, realizou a denúncia de Lesão Corporal contra S., seu ex-marido, relatando à escrivã de polícia, além da agressão, o fato de que ela já havia procurado a Vara da Infância e da Família, pedindo o afastamento de seu companheiro da residência onde moravam, visto que ele era viciado em substâncias entorpecentes e, de acordo com o relato, colocava a saúde de seus filhos em risco. Segundo

o boletim de ocorrência, a comunicante da agressão relatou que estava morando com a mãe, pois o processo de separação já estava acontecendo, mas necessitou ir até a antiga residência do casal buscar fraldas para o filho, onde ocorreu a violência ora denunciada. Mesmo com a afirmativa do Promotor de Justiça em determinar o afastamento do indiciado da residência, tal ação não ocorreu, devido à burocracia judiciária, pois o notificado não fora encontrado para que o oficial de Justiça pudesse notifica-lo (DPCAMI, IP 27, 2009).

Mesmo assim, a declarante saiu da residência levando os três filhos que teve com o acusado e foi morar com seus pais. Relatou ainda que no dia dos fatos, foi até a residência buscar objetos e pertences pessoais das crianças, deparando-se com um casal que não conhecia dormindo em um dos cômodos da residência e no antigo quarto do casal havia vestes íntimas além de preservativos. Nesse momento, de acordo com a comunicante, houve uma discussão com seu companheiro sendo que este lhe agrediu fisicamente com tapas no rosto. Neste trecho, a comunicante relata que, para se defender, precisou atacar seu companheiro, dando-lhe uma mordida em um dos dedos, e quando teve oportunidade acionou a Polícia Militar.

O senhor S., 40 anos, cobrador de ônibus coletivo, 1º Grau incompleto, relatou que jamais agrediu sua companheira ou a qualquer de seus filhos; também disse que tinha sido ele a vítima das agressões por parte de sua ex-mulher e que não sabia o que ela fora fazer na casa. Quando os policiais militares chegaram à residência “o declarante explicou o que havia ocorrido, tendo os policiais militares constatado que o declarante não havia agredido ela e sim tinha sido vítima de agressão” (DPCAMI, IP 27, 2009). Segundo este, ao explicar “os fatos”, os agentes de segurança concluíram que ele é que tinha sido agredido pela ex-mulher, mesmo sendo esta quem teria acionado ou solicitado a intervenção. Interessante perceber que no relato da declarante também está colocada a posição tomada pelos agentes de segurança, no qual ela relatou “aos policiais o ocorrido, e acabaram dando razão para Senhor S., sendo que uma das guarnições tratou a declarante como criminosa; que [o acusador] [...] não foi preso pelos policiais [...]” (DPCAMI, IP 27, 2009). Nos depoimentos, os policiais relataram que:

[...] foram acionados pelo Copom para atender ocorrência de **vias de fato** entre um casal [...]; que no local uma feminina que se encontrava na frente da casa e disse chamar-se senhora J. [...], a qual estava muito alterada, relatou que havia saído de

casa há uma semana e ao retornar na data de hoje, constatou a existência de uma calcinha [...], [e que] não sendo dela passou a discutir com [o acusado] [...]; que a guarnição não entendendo a ocorrência de nenhum delito no local, providenciou o encaminhamento do [denunciado] [...] até o pronto socorro. (DPCAMI, IP 27, 2009, grifo nosso).

Nesse documento é importante atentarmos não para a veracidade das versões, quem estava certo ou quem está mentindo. Nas narrativas de um documento como um inquérito policial é a representação de valores ou ideais normatizadores que dão o tom do discurso, uma tentativa dos envolvidos de adequar suas falas, sua versão com um ideal de gênero nas relações conjugais. Assim como o denunciado, os policiais militares enfatizaram o ato citando o aparente ciúme da mulher como sendo uma postura inadequada dela e justificando as consequências da ação “precipitada” da mulher.

A atitude dos policiais militares em relação às posições da mulher e do homem envolvidos de uma maneira arbitrária, sem a devida verificação ou apuração por procedimento legal, demonstrou como as relações de gênero foram objetivadas por meio da intervenção policial. Será que ao marcar a posição vítima/autor de forma invertida, os agentes não estariam, na verdade, demarcando papéis sociais de masculino e feminino? O fato de enfatizarem, como foi dito acima, o ciúme da mulher coloca em destaque a emoção feminina em detrimento de uma racionalidade na relação no espaço público e, talvez, busque legitimar a ação violenta do ex-companheiro para acalmá-la.

Outra questão levantada nos relatos dos agentes é a utilização recorrente da veste íntima de outra mulher para caracterizar a histeria feminina, sendo então o enredo principal das falas dos dois policiais, do autor e, inclusive, da vítima e no relatório do delegado de polícia. Esses discursos frisam uma postura feminina da denunciante e sua relação com o que é ligado às emoções e aos sentimentos. Esses valores de mãe, de mulher, também por motivos diferentes dos outros, são utilizados pela denunciante, já que o relato do registro de ocorrência inicia-se com a justificativa dela em ir até a residência do acusado para “buscar fraldas para seu filho de quatro meses” (DPCAMI, IP 27, 2009). Ou seja, fica evidente o recurso da “mãe zelosa” para demonstrar aos oficiais da polícia a dedicação e o cumprimento de seu papel social como mulher.

Esses trechos lidos em conjunto produzem efeitos de sentidos, sendo que estes “não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 30).

Como tenho demonstrado ao longo desse capítulo, as repetições de termos e narrativas, os detalhes e os discursos recorrentes apresentados nos inquéritos policiais nos propiciam um olhar mais apurado para o cotidiano dessas relações sociais. É o mais do mesmo, o corriqueiro, que nos permite atravessar a opacidade dos discursos que constroem as relações conjugais violentas, nas quais o excepcional, o insólito e o inusitado não chegam. No entanto, em alguns casos, o diferente nos faz enxergar outras intersecções que, embora sejam evidentes, precisam ser lembradas ao longo do trabalho.

Nesse sentido, a denunciante E., de 39 anos, no dia 10 de janeiro de 2007, relatou na delegacia de polícia que:

Esclarece a declarante que viveu com o acusado durante catorze anos, e tem uma filha com dez anos de idade; que durante toda a convivência houve agressões físicas e outros problemas entre o casal que não foram registradas, pois depois havia reconciliação e não eram agressões contumazes; que há um ano ocorreu a separação de ambos, ou seja, no mês de dezembro de dois mil e cinco, **que a separação deu-se por falta de amor e incompatibilidade entre o casal; [...];** Que no mês de julho de dois mil e seis o casal reatou a convivência que durou apenas quinze dias, **aonde a declarante percebeu que havia falta de amor e respeito entre o casal; [...];** que a declarante quer fazer **consignar** que diariamente o acusado envia torpedos e e-mail para a declarante **numa demonstração séria de fazer pressão psicológica** para a declarante não procurar a justiça e prestar declarações na delegacia; [...]; que a declarante esclarece que o acusado Senhor G. **é tido pela declarante como uma ameaça a sua integridade física, e teme por sua vida [...].** (DPCAMI, IP 01, 2007, grifo nosso).

Podemos perceber que tais declarações diferem da grande maioria dos relatos apresentados nesta pesquisa. Mas o que podemos verificar para uma mudança, não só pelo caráter único e individual de cada

situação? A princípio, uma questão salta aos olhos deste pesquisador: a questão da escolarização, ou melhor, uma questão de classe dos envolvidos. De instrução Superior, tendo como profissão o exercício da psicologia, o depoimento de EM chama atenção pela forma com que narra a violência e sua relação com seu companheiro. Para tanto, ela utiliza argumentos baseados no discurso do amor e de conjugalidade e não em elementos considerados externos como, os apresentados no decorrer do capítulo. As palavras utilizadas para a construção da narrativa também são aspectos que devem ser ressaltados. Termos como “incompatibilidade” ou então quando ela diz que “as agressões não eram **contumazes**” (DPCAMI, IP 01, 2007, grifo nosso), divergem de grande parte das narrativas nos procedimentos selecionados.

Se levarmos em consideração o grau de escolarização e a profissão das mulheres em situação de violência nos casos aqui analisados, podemos vislumbrar a seguinte configuração: do total dos cento e quarenta e sete (147) mulheres, 30% declararam serem cuidadoras do lar, ou seja, não possuem outra atividade fora esta (APÊNDICE C). Apenas 3% possuem Ensino Superior completo e 4% delas têm funções compatíveis ou equivalentes às de chefia. As outras mulheres têm ocupações de caráter braçal e de baixa qualificação, ou seja, um grande percentual das vítimas é das camadas populares e de baixo poder aquisitivo e baixa escolarização (APÊNDICE D). Estas estatísticas correspondem às pesquisas que tratam do tema da violência conjugal em esferas estadual e nacional, mas isto não quer dizer que as violências de gênero não aconteçam nas camadas mais altas. Apesar do número insignificante estatisticamente de boletins de ocorrência, os conflitos conjugais nesta classe social são resolvidos em outras esferas de resolução.

Aquelas que pertencem às camadas mais pobres, geralmente, reagem à violência masculina de forma explícita, deixando visível o fato de terem sofrido a agressão. Enquanto mulheres das camadas mais altas, diferentemente, tendem a manter sigilo em torno da situação de violência em que vivem, pois para elas, as normas que vigoram em seu meio social não lhes permitem expor a vida íntima do casal, sem perda de status. (CUNHA, 2008, p. 171).

Nesse sentido, não é raro esses conflitos conjugais serem resolvidos por meio de processos na área civil a partir de representações

impetradas por advogados. Ainda, segundo Cunha, a violência é vista de maneira diferente, dependendo da posição econômica e nível intelectual dos envolvidos, já que as mulheres conseguem visualizar os aspectos simbólicos e culturais nos comportamentos agressivos e autoritários de seus companheiros, além da violência física (CUNHA, 2008).

No entanto, pesquisas que trabalham com esse recorte nessa temática demonstram que cada vez mais mulheres das camadas médias e altas vêm aparecendo nas estatísticas policiais, principalmente em pesquisas acadêmicas. A pesquisadora Bárbara Garcia da Silva (2007) trabalhou com a violência conjugal contra mulheres de classe média da cidade São Paulo, por meio de análise quantitativa de ocorrências da 2ª delegacia de defesa das mulheres desse município, localizado em um bairro de classe média-alta, nos anos de 2002, 2003 e 2004. Sua pesquisa demonstrou que houve um aumento em números absolutos nos casos de denúncia de violência conjugal nas classes médias e altas, acompanhando o aumento dos registros como um todo (SILVA, 2007).

Ao analisar as falas destas mulheres no sentido de compreender os diversos discursos e estratégias utilizadas para a construção do delito, do autor e seus motivos, a partir dos motivos como vício, ciúmes e um sentimento exagerado de posse e propriedade, pode-se observar que as denunciantes muitas vezes retiram a responsabilidade dos agressores da violência, utilizando-os como:

Um recurso frequente nas explicações sobre os conflitos domésticos [...] atribuir a responsabilidade por eles a elementos que não dizem respeito às suas condutas e que são de difícil resolução por parte delas. São os homens, a partir de algo que lhes é próprio - enquanto 'homens' ou enquanto homens doentes". (GREGORI, 1993, p. 140).

Em muitos relatos, após a exposição dos motivos, aparecem na narrativa um “mas é homem bom e trabalhador”, ou ainda “só me agride quando bebe”, o que sugere uma suavização em relação a figura do agressor perante o escrivão de polícia. Ao apontar esses elementos, de certa forma, as declarantes reproduzem as violências de gênero, já que naturalizam comportamentos agressivos de seus (ex) companheiros e evocam características positivas que fazem parte das configurações de masculinidades (CUNHA, 2008; GREGORI, 1993; IZUMINO, 2004; SILVA, 2007). Nessa questão, observa-se a desconstrução da figura do

agressor perante os operadores da segurança pública e, a partir do processo criminal, pelos operadores do Judiciário.

Ao fortalecer as características como dependência e ciúmes, as vítimas colaboram para que certos comportamentos masculinos sejam entendidos como naturais na identidade masculina, ou como escreveu Pierre Bourdieu, “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vista como naturais” (2012, p. 46). Ou seja, ao narrar as violências, elas as colocam de certa maneira como inteligíveis aos olhos dos operadores e aos próprios olhos, encarando-as como violências que não podem ser evitadas, dadas as características inerentes à identidade masculina do agressor.

No entanto, não podemos desconsiderar as relações de poder implicadas na decisão em denunciarem ou não seus (ex) companheiros. Ao registrar a ocorrência, as mulheres operam saberes e se colocam como sujeitos na relação. A partir do registro, o jogo conjugal passa a ter uma participação maior das vítimas que decidem o que denunciar e também como denunciar (GREGORI, 1993). Além disso, há uma legislação que defende esse direito à denúncia e, mais importante, torna obrigatória a escuta dessas narrativas em órgãos da segurança pública e no Poder Judiciário. Isto quebra a dicotomia vítima-agressor como posição naturalizada e fixa nas relações conjugais violentas empoderando as mulheres nas relações de gênero.

CAPÍTULO 3

3 MASCULINIDADE E AS CONSTRUÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO PELOS INDICIADOS

Para atender aos objetivos desta pesquisa e para a compreensão dos discursos e os significados assimétricos de gênero nas relações afetivas e conjugais violentas, é importante ressaltar que uma das grandes novidades que a Lei Maria da Penha proporcionou foi o aumento das penas para os crimes de ameaça e lesão corporal contra as mulheres.

A criminalização das violências contra as mulheres foi muito discutida por conta da legislação que instituiu os JECRIMs que por alguns anos objetivou a conciliação de vítimas com seus agressores para a manutenção de uma ordem familiar. Com o advento da Lei nº 11.340/06, as violências de gênero, especialmente os crimes de ameaça e lesão corporal, passariam a ser apurados por meio da instauração de inquérito policial. O inquérito policial, de acordo com o Código Penal brasileiro de 1940 e conforme Silva (2011, p. 42):

É todo procedimento policial destinado a reunir elementos necessários a apuração da prática da infração penal. Seu objetivo é coletar informações sobre a autoria de um fato ocorrido e sua materialidade, e sua função é servir de base ora acusação no processo penal.

A Lei nº 11.340 promoveu uma nova fase na luta e enfrentamento em prol das mulheres em situação de violência. As críticas à Lei dos Juizados Especiais Criminais, ou melhor, o impacto dessa legislação no que diz respeito aos modelos conciliatórios de solução de conflitos, especificamente nos delitos que envolvem as violências contra as mulheres, repercutiu de tal forma que no artigo 41 da Lei nº 11.340 proibiu explicitamente o uso daquela legislação nos casos de violência de gênero. Segundo a redação do referido artigo, “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”²⁹.

²⁹ Título VII, art. 41, Decreto-Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Esses homens, agora indiciados formalmente em inquéritos policiais, têm suas versões como objetos de análise, com o objetivo de compreender nessas narrativas os discursos que fazem parte da construção de um determinado tipo de masculinidade pautada na hierarquia e em uma representação tradicional de gênero.

3.1 DISCURSOS E MASCULINIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS E CONJUGAIS

Para analisar a construção discursiva do homem e seus papéis sociais nas relações afetivas e conjugais, é necessário dialogar com os estudos sobre as masculinidades e os significados na produção das subjetividades de gênero. As narrativas dos indiciados, vistas como práticas, são as fontes para compreender como são dispostas as relações sociais específicas pela ótica dos estudos de gênero, discurso e poder. Para entendermos essas falas, faz-se necessário articular as relações de gênero com as concepções da construção social do ser homem, presentes nesses discursos, e entender as hierarquias de poder que estão imbricadas nesses projetos conjugais.

Ao compreender as relações de gênero como produtos culturais e não naturais, entendo que os mecanismos de produção e reprodução advêm de um aparato social que organiza e justifica os papéis sociais e as expectativas que estes promovem a mulheres e homens em um determinado contexto histórico. Falar de mulheres ou dominação masculina quer dizer falar de mulheres e homens,

Uma vez que nas nossas sociedades as duas categorias de sexo cobrem a totalidade do campo social, parece lógico que qualquer especificidade de uma se defina apenas em sua relação com a especificidade da outra, e que uma e outra não possam ser estudadas isoladamente, pelo menos antes de terem sido totalmente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural. (WELZER-LANG, 2004, p. 108).

Assim, é muito importante nesta pesquisa trazer à tona a fala do outro, neste caso específico, do acusado de praticar as violências. Os estudos sobre as masculinidades nesse ponto irão contribuir para a análise das narrativas, já que fornecem o suporte teórico-metodológico necessário para pensarmos as hierarquias de gênero não em termos de

diferenças naturais e biológicas, mas como produtos de aspectos relacionais e condicionados a fatores históricos e culturais.

O pesquisador Daniel Welzer-Lang (2004) reforça a ideia de que estudar os homens, ou as masculinidades enquanto construção social, só possui lógica a partir da relação com os estudos das feminilidades e, conseqüentemente, dos estudos de gênero. Destarte, as masculinidades projetadas sobre aqueles passam pela intersecção com o estudo das mulheres, “integrando as duas categorias de sexo num sistema social de sexo caracterizado pelo funcionamento dialético das relações sociais entre os sexos” (WELZER-LANG, 2004, p. 108).

De acordo com Monteiro, “os estudos sobre masculinidade no Brasil aprofundaram-se concomitantemente ao crescimento desse campo em países europeus e norte americano” (2013, p. 349), a partir da década de 1960. Em consequência da pluralidade dos movimentos sociais deste período houve a incorporação dos homens nos debates sobre as condições femininas, bem como questionamentos sobre a posição do homem na estrutura das relações de gêneros e suas práticas no interior dessas relações. A partir desses movimentos, chegava-se à conclusão de que o gênero não era somente uma questão para as mulheres, e tanto essas quanto aqueles, só existem na relação com o outro (WELZER-LANG, 2004).

Nas décadas seguintes, os estudos sobre masculinidade se intensificaram e se aprofundaram, gerando novas expectativas de análises. A ideia da construção social da masculinidade se estabeleceu, de maneira efetiva, a partir da década de 1990, com a incorporação das tradições das teorias de gênero. Mas o que seriam exatamente as masculinidades? Como isso pode servir para entendermos as assimetrias e hierarquias nas relações entre os sexos? Para Roberto Connell, as masculinidades são definidas como “uma configuração de prática em torno da posição do homem na estrutura das relações de gênero” (apud FIALHO, 2006, p. 4), sem deixar de mencionar que historicamente há múltiplas configurações em torno das posições sociais de gênero.

Ao propor o estudo das violências de gênero em âmbito doméstico e familiar, pretendo então ultrapassar as barreiras das feminilidades, possibilitando identificar a construção do homem enquanto agressor e detentor de poder, aquele que tem a autoridade sobre a ordem familiar. Levando em consideração que é nos contratos conjugais que as violências, sofridas ou provocadas ganham outros sentidos, partindo de uma economia de direitos, deveres e papéis a serem cumpridos (GROSSI, 1998; MACHADO, 2004). São nessas

relações afetivas e conjugais que as violências de gênero são mais invisibilizadas, ganhando outros contornos culturais.

A partir das falas dos homens acusados pelo crime de lesão corporal contra suas (ex) companheiras, o objetivo é compreender como são legitimadas discursivamente as assimetrias de gênero, procurando evidenciar as relações de poder na constituição de um determinado tipo de masculinidade. As posturas discursivas são operadas pela lógica do interrogatório, por meio de perguntas realizadas pelo escrivão de polícia.

É interessante mencionar que nas leituras das narrativas, as versões dos conflitos pelos interrogados, sugerem claramente uma prática necessária quando do uso da violência reconhecida por eles ou não, para a manutenção da ordem familiar, dando voz a interdiscursos que fornecem características de comportamento esperados, produzindo enunciativos que fazem sentido àquele que ouve, aquele que traduz as palavras e histórias com uma coerência que nada mais são que representações e práticas discursivas de um modelo de vivenciar um certo tipo de masculinidade.

Ao justificarem suas ações, esses homens direcionam a responsabilidade pelos conflitos para a mulher, considerando justas suas ações e, de certa forma, corretivas e necessárias, para o desenvolvimento de uma determinada conjugalidade. Essas falas reforçam papéis sexuais estruturantes que legitimam a violência. Destaco que esses papéis sexuais “ligam-se a um conjunto de valores e atitudes socialmente determinados, correspondentes às representações e expectativas de ser homem [ou mulher] em todas as sociedades” (CECHETTO, 2004, p. 58). Além disso, essas expectativas e representações de homem e mulher cruzam-se com categorias como classe social, etnia, religiosidade, além das diferenças temporais e geográficas. Quando contam suas histórias, assim como as mulheres, esses homens buscam referências em comportamentos e representações tradicionais de gênero como a autoridade, honra e moral; e sustentam práticas hierárquicas em que as representações do conflito, a ordem da narrativa e as estratégias discursivas “apagam, minimizam ou realçam certas agências dos envolvidos” (FREITAS, 2011, p. 132).

3.2 O PERFIL DOS INDICIADOS

Em relação à idade dos acusados, ao menos em metade dos casos denunciados, os autores tinham entre 31 e 45 anos no momento da agressão. Se ampliarmos um pouco o olhar, levando em consideração os mais jovens, em 72% dos casos, os autores tinham até 45 anos. Em

conformidade com outras pesquisas, a ocupação e a escolarização também refletem a média nacional.

Figura 2 - Idade dos indiciados



Fonte: Arquivo DPCAMI (2006 - 2010).

Os acusados de agressões, no que diz respeito aos perfis sociais e econômicos, como ocupação profissional e escolarização, seguem um padrão semelhante aos das vítimas. Em relação à escolarização, mais de 50% dos acusados têm o Ensino Fundamental incompleto e, se contarmos com o Ensino Fundamental completo, há um número superior a 70% dos acusados que têm, no máximo, o Ensino Fundamental.

Quadro 4 - Escolarização dos indiciados

ESCOLARIZAÇÃO	QUANTIDADE
Fundamental incompleto	75
Fundamental completo	30
Médio incompleto	8
Médio completo	16
Superior incompleto	4
Superior completo	6
Alfabetizado	5
Analfabeto	-
Não informado	3
TOTAL	147

Fonte: Inquéritos policiais (2006 - 2010). Arquivo DPCAMI.

As ocupações desempenhadas pelos acusados também condizem com a escolarização e com a classe que majoritariamente procura as delegacias de polícia para a solução de conflitos. Se traçarmos um paralelo entre escolarização e ocupação, temos o Quadro 5.

Quadro 5 - Ocupação dos indiciados com base na escolaridade/Braçal e Fundamental

OCUPAÇÕES DE NATUREZA BRAÇAL/ ENSINO FUNDAMENTAL	126
Profissional da construção civil	19
Motorista/ajudante de motorista	14
Ocupação não informada	6
Mecânico	9
Ambulante/autônomo	6
Operador de máquina	9
Comerciante (com ensino até Fundamental)	4
Vigilante	8
Aposentado (com ensino até Fundamental)	5
Auxiliar de Produção/depósito	7
Agricultor	2
Encanador	2
Pintor	7
Serviços Gerais	3
Gerente/encarregado (com ensino até Fundamental)	2
Pescador/manipulador de pescados	2
Estivador	4
Cozinheiro	1
Frentista	1
Funileiro	1
Vidraceiro	1
Dedetizador	1
Serralheiro	2
Estudante	2
Gerente (com ensino até Fundamental)	1
Carpinteiro	1
Marceneiro	1
Padeiro	1
Estofador	1
Garçom	1
Açougueiro	1
Desempregado	1

Fonte: Fonte: Inquéritos policiais (2006 - 2010). Arquivo DPCAMI.

Quadro 6 - Ocupações Ensino Médio/Técnico

ENSINO MÉDIO	14
Motorista	3
Comerciante	3
Serigrafista	1
Vendedor	1
Gerente	1
Torneiro mecânico	1
Ocupação não informada	1
Marceneiro	1
Marinheiro	1
Assistente administrativo	1

Fonte: Inquéritos policiais (2006 - 2010). Arquivo DPCAMI.

Quadro 7 - Ocupações de Ensino Superior

OCUPAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	7
Advogado	2
Motorista	1
Desempregado	1
Dentista	1
Publicitário	1
Comerciante	1

Fonte: Inquéritos policiais (2006 - 2010). Arquivo DPCAMI.

3.3 AS VERSÕES DOS INDICIADOS

Dos cento e quarenta e sete inquéritos (147) policiais enquadrados na seleção e recorte do tema pesquisado, a primeira observação é que seis acusados tomaram a decisão de falar somente em juízo.

Previsto legalmente, o direito de permanecer em silêncio na fase inquisitorial foi pouco utilizados. No entanto, para aqueles que optaram por contar suas versões, duas características iniciais norteiam as análises: a negação ou admissão da violência. Sendo o inquérito policial uma peça para a obtenção de informações e elementos que visam apurar a infração cometida, bem como a autoria, essa peça pré-processual tem

como objetivo questionar o interrogado e sua participação no delito em que fora acusado.

Seguindo a lógica, após as perguntas iniciais como o tempo de relação afetiva bem como a composição familiar, e se o casal teve filhos ou não, inicia-se o interrogatório com a leitura da denúncia a partir do boletim de ocorrência, informando o crime enquadrado por meio do relato da denunciante. A próxima pergunta do escrivão é a que vai nortear a fala do acusado até a conclusão do procedimento. Perguntado se as denúncias são verdadeiras ou se as violências foram realmente cometidas pelos envolvidos, quase 70% os indiciados negaram as acusações de agressões e, de certa maneira, negaram também qualquer violência no período que mantiveram uma relação afetiva com a vítima, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Participação dos acusados



Fonte: Acervo da DPCAMI - (2006 - 2010).

Em números, cento e dois acusados negaram formalmente as acusações realizadas pelas companheiras ou ex-companheiras. Nas falas dos indiciados, a primeira observação assinalada pelo escrivão é o fato do acusado admitir ou não o dolo da ação violenta. Ao negarem a violência, os homens transferem a carga da culpa à outra parte, desqualificando essas denúncias por meio da exposição de conflitos que visam, a priori, suprimir as relações de poder latentes.

Que, o declarante alega que viveu em união estável com a pessoa de nome E. por dois anos e sete meses e que há um dia estão separados; Que o declarante alega que as acusações contra sua pessoa não são verdadeiras e que E. encontra-se

fora de casa porque apenas discutiram no dia 28 do corrente por volta das 16:00 horas porque E. exigia que lhe desse a senha da conta do banco que pertence ao declarante. (DPCAMI, IP 52, 2007).

Que o declarante nega os fatos a si imputados, esclarece que no dia dos fatos, foi procurado pela sua ex-companheira M., a qual dizia querer falar com o declarante, mas este já havia dito via telefone para a filha que não queria falar com M.; que esta começou a gritar na frente do portão do declarante e foi entrando para dentro do seu terreno, e então o declarante pediu que a mesma saísse de sua propriedade e disse que não queria falar com a mesma; que, alega que pediu educadamente que esta saísse para fora de seu portão e a colocou para fora, porém não agrediu a mesma [...]. (DPCAMI, IP 233, 2007).

Que, o declarante cientificado das acusações a si imputadas alega que nada que D., sua amásia alega nos registros de boletins de ocorrência por ela registrados são verdadeiros; que o declarante alega que nunca ameaçou D. e que nunca a agrediu ou mesmo a destratou [...]. (DPCAMI, IP 124, 2006).

Os interrogatórios enquadrados nessa série seguem nesse mesmo padrão, sendo que as negativas das agressões indicam uma estratégia de defesa dos indiciados, tendo em vista que o que menos importa é certificar se o indiciado se comportou conforme relatado, mas sim verificar os discursos utilizados como estratégias para a relativização da denúncia. A negativa da violência não pode ser pensada apenas como um mecanismo utilizado de forma consciente e objetiva pelos acusados para não responderem a um processo crime, levando em consideração que, em grande parte deste grupo, em algum momento de suas narrativas apresentavam algum quadro ou situação de violência.

Ao não reconhecerem suas condutas e práticas como violentas, reconhecem o conflito, mas não a violência. A negativa, por si só, já pode ser representada por meio dos significados de gênero, já que legitimam a intervenção do homem na manutenção da relação pela posição dominante ocupada pelo masculino. Eles não consideram, por

exemplo, puxões de cabelos e empurrões como agressões e muito menos a necessidade da intervenção da justiça nos casos de conflitos nas relações conjugais. Nestes interrogatórios, identifiquei uma correlação entre violência e possíveis marcas e sequelas que destas resultaram. No caso relatado a seguir, o indiciado A. conviveu com A. por aproximadamente vinte anos; fora acusado de cometer violência física por meio de socos na cabeça da vítima, além de outras agressões ao longo da relação conjugal. Para o escrivão de polícia, o indiciado relatou que:

Faz dois meses que o declarante obrigou-se a deixar sua casa porque não estava mais conseguindo se entender com sua companheira de vinte e um anos de união então para evitar maiores conflitos familiares foi morar com sua irmã [...]; A. contrariada passou a danificar suas coisas [...], começou a dizer que o declarante tinha uma amante e assim partiu para cima de sua pessoa que somente a segurou pelos braços para evitar ser agredido, ela continuou se batendo e o declarante a segurou mais forte não sabendo precisar em que parte do corpo, mas acredita que de maneira alguma a feriu. (DPCAMI, IP 173, 2007).

Em outra situação semelhante, a vítima relata em boletim de ocorrência que “o autor é seu ex-companheiro e conviveu com o mesmo acerca de seis anos [...]; Relata ainda, que na presente data o autor adentrou em sua residência e agrediu-a fisicamente, além de proferir ameaças [...]” (DPCAMI, IP 192, 2008). No interrogatório, o acusado defendeu-se relatando que:

Nega os fatos imputados a sua pessoa por parte da vítima, nunca agrediu ela verbalmente nem fisicamente, bem como nunca jogou carne ou café quente no rosto dela [...]; que, nega o fato de ter ameaçado a ex-companheira de morte, **esclarecendo que apenas a empurrou e puxou-a pelos cabelos.** (DPCAMI, IP 192, 2008, grifo nosso).

Entretanto, os interrogatórios selecionados não apresentam apenas este marcador, de reconhecer ou não a violência cometida.

Organizando essas narrativas, identifiquei alguns argumentos fornecidos pelos homens para justificar a denúncia das vítimas e a presença desses nas delegacias. Tanto no caso daqueles homens que negam como daqueles que admitem, as causas para os conflitos são apresentadas a partir de alguns elementos que significam as assimetrias de gênero destacando características marcadas pelo determinismo biológico e as representações tradicionais de feminilidade e também das masculinidades. Motivos como legítima defesa, infidelidade e a inadequação da companheira ou ex-companheira em assumir os papéis sociais como aquela que faz a manutenção do lar e cuida dos filhos.

Para cada um destes motivos e séries de explicações, é identificada nesses discursos uma predisposição biológica da mulher ou mesmo do interrogado e até uma ordem “natural” de comportamentos, normas e valores. Ao relatar as agressões como resultado de uma ação que visava a legítima defesa, os acusados transferem a responsabilidade do conflito para as mulheres. De maneira contraditória, em primeira mão os acusados negam a agressão, porém depois, no meio ou no final da narrativa, confirmam essas, justificáveis então pela atitude violenta por parte das (ex) companheiras.

Que o declarante nega os fatos a sim imputados, esclarecendo que no dia dos fatos, o lesionado foi o declarante, que recebeu uma marretada de sua companheira S., e então como estivesse dormindo, acordou assustado e pegou no pescoço de S. e quando esta disse ser ela, recebeu mais uma pancada na cabeça e foi para no hospital. (DPCAMI, IP 32, 2007).

Que, nesta tarde as partes iniciaram uma discussão porque a companheira só quer dinheiro, ela acha que o declarante é “banco”; que, a companheira ficou descontrolada e passou a jogar as panelas contra o declarante; que, a companheira geralmente tem esse comportamento violento, esclarecendo que deu **apenas um empurrão na mesma, como forma de defender-se.** [...]. (DPCAMI, IP 381, 2008, grifo nosso).

Se por um lado temos esse grupo de acusados que rejeitam o rótulo de agressor e negam que tenham praticado ou usado de violência contra suas (ex) companheiras, por outro temos aqueles que

confirmaram o uso da violência física a fim dar maior autoridade às ações e sua posição na hierarquia familiar. Nesse subgrupo, a característica fundamental das narrativas é a origem dos conflitos calcados na mulher, ou seja, os acusados culpam as mulheres pelos inícios dos conflitos e, de certa forma,

[...] permitem aos agressores justificar seus comportamentos sempre tendo por referência o comportamento de suas esposas e companheiras. Contribuem assim para que o conflito existente não transborde as fronteiras do privado, desautorizando a intervenção da justiça em questões que estão previstas no contrato [conjugual]. (IZUMINO, 2004, p. 183).

Assim, na hora do interrogatório, os indiciados esperam atenuar as reprovações pelas agressões, transferindo a carga de responsabilidade para as vítimas, buscando uma legitimação dos agentes públicos no momento de sua fala. Isso significa que os homens partem de comportamentos que representam uma condição feminina, apresentando-as como mulheres descontroladas emocionalmente. Ao evidenciar descontroles e desequilíbrios, é impossível não fazer uma ponte com os discursos do século XIX e sua preocupação com o sexo, principalmente sobre a construção de uma sexualidade feminina e homogeneização do ser mulher no ocidente (FOUCAULT, 2012). O descontrole feminino é traduzido nessa fala pelos elementos que formam a violência, pela descrição detalhada das agressões demonstrando a cólera dos gestos. Partindo da ideia da mulher nervosa, que perde o controle, tais comportamentos autorizariam de certa forma, a violência masculina. No conflito entre a vítima L. e o acusado M., esse argumentou a agressividade e o desequilíbrio emocional de sua ex-companheira e:

[...] alega que na data dos fatos após uma discussão com L., a mesma começou a agredi-lo, empurrando o declarante, o arranhando pelo corpo e cuspiendo em seu rosto [...]; que o declarante alega que apenas empurrou sem deixar nenhuma lesão; que o declarante alega que essa não foi a primeira vez que ocorreu uma discussão entre o casal e que as agressões físicas sempre partem da vítima. (DPCAMI, IP 409, 2007).

Na grande maioria dos casos em que os indiciados assumem a violência, admitem terem cometido agressão e os motivos colocados na mesa são aqueles em que as ações de violência são necessárias para conter a histeria feminina. Segundo Michel Foucault, o corpo da mulher foi qualificado e desqualificado:

Como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças: a mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização. (FOUCAULT, 2012, p. 115).

Michel Foucault, em sua *História da Sexualidade*, (re)pensa os dispositivos da sexualidade colocados em discurso a partir do século XIX, no qual são construídos saberes sobre o masculino e feminino. Entretanto, os discursos da histerização da mulher refletem ainda hoje nas justificativas masculinas para a admissão do recurso à violência, principalmente nesses casos em que as violências são esboçadas e admitidas como necessárias. L., 45 anos, em seu interrogatório reforça esta ideia e demonstra a naturalização deste discurso no inquérito policial em seu desfavor:

Que o declarante foi casado com a vítima M. por vinte e dois anos e tiveram três filhos, e estão separados há cinco meses; que alega que nunca agrediu M. fisicamente, e declara sim, que houveram muitas discussões durante estes anos, **haja vista, M. ser pessoa muito nervosa, e por qualquer coisa brigava com o declarante bem como com seus filhos; [...]**; que na data dos fatos, por volta das 20:00 horas, o declarante foi levar umas compras para seus dois filhos, e quando chegou em frente a casa ao chamar sua filha, sua ex-mulher já saiu de dentro de casa e já partiu para cima do declarante, e como o declarante segurava a bicicleta pois as compras estavam no bagageiro, mas mesmo assim as compras caíram ao tentar o declarante desviar o rosto e neste

momento M. acabou por esbarrar na bicicleta, e quando o declarante viu, a mesma estava no chão; **que mesmo caída M. atirou uma pedra na direção do declarante, o qual chegou a fazer exame de corpo de delito.** (DPCAMI, IP 109, 2009, grifo nosso).

Que o declarante nega as acusações dizendo que no dia dos fatos, estava sentado no sofá instalando um jogo de vídeo game para o neto de sua ex-companheira a Z. **quando esta muito nervosa exclamou as seguintes palavras ‘porque... porque... porque’ batendo com as mãos sobre a mesinha de passar roupa do tipo abre e fecha quando esta desarmou e caiu sobre o pé de ZG [...]. Que, o declarante diz que ao contrário do que do registro de ocorrência é ele pela Z. [...]. Que Z. toma medicamentos para depressão, mas ela é muito nervosa e o declarante afirma que já sofreu muito nas mãos dela durante os 11 anos em que moram juntos.** (DPCAMI, IP 043, 2010, grifo nosso).

Em muitos inquéritos policiais, a acusação por parte dos indiciados de que as vítimas são descontroladas e nervosas trazem junto o discurso da “virilidade” masculina para conter, então, a falta de controle e histeria das (ex) companheiras. Nos casos a seguir, podemos observar como a naturalização do ser mulher é utilizada para a construção do masculino e de sua potência física, que passa a ser colocado como parte das “características” naturais do homem.

A vítima E. e o indiciado L. mantiveram uma relação afetiva conjugal por aproximadamente cinco anos, sendo que no dia 02 de março de 2007, foi registrado um boletim de ocorrência pela vítima denunciando uma lesão corporal cometida por seu companheiro, sendo que “houve um desentendimento do casal, tendo no momento L. a difamado com palavras de baixo calão; este alterado desferiu contra sua pessoa um soco no seu rosto lesionando seu olho esquerdo” (DPCAMI, IP 090/2007, Termo de declaração da vítima). Contudo, no interrogatório, o indiciado alegou que:

O declarante afirma nunca ter partido para sua da companheira E. (*Sic*), o que aconteceu é que ela é quem investiu contra o declarante agredindo

fisicamente, então para se defender revidou as agressões iniciadas por ela; que segundo o declarante esta não foi a primeira vez que existiu um conflito entre o casal [...]; que, o casal conviveu maritalmente por cinco anos, e sempre mantiveram uma relação amistosa, não fosse pelos conflitos que o declarante considera banais; que o declarante afirma não ter a intenção de agredi-la, e só agiu desta forma pelo impulso [...]. (DPCAMI, IP 090, 2007).

Os homens apresentam também em suas narrativas comportamentos como “impulso” ou “ser uma pessoa nervosa”, quando admitem terem agredido suas (ex) companheiras. No entanto, os significados atribuídos a esses comportamentos e sentimentos são antagônicos e divergem dentro das categorias de gênero. A impulsividade na narrativa acima tem como sentido a condição do homem viril e o controle moral da relação. O agir por impulso significa cessar um comportamento que não é aceitável aos papéis designados para as mulheres dentro da relação conjugal, sendo a agressão uma correção para comportamentos ou atos adversos à autoridade masculina.

Neste processo de naturalização do social [...], categorias como ‘instinto’, ‘impulsividade’ [...], são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (no geral, na condição de namoradas, esposas, companheiras). (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59).

No inquérito policial 186, instaurado em vinte e nove de abril de 2008, A., que conviveu com a vítima pelo período de seis (06) meses, alegou que não aceitava a separação e usa em seu discurso a infidelidade de sua ex-companheira, bem como a justificativa de ser “uma pessoa nervosa”.

Que o declarante alega ser verdadeira as acusações que pesam contra sua pessoa e que apenas comete estes atos porque é nervoso e porque não se conforma com a separação pois estavam vivendo em união estável com a pessoa de N. [...] e que esta união terminou em virtude de NS ter lhe traído; que o declarante alega que

apenas soube que N. estava lhe traindo e que a mesma lhe evitava quando era procurada na cama, assim sendo achou melhor sair de casa para evitar mais confusão [...]. (DPCAMI, IP 186/2008).

No relato acima, é possível distinguir duas situações em que os mecanismos de poder que regem estas relações sociais se destacam, revelando a hierarquia social entre os gêneros, mais precisamente na esfera conjugal. Essas relações, segundo a antropóloga Miriam Pillar Grossi, estão ancoradas em uma complexa teia de regras e significados culturais de que dispõem homens e mulheres (1998). Baseadas nos códigos de condutas da conjugalidade, as relações afetivas, no contexto desta pesquisa, exigem dos parceiros comportamentos e responsabilidades recíprocas, porém diferentes em suas funções.

Uma primeira situação nos é colocada a partir da fala do indiciado, quando refere-se ao fato de não conformar-se com a separação. Além de ser “nervoso”, o indiciado ressalta que não se conforma com a separação “pois estavam vivendo em união estável”. Pelo fato do indiciado se posicionar como alguém que assumiu uma projeto afetivo estável, estaria assim reforçando a sua responsabilidade na relação mas também destacando a posição de submissão da mulher, que não teria o direito de lhe trair, de tomar a atitude de rompimento da relação. Ademais, o indiciado demonstra nessa fala que estava cumprindo seu papel como homem que, ao assumir uma relação fixa, estaria privando-se, talvez, de outros benefícios e privilégios masculinos que uma relação informal lhe traria. Por outro lado, a narrativa pode ser pensada, talvez, como uma mudança de paradigmas, na inserção da mulher maciçamente no mercado de trabalho e à escolarização, das novas relações com o corpo e maior autonomia no que diz respeito as mais variadas relações sociais estabelecidas.

No entanto, esse controle pelos homens apoia-se nas características das masculinidades e termos utilizados em seus discursos como “nervoso” ou “perder a cabeça”, traduzem-se como inerentes a uma masculinidade universal e imutável. Porém, ao contrário, pelo que vimos nos descontroles femininos, que precisam ser controlados, por outro lado, as emoções masculinas são necessárias para colocar ordem no caos familiar relatados pelos homens.

Em muitos casos analisados, além de utilizar a agressão primeira da companheira como causa para a ação violenta, usa como subterfúgio as emoções “masculinas” para a permanência de suas agressões. A construção social do homem passa por processos que permeiam a

violência e o uso dessa como significados para uma postura masculina. Dos dezoito (18) casos em que os acusados admitiram a agressão contra as mulheres, em sete (07) deles, além da argumentação da legítima defesa, ainda alegaram que agiram por descontrole emocional traduzido aqui por meio de atributos masculinizados como “perder a cabeça”, “ficaram nervosos” ou mesmo o “calor do momento”, tendo em vista os “comportamentos e fora do controle de suas (ex) companheiras. No inquérito policial instaurado em 31 de outubro de 2007 (DPCAMI, IP 401, 2007), sob a acusação de ter lesionado sua companheira, o acusado respondeu que:

Referente aos fatos alega que desferiu um tapa no rosto de M. em virtude da mesma estar alterada; que o declarante relata que na manhã do dia de ontem por volta das 09:00 horas quando pediu a M. uma calça para vestir pois tinha que sair para acompanhar sua filha [...] para adquirir uma moto para a mesma, MS alterou-se e deu início a xingamentos e destratos chegando a dizer que o declarante que o mesmo era uma merda [sic], assim se sentindo ofendido na presença de seus filhos alega ter perdido a cabeça e desferiu um tapa em seu rosto, pois M. estava quebrando a louça que estava sobre a pia e que tomou esta atitude nervoso tentando fazer com que ela parasse [...].

Os sentimentos como raiva e perda do controle são identificados em diversas narrativas e são considerados inevitáveis na maneira como os homens irão lidar com os conflitos conjugais.

Esses repertórios circulavam no imaginário social dos homens [...] e podem ser utilizados como indicadores da construção da noção de masculinidade a partir do campo da violência nas relações conjugais, comprovando que a construção de gênero se inscreve no corpo e também na linguagem. (COELHO; CARLOTO, 2007, p. 406).

Nesse sentido, ficam evidentes que tais sentimentos são considerados pelos agressores como atributos “naturais” do masculino e de sua virilidade, além da honra do “chefe de família” que está em jogo.

No relato supracitado, o agressor admite a violência, mas utiliza como recurso de argumentação o fato de ter sido ofendido na presença dos filhos. Sua autoridade no jogo conjugal ficaria abalada pela atitude de afronta pela esposa, sendo assim, o agressor “perdeu a cabeça”, trazendo à tona atributos naturais do ser masculino. Torna-se inadmissível, devido à centralidade do poder masculino e pela sua atribuição de poder-controle no cenário conjugal, a conduta da companheira.

[...] a tese da masculinidade natural requer uma forte determinação biológica das diferenças entre os grupos em contextos sociais complexos. Na percepção da masculinidade biologicamente determinada, os homens são normalmente agressivos em todas as culturas. (CONNEL, 1995 apud CECCHETTO, 2004, p. 80).

Na delegacia de polícia, mais precisamente na fala desses sujeitos, percebe-se certa naturalização e necessidade para a violência masculina.

Que confirma ter ido até o ponto de ônibus próximo ao trabalho da D., inclusive deu-lhe uma carona até em casa, afirmando que não a obrigou a subir na moto; que, neste mesmo dia, na casa do casal, as partes começaram a discutir, afirmando que a vítima começou a gritar, momento em que segurou-a no rosto, pedindo -lhe que falasse baixo, acreditando o declarante, que tenha sido este o motivo da lesão na face da vítima; que não a agrediu fisicamente [...], apenas segurou - a no rosto. (DPCAMI, IP 245, 2008).

Nessa narrativa, é importante tecer algumas considerações nas quais os referenciais de gênero se destacam. A primeira delas é a de que a violência masculina aparece sempre como disciplinar. O homem, nas relações conjugais, aparece como a força corretiva que age em nome do coletivo, nesse caso, em nome do casal. Quando assume a posição no conflito, ele utiliza como argumento justamente ter o controle da situação devido aos excessos da companheira. Sua violência nunca é vazia, sem motivos, mas sempre marcada pela intenção de se defender ou fazer cessar determinados comportamentos e atitudes. Na denúncia contra A., a vítima relata que “foi agredida com um tapa no rosto e

jogando um banco atingindo sua perna, causando lesão corporal. Afirma que o motivo foi ciúmes”. Complementa que vive em uma união estável e que “está solicitando a separação em virtude de seu companheiro ser agressivo e que também pelo mesmo proferir várias ameaças contra a declarante não aceitando a separação” (DPCAMI, IP 354, 2007).

No interrogatório, o indiciado relata:

Que foi amasiado com I. durante sete anos, e no dia dos fatos, I. voltou da casa dos pais da mesma, em um estado insuportável, estava agressiva, porque o declarante não quis entrar na festa da família dela; que no dia seguinte I. o agrediu verbalmente dizendo que ‘nunca foi um marido e nem nunca serviu para nada’; que o declarante ficou indignado e então desferiu um tapa no braço e que acabou atingindo o rosto da mesma; que sua amásia sempre foi agressiva e sempre o xingava; que nunca foi agressivo para com sua companheira [...], sempre buscou dar de todo o conforto aos mesmos, carinho e compreensão [...]. (DPCAMI, IP 354, 2007).

Nas duas narrativas, os indiciados colocam em evidência o discurso patriarcal, produzindo um tipo de masculinidade em que a figura do homem aparece como “provedora, protetora, [...] segura, capaz de organizar melhor (do que as mulheres) a sua vida, a vida dos filhos e das filhas e, muitas vezes, a vida das mulheres” (SOUZA et al., 2010, p. 6). Nesse discurso, a violência emerge como uma prática que quer dizer, mas também mostrar algo, possui uma intencionalidade pedagógica.

Os homens violentos quando definem a violência que exercem sobre sua companheira como um *continuum* de violência física, psicológica, verbal e sexual, associado a uma intenção; intenção de dizer, de exprimir um sentimento, um desejo ou vontade. “Era para dizer a ela...para mostrar a ela”, explicam eles quando desistem de negar. (WELZER-LANG, 2004, p. 114).

De acordo com esse autor, quando os homens desistem de negar a agressão eles podem relatar mais violências que as vítimas (WELZER-LANG, 2004, p. 114). Essa naturalização da violência como parte das estruturas do masculino refletem, em grande medida, uma ambivalência

sobre o grau da violência cometida bem como os limites de seus usos e é chamada de *Binômio da violência doméstica* (WELZER-LANG, 2004). Ainda, segundo esse autor, em relação às mulheres vítimas de violência,

[...] elas definem a violência como um *descontinuum* composto essencialmente violência física. As violências físicas são estritamente definidas como tapas ou socos (ou até mesmo pontapés) associados a intenção de fazê-las sofrer. (WELZER-LANG, 2004, p. 114).

Ou seja, para as mulheres, a violência aparece como uma descontinuidade, uma agressão que tem como objetivo humilhar, castigar ou mesmo subjugar a vítima.

No inquérito policial 018, do ano de 2009, podemos identificar como é processado o binômio da violência no cotidiano afetivo conjugal. No boletim de ocorrência, a vítima relata que na data em que ocorreram as agressões:

[...] a comunicante esteve no endereço supracitado, onde encontrou o mesmo com outra mulher; que nesta ocasião, o autor, na frente de populares a puxou pelos cabelos e a agrediu fisicamente na rua, chamando-a na frente de todos de “vagabunda”, “lésbica”, e outras expressões do gênero. (DPCAMI, IP 018, 2009).

Por sua vez, o indiciado, ao ser questionado sobre as agressões contra sua ex-companheira, relatou que teve um relacionamento afetivo com a vítima por oito anos:

E que durante esse tempo ocorreram várias brigas e discussões, e sempre no final ou o declarante ia atrás de E. ou vice-versa; que na data dos fatos, como já não tinham mais nenhum relacionamento, o declarante [...] encontrava-se em casa na companhia de sua atual companheira, quando E. apareceu no local e passou a xingar o declarante, tendo E. entrado em seu cercado e passado a bater na janela e porta de sua casa [...]; que a princípio o declarante não deu muita importância, mas quando EO disse ao declarante que ‘tu és tão caco que até a tua filha tu andasse comendo’, o

declarante nesse momento perdeu totalmente o controle [...] **momento em que o declarante a segurou pelo braço tentando até trazer E. a esta delegacia pois o que estava falando era absurdo demais; que o declarante realmente ficou nervoso com as acusações de E., mais em momento algum a chamou de vagabunda ou lésbica, fez sim E. ver o quanto o declarante já tinha feito por ela, e que tudo que fez foi sempre com muito amor.** (DPCAMI, IP 018, 2009, grifo nosso).

Em outro procedimento, o indiciado, ao ser acusado de agredir sua ex-companheira, admite a violência inclusive contra o namorado atual da vítima. Como justificativa, ele relata que as provocações partiram do casal e ainda relata a agressão da vítima. No entanto, “esclarece ainda que no momento dos fatos estava nervoso, **mas A. anda deixando as crianças com pessoas estranhas, não anda cuidando das mesmas e o declarante fica indignado em relação a isso**” (DPCAMI, IP 268, 2007, grifo nosso).

Nas duas narrativas encontramos semelhanças na sua estrutura; na última parte dos dois interrogatórios, os indiciados apresentaram, assim como teorizou o pesquisador Welzer-Lang, um padrão assimétrico na definição da violência. Ao confrontarem situações e comportamentos que consideram indecorosos, a correção vem por meio da violência física e psicológica. À violência é dado um sentido positivo pelo indiciado, já que seus atos são para mostrar o que já fizeram de relevante para o relacionamento afetivo além de dizer para a vítima que a atitude dela é reprovável.

Outro motivo utilizado pelos acusados como justificativa de agressões é em relação ao papel e as obrigações da mulher no cuidado com a casa e com os filhos, seu papel como mãe e companheira. Como vários estudos têm demonstrado, principalmente nos casos de lesões corporais sem materialidade aparente, com a negativa da autoria dos delitos pelos acusados são os comportamentos dos envolvidos que são julgados na transcrição das falas para os interrogatórios formais pelos operadores de segurança. São nesses casos que as desigualdades de gênero são realçadas, ressaltadas e demarcadas. Segundo Teresa de Lauretis (1994, p. 211),

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares [...], formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

Essas concepções culturais estão diretamente associadas ao fazer feminino na manutenção do lar, educação dos filhos e principalmente das filhas. Desse modo, no interrogatório dos denunciados não são poucos os relatos de comportamentos não condizentes com os padrões sociais para a figura de esposa, mãe e dona de casa. Com isto, os acusados passam a transferir a culpa pelo desajustamento conjugal às vítimas, justificando (apesar de grande parte negar, conforme observamos no início deste capítulo) a violência. Dentre o conjunto documental, grande parte das narrativas afastam do foco o conflito e a violência para a irresponsabilidade da vítima em cuidar do espaço doméstico e dos filhos, bem como uma postura inadequada em relação ao papel de mãe no contexto familiar.

No inquérito policial de 2007, o indiciado relatou ao escrivão de polícia que “nega os fatos a si imputados [...], alega ainda que a mesma (denunciante) é mãe omissa, mãe ausente e que não dá explicações de onde vai ou que horas vai chegar” (DPCAMI, IP 340, 2007). Nesse mesmo mote, o indiciado J. citado no inquérito policial 362/2007, declarou que a vítima não cuida dos filhos do casal e que estes não gostam de ficar com a mãe porque esta “freqüentemente os deixa sozinhos para sair para bailes e festas” (DPCAMI, IP 362, 2007).

Além do comportamento inadequado da denunciante, é o comportamento dessa em relação aos filhos que também é destacado em alguns inquéritos. Em um desses procedimentos, J., indiciado no inquérito policial 017, instaurado em 08 de janeiro de 2007, relatou que “sua companheira é alcoólatra [...] e alega que a briga do casal é por causa da bebida e **que ela abandona os filhos e sai, não tendo responsabilidade nenhuma com a casa**” (DPCAMI, IP 17, 2007, grifo nosso). Em outro caso semelhante, o indiciado A. relata que:

[...] sua filha K., de 16 anos, está tendo um comportamento que não admite, por liberalidade da mãe, que deixa a menina sair a hora que quer e sem saber com quem; [...]. Que sua mulher não tem controle sobre os filhos [...] e esta anda em

festas e bailões, somente voltando para casa nos fins de semana para tomar banho e dormir, sem dizer aonde vai. (DPCAMI, IP 376, 2007).

Ao buscar códigos de condutas em relação aos papéis desempenhados pelas mulheres na relação conjugal, nas narrativas destes homens ecoam o discurso da mulher-mãe, principalmente no cuidado com os filhos e o zelo pelo lar. Em outra narrativa semelhante, o indiciado também nega a violência invertendo a lógica da denúncia quando relata que a agressão partiu de sua ex-companheira e marcando a sua posição e a da vítima na esfera conjugal.

Que o declarante alega, que no dia dos fatos ao chegar em casa, não havia refeição pronta, pois sua companheira sai de casa para ir ao bar beber e deixa os filhos sozinhos; que o declarante alega que foi R. quem partiu para cima de sua pessoa, foi quando tentou se defender da mesma, portanto, nega ter praticado agressão com socos e pontapés, como alegou. (DPCAMI, IP 415, 2007).

É importante destacar que, ao abordar estas narrativas, mesmo pensando na hipótese de construção ou mesmo, como escreveu Arlette Farge e Mariza Correa, uma fábula, compreendo essas narrativas não apenas pelas palavras que significam ou posicionam o feminino e o masculino, mas

[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar estes signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2012, p. 60).

Ao produzirem os discursos assimétricos de gênero, associando posturas e comportamentos femininos como aptidões e características naturais, os acusados produzem também significados que se refletem nas práticas e, conseqüentemente, acabam permitindo ou legitimando as violências de gênero. As definições de papéis sociais, fortemente marcadas nas relações conjugais, como estamos observando, são até

hoje utilizadas como recursos de controle e dominação do masculino sobre o feminino. A reprodução nestas narrativas em forma de práticas e representações cria expectativas com relação ao papel ocupado pela mulher e para os filhos na esfera conjugal. Ao serem questionados sobre as violências cometidas, os homens então negam e transferem a responsabilidade para as mulheres que, para estes, quebram a lógica entre homens e mulheres e são obrigados, digamos assim, a agir em nome da família.

A questão dos papéis sociais a cada um dos envolvidos em relações afetivas conjugais traduz-se em uma naturalização dessa lógica de gênero, que representa, basicamente, comportamentos e maneiras de homens e mulheres estarem no mundo. Essa divisão, segundo Pierre Bourdieu:

[...] parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas sexuadas), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (2012, 17).

Em relação ao discurso mulher-mãe supracitado, é interessante observar que em quatro deles, nos quais pesa a acusação das vítimas de não cumprirem o papel de mães, os filhos são, na verdade, filhas. Ou seja, a preocupação dos indiciados em relação aos cuidados dos filhos, também tem relação direta ao contexto das relações de gênero. Neste sentido, podemos inferir, por meio dos interrogatórios, que a grande preocupação desses homens em relação aos cuidados com seus filhos é, em grande medida, devido ao fato de suas crianças serem do sexo feminino. No procedimento instaurado em 27 de agosto de 2007, o indiciado N., na DPCAMI, contou que:

Foi casado por 25 anos com a pessoa de S.[...]; que de fato o declarante esteve na casa de sua ex-esposa e como a casa ainda é sua e o controle do portão não estava funcionando, o declarante pulou o muro para aguardar S. retornar da igreja; que por volta das 22:00 horas, sua esposa chegou em

casa sem sua filha de 16 anos, tendo o declarante perguntado pela mesma e como sua ex-esposa não sabia a resposta entraram em discussão. [...]. Que o declarante nega que tenha agredido sua ex-esposa com um soco ou a ameaçado em qualquer situação que seja [...], sendo que a maior discussão do declarante com sua ex-esposa, diz respeito ao pouco cuidado que esta tem com sua filha, sendo que esta é adolescente e vive saindo a noite em lugares impróprios. (DPCAMI, IP 286, 2007).

Em outra denúncia, o indiciado relatou ao escrivão de polícia que:

Viveu amigavelmente com C. (vítima) e o casal teve dois filhos, o menino morreu um dia após ter nascido e a menina hoje está com seis anos de idade, a qual está sob os cuidados da mãe que reside juntamente com a avó materna [...]. Que, o que na verdade aconteceu entre o casal, não foi por ciúmes, explica o declarante, mas porque deparou-se com ela com um masculino e sua filha junto, na casa de uma colega dela, então como já estava aborrecido com a conduta de C. com relação ao tratamento dispensado para a menina, ou seja, **expondo e envolvendo a menina aos casos amorosos dela** então a convidou educadamente para conversar e quando dizia a ela para **evitar de envolver a menina nos casos dela**, ela irritou-se, mudou o rumo da conversa alterando-se [...]. (DPCAMI, 133, 2006, grifo nosso).

Nos dois relatos, vislumbra-se a figura do homem como educador, sendo uma das características fundamentais da masculinidade. Essa masculinidade é reconhecida por meio dos códigos apresentados, “tecida nas tramas da socialização de gênero e introjetada como natural e necessária” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 60). Para esses sujeitos, a preocupação do pai em relação à filha mulher faz parte de como ele próprio vai ser visto pelos círculos sociais que frequenta, sua moral ou vergonha. Ele utiliza então os códigos sociais da honra masculina para o uso da violência, que o autoriza a agir, a conduzir a relação conjugal. A

estes ideais do imaginário masculino, juntam-se os valores de correção e controle dos filhos como um dos atributos do homem - pai, aquele que tem a autoridade de dar sentidos e nexos, tanto para a conduta de sua esposa como a conduta dos filhos. Utilizando o conceito de *nomeado-pai* de Lacan, Machado (2004) remete essa ideia à concepção de masculinidade, vinculando-o com a lei e com a força do homem na configuração afetiva-conjugal:

O pai, sendo aquele que dá o nome ao filho e encarna a autoridade, será o representante da lei. O nome - do - pai é o significante dessa função paterna, como uma chave que abre, ao sujeito, o acesso à estrutura simbólica e que lhe permitirá nomear seu desejo. Daí porque 'a função do pai é unir desejo à lei'. (SAFATLE apud MACHADO, 2004, p. 37).

Lia Zanotta Machado, nesse texto utiliza a *metáfora da paternidade* desse mesmo autor como mote para caracterizar a figura do homem na ordem das relações conjugais como um referencial de poder e controle. Para Lacan, a disposição do homem se dá por meio da anatomia do corpo masculino, sendo o órgão genital o símbolo de potência e o *lugar do gozo*. A mulher, pela falta desse, a castração como uma dívida simbólica, apresentaria limites e incompletude humana. Ademais, como portador do *falo*, aquele que penetra, a posição do masculino nas relações de gênero seria o sujeito dessa relação, que se apodera e toma para si a primazia do ser ativo (MACHADO, 2004). Os homens a que me refiro e estudo são chamados então a cumprirem o papel que lhes é designado, quando suas companheiras ou ex-companheiras se afastam, por assim dizer, do caminho que lhes é autorizado via corpo biológico e social.

O interessante aqui é perceber como esses homens apresentam um modelo de paternidade que tem como papel fundamental o controle sobre os modelos de comportamentos apresentados a seus filhos, principalmente as suas filhas. Além do mais, as falas são mais acentuadas quando os filhos são, na verdade, filhas e que, de acordo com os discursos, necessitam de controle e policiamento maiores no que diz respeito aos comportamentos de sua ex-companheiras. Sendo o pai, como escreveu Durval Muniz de Albuquerque Junior, “este ponto inaugural, este zero da história. [...] aquele que é a lei, a primeira experiência da justiça, aquele que ao dizer não corta qualquer fluxo,

barra qualquer fuga, dá estabilidade” (DURVAL, 2007, p. 221). O acusado apresenta ao escrivão de polícia códigos e posturas que, muitas vezes, também são seus, como a moralidade da família e as diferenças entre as condições de sociabilidade de meninos e meninas.

A questão da fidelidade feminina também é muito recorrente como gerador de conflitos nas relações afetivas conjugais. O homem ressalta na infidelidade da mulher o motivo do início das violências e o caos conjugal. Com a infidelidade e consequente separação rompe-se o equilíbrio do vínculo conjugal por meio da quebra uma cláusula importante do contrato. No entanto, o mais interessante dessa fala são as circunstâncias em que surgem no discurso do acusado a infidelidade da companheira como a negativa do ato sexual com o acusado.

Que o declarante alega ser verdadeiras as acusações que pesam contra sua pessoa e que apenas comete estes atos porque é nervoso e porque não se conforma com a separação pois estavam vivendo em união estável [...]. Que esta união terminou em virtude de [...] ter lhe traído; que o declarante alega que apenas soube que [...] estava lhe traindo e que a mesma lhe evitava quando era procurada na cama [...]. (DPCAMI, IP 186, 2008).

Em outras palavras, o indiciado não presenciou ou flagrou sua companheira com outra pessoa, e muito menos ouviu da própria vítima a quebra do acordo. Mas, perante o escrivão de polícia, utiliza o fato de a vítima esquivar-se de manter relações sexuais com o indiciado, procurando assim justificar sua certeza ou mesmo fornecer mais um elemento para comprovar a infidelidade da mulher no processo que virá a seguir. Em outro caso, o indiciado J. relatou ao escrivão de polícia:

Que o indiciado viveu amasiado com a vítima L., aproximadamente cinco anos, e tem um filho de dois anos, o qual encontra-se atualmente morando com a mãe do declarante, haja vista, ter sido abandonado por L. no mês de dezembro; que declara que há uns seis meses atrás **vem ouvindo comentários de que L. vem enganando o declarante, inclusive dentro de sua casa e, devido a esses comentários ocorrerão entre o declarante e L. muitas discussões e o declarante saiu de casa, mas nega que nestas discussões**

agrediu L. nem tampouco a ameaçou de morte e nega que tenha dito que iria atear fogo na casa [...]. (DPCAMI, IP 071, 2009, grifo nosso).

A fala do indiciado encontra semelhanças com outros depoimentos sendo, inclusive, retratada por outras autoras em obras sobre o tema. Wania Izumino, na obra *Justiça e violência contra a mulher: o papel do judiciário na solução dos conflitos de gênero* (2004), demonstrou que nas leituras dos processos crimes desvelou estratégias semelhantes ressaltando as diferenças na utilização do argumento infidelidade pelos homens e pelas mulheres.

Quando as vítimas usam o argumento como a infidelidade de seus agressores, este consiste em afirmar que viram seus maridos em companhia de outra mulher, em outros casos declaram que eles mesmos disseram manter relações extraconjugais. Em seus depoimentos, a infidelidade figura apenas como um elemento a mais na descrição dos cenários em que as agressões ocorreram, pois a declaração da infidelidade masculina, por si só, não sustentaria a denúncias das agressões, visto que ela é socialmente aceita. Nos depoimentos dos réus, na fase policial, a infidelidade feminina não chega a ser comprovada, bastando ser apresentada como suspeita para justificar as agressões. (IZUMINO, 2004, p. 187).

Em outro caso semelhante, A. contou:

Que o declarante teve um relacionamento com J. por aproximadamente dois anos, sendo que esta trabalha na XX, e esclarece que duas semanas antes dos fatos, resolveram “dar um tempo”, que no dia dos fatos J. veio dizer que queria terminar o relacionamento, e o declarante quis saber o “porque” e ela disse que não suportava mais o relacionamento e o declarante disse então tudo bem. Que, logo em seguida o declarante descobriu que J. havia mantido um outro relacionamento desde outubro de 2008, e então buscou satisfação com a mesma, que ao ver que o declarante havia descoberto o fato começou a chorar e ficou muito nervosa, pegou seu capacete e foi embora,

batendo o cartão, isto foi presenciado por diversos funcionários [...]. (DPCAMI, IP 55, 2009).

A quebra da união afetiva, segundo o indiciado, foi causada pela infidelidade da vítima. A infidelidade feminina, ou melhor, seus usos e significados, é muito importante para pensar a categoria relacional da honra, “que funda a construção simbólica dos gêneros, no que eles têm de mais impensado e naturalizado” (MACHADO, 2004, p. 51). A honra masculina é um dos pilares que sustenta a posição de superioridade e controle dos homens em relação às mulheres. Ser homem é agir com honra, mas também ter honra. Assumir o provimento da família, bem como a proteção moral dos integrantes é papel fundamental na composição do homem honrado. No entanto, para ser honrado não bastam apenas as atitudes daquele que quer ser reconhecido como tal, a honra demanda responsabilidades e comportamentos tanto de homens e mulheres, sendo essas últimas também responsáveis pela moral de seus companheiros. Para ser honrado, além de assumir seus compromissos como pai e marido, os homens dependem das fidelidades de suas companheiras para que estas possam ser reconhecidas como mulheres respeitadas.

A noção de honra como característica da masculinidade no que diz respeito à fidelidade feminina, ultrapassa as barreiras do vínculo conjugal já que, mesmo após o rompimento, os próprios indiciados relatam e admitem a agressão para “lavarem sua honra”. No dia 06 de junho de 2007, o acusado J. compareceu a DPCAMI de Itajaí para responder à acusação de lesão corporal doloso contra sua ex-companheira C. e relatou ao escrivão de policial que:

O declarante realmente agrediu fisicamente sua ex-companheira C. em razão desta desmentir na frente de um outro rapaz que estava andando com os dois, ou seja, ia atrás do declarante se relacionando amorosamente com sua pessoa, bem como andava de namoro com o tal rapaz, deixando o declarante extremamente nervoso [...], então descontrolou-se e agredindo-a com um capacete, não sabe ao certo, mas nega ter dito que iria matá-la ou ainda que a agredisse de qualquer outra coisa [...]. (DPCAMI, IP 184, 2007).

Em complemento, o indiciado ainda relatou que “já agrediu C. outras vezes, tudo porque a mesma era muito malandra com os afazeres

domésticos e nos cuidados com a filha do casal” (DPCAMI, IP 184, 2007). Somente nesse relato há menção por parte do indiciado do que a autora Lia Zanotta Machado chamou de pilares do núcleo da honra masculina: “a assunção da responsabilidade de pai e marido que não pode faltar nada e ter uma mulher respeitada” (MACHADO, 2004, p. 52). É notório para a imagem do homem honrado que, muito mais do que se portar como tal, ele depende do comportamento da companheira para assumir seu lugar nesse patamar. Além disso, em outros casos encontramos novamente a dupla falta da (ex) companheira no desempenho de seu papel social.

Que o declarante nega ter ofendido sua ex-companheira A. com a qual conviveu por dez anos e o casal teve um filho, hoje com sete anos de idade; que, faz sete meses que o casal está separado e a razão da separação foi que A. lhe traiu; que, a preocupação maior do declarante é quanto ao seu filho [...], pede a A. que cuide da criança, haja vista que cerce de um mês atrás recebeu uma ligação telefônica lhe narrando que A. estava dentro de casa com um homem enquanto o menor estava na varanda defronte a casa passando frio [...] então com seu caminhão foi até a casa e comprovou que se tratava da verdade, então buzinou por duas vezes até que A. atendeu-lhe e a ela perguntou que palhaçada [sic] era aquela, porque [...] (seu filho) estava na rua àquela hora da noite, por volta das 22:50 horas, entrando o casal em discussão, mas em momento algum a ofendeu ou ameaçou de morte ou agressão[...]; que o declarante afirma que ela é quem lhe ofende de ‘corno’ e outras palavras; que, quando o casal discute é único e exclusivamente por causa do filho do casal. (DPCAMI, IP 189, 2007).

Nos inquéritos policiais pesquisados, é interessante destacar uma prática observada em três (03) procedimentos. Como foi observado, grande parte das violências físicas narradas pelas vítimas são em forma de socos e chutes. Contudo, nesses, o uso da força física ultrapassa a lesão corporal no que diz respeito às marcas corporais como hematomas e arranhões, sendo que o alvo passa a ser uma violência que diz respeito também ao simbólico.

A identificação da mulher com o corpo há muito já vem sendo alvo de pesquisas e estudos. Sendo o corpo um lugar de identificações e significados para as marcas de gênero, temas como beleza, moda e seus produtos foram historicamente conectadas ao universo feminino, interferindo na subjetividade da mulher. A mídia, principalmente a televisão e as revistas voltados para o público feminino, mais especificamente a partir dos anos 1960, cunhou um padrão de beleza para as mulheres. Tania Regina de Luca (2013), ao trabalhar com a imprensa feminina faz um apanhado das principais revistas femininas que circularam no Brasil desde meados do século XIX até o final do século XX. A autora ressaltou a importância dessas publicações no que diz respeito às mudanças ocorridas em relação às expectativas dos papéis das mulheres na relação conjugal e na sociedade.

Luca (2013) chama a atenção para o impacto causado pela revista *Claudia* nos anos de 1960 no Brasil, que estava partindo para um modelo urbano e industrial. Essa revista introduziu de maneira permanente o status da mulher brasileira, casada, urbana e uma consumidora em potencial. Assim, o corpo da mulher passou a atrair interesses econômicos, passando a ser exigido como uma marca de feminilidade. São essas marcas de feminilidade que os próximos casos de violência significaram.

Que, o declarante alega ter sido amásio da pessoa de A. por dois anos e que referente aos fatos informa que há duas semanas estavam separados e que A. estava morando nas proximidades de sua casa, sendo na casa de sua amiga J; que, o declarante alega que se separaram porque A. falava que não gostava mais de sua pessoa e assim sendo resolveram se separar; que, o declarante alega ter cometido as agressões relatadas por A. em virtude da mesma estar debochando da sua pessoa cada vez que conversavam, A. sempre ria de sua cara e debochava, ficava zuando [sic]; que o declarante alega ter ameaçado anteriormente A. quando a mesma no interior dos salões aonde dançam ficar mandando beijinhos para o declarante [...]. Que o declarante alega que na data do dia 05 do corrente lanchou com A. na lanchonete próximo ao viaduto [...] e que combinaram de se encontrar no dia seguinte e que

ao chegar na casa de J. conforme combinado A. começou com deboches de sua pessoa e que neste momento ficou nervoso e começou a agredir A.; **que o declarante alega ter pego a faca e cortado os cabelos de A., fugiu da casa de J. e que posteriormente pegou A. em via pública pois a mesma iria para delegacia fazer queixa contra a sua pessoa, que desferiu vários socos em A. e que a mesma não ficou caída e sim saiu andando após o declarante ter se afastado [...].** (DPCAMI, IP 116, 2006, grifo nosso).

Nesse relato é importante destacar que, além da violência física por meio de socos, há o fato de o agressor cortar os cabelos da vítima. Mas o que significa esta violência específica? Ao que tudo indica, isso tem relação direta com as marcas de feminilidade que o agressor quer, pelo uso da força, arrancar de sua companheira. Sendo o padrão estético da beleza uma das características forjadas na imagem da mulher e do feminino, a ação tem como objetivo desqualificá-la enquanto tal, provocando sentimentos de exclusão e perda de autoestima. Nesse sentido, essa violência enquadra-se como psicológica, pois há um dano emocional e a diminuição de autoestima mediante constrangimento e humilhação, conforme tipifica a Lei Maria da Penha em seu artigo 7º, parágrafo II:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto - estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 11.340/06).

Com isso não quero dizer que a violência supracitada torna-se única e exclusivamente psicológica, excluindo seu caráter físico e destrutivo, mas, ao mesmo tempo, é importante pensar o significado de

tal violência para quem a pratica e o fim a ser atingido. Cortar o cabelo significa deixar marcas visíveis no intuito de demarcar que a mulher lhe pertence.

Neste capítulo abordamos as narrativas dos indiciados partindo de suas negativas, mas também a partir das visões que esses têm dos conflitos que culminaram em procedimentos policiais. Nessas falas, foi possível perceber como esse modelo de afetividade e conjugalidade instituem as desigualdades de gênero, a partir de processos históricos e as práticas sociais. Os traços das masculinidades são forjados nessas relações de poder, nas quais o homem tem o papel de conduzir as relações conjugais, utilizando-se, especialmente, da violência física. Quero dizer que, se tomássemos as narrativas uma a uma, afastando-as do contexto da denúncia, tornar-se-ia difícil ligar uma história a outra. É como se essas mulheres e esses homens contassem duas histórias, mais ou menos violenta, ou mesmo nenhuma. Trata-se não somente do indiciado negar, em confronto com a acusação, a agressão contra a vítima, mas levantar questões que em momento algum fizera parte do roteiro narrativo daquelas que denunciaram.

O trabalho com fontes policiais, documentos produzidos de forma serial, acarreta ao historiador a tarefa organizar e dando-lhe sentido e coerência. É dessa maneira que o pesquisador transforma o documento em fonte histórica, tornando possível o trabalho de construção dos processos históricos. Segundo Foucault (2014, p. 8):

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela o considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.

Nessa linha, os esforços concentraram-se não em saber se o indiciado é mais ou menos culpado pelas agressões e muito menos em saber como o conflito realmente aconteceu, mas em organizar as narrativas de modo que pudéssemos identificar, por meio das regularidades nos motivos apresentados pelos indiciados, as percepções e condutas que determinado grupo ressaltam e a colocam na ordem das relações afetivas conjugais. Especificamente com a leitura dos

interrogatórios, identificamos dois grupos majoritários entre os indiciados: aquele grupo que nega as agressões e aqueles que admitem as violências praticadas. Antes de tudo, é importante destacar que nas duas modalidades de narrativas a violência permeia as falas, bem como as desigualdades de gênero são bem demarcadas, no entanto, a principal diferença consiste na lógica de argumentação e na forma que a violência é marcada nestas narrativas.

Como parte fundamental para completar as fases do inquérito na delegacia, faz-se necessário a presença do acusado para contar a sua versão dos fatos à autoridade policial. Antes de apresentar o contraditório, o indiciado é informado oficialmente da denúncia por meio da leitura do boletim de ocorrência, ou mesmo da leitura da declaração da vítima. No conjunto das leituras das fontes, foi possível traçar o roteiro e a dinâmica em que os interrogatórios ocorrem, na qual a negativa é anunciada, na grande maioria das vezes, na primeira parte da narrativa, já como estratégia de justificar a agressão.

Dos cento e quarenta e sete (147) interrogatórios selecionados, em pelo menos 102 procedimentos, os homens negaram as acusações de agressão relatadas por suas (ex) companheiras. Classifiquei nesse grupo àqueles cuja fala em um primeiro momento nega a autoria da violência, utilizando-se da estratégia de atribuir à mulher o papel de protagonista do conflito violento. Nessas falas, pudemos observar que, mesmo classificado naquele grupo que nega terem agredido suas (ex) companheiras, os sujeitos narram atos e situações violentas baseadas na justifica de defesa da própria integridade física, invertendo a lógica da denúncia.

É interessante observar que, apesar da recusa da autoria, esses homens relatam comportamentos violentos na relação e, em muitos casos, com muito mais intensidade e força do que aqueles em que os acusados admitem as lesões. No entanto, para os acusados, essas violências narradas não são equiparadas à transgressão de norma penal, mas são motivadas pelos comportamentos das vítimas, sugerindo uma reação, um misto de controle e necessidade dos homens sobre as (ex) companheiras. Constata-se, nessas narrativas, que quando há a negação do conflito o indiciado destaca os comportamentos das vítimas que não se adequam a um modelo esposa-mãe, bem como ressaltam a histeria e o descontrole emocional que eles consideram como atributos especificamente femininos. Partindo do lugar social que falam, das expectativas que são geradas, eles justificam a utilização da violência como “um *continuum* de violência física e psicológica, verbal e sexual, associados a uma intenção; intenção de dizer, de exprimir um

sentimento, um desejo ou uma vontade” (WELZER-LANG, 2004, p. 114). Seguindo um modelo de pai e marido, eles argumentam o conflito e uma violência que não ataca, mas defende aquele que a utiliza e faz cessar a agressão do outro, nesse caso a violência e o descontrole da vítima.

Aos indiciados que admitem a agressão, o ato de tomar a atitude da ação significa para o homem fazer o papel de educador que conduz a família e a relação afetiva. Em suas narrativas, eles destacam a posição de protagonistas, que exercem na relação com a (ex) companheira, com os filhos e com a moral da família. Ao contrário da violência feminina, os sentimentos aflorados e histéricos que precisam ser interrompidos, nesse momento é o sentimento de honra e vergonha que entra em ação legitimando o uso da violência.

Nos procedimentos em que os homens assumem a agressão, em sua maioria os acusados justificam a agressão para defenderem-se ou mesmo fazer cessar comportamentos explosivos de suas (ex) companheiras. Mesmo após algumas conquistas no que diz respeito ao espaço de sociabilidade das mulheres, bem como a participação frequente no mercado de trabalho e, com isso, uma contribuição financeira no sustento da família, as mulheres ainda são violentadas pelo simples fato de frequentarem os mesmos lugares que os homens ou mesmo por meio de comportamentos inadmissíveis para estes.

Em três narrativas, os indiciados explicitamente declaram os lugares que a mulher pode ou não frequentar, sendo que o espaço público, principalmente os espaços noturnos de lazer, é privado a elas pelo (ex) companheiro. Nesse sentido, a fala do indiciado I. traz de maneira direta essa característica. Acusado de agredir sua ex-companheira,

[...] o declarante alega que são verdadeiras as acusações que pesam contra sua pessoa e alega que se comporta desta maneira em virtude de já ter advertido L. para que a mesma não frequentasse os mesmos lugares noturnos que frequenta o que L. não cumpre como que lhe é pedido. (DPCAMI, IP 384, 2007).

Nas narrativas dos acusados, destaca-se a abordagem desses na condução moral da família, sejam em relação aos cuidados com os filhos ou mesmo as relações afetivas das mulheres, mesmo com o rompimento da relação. São nesses discursos que atribuem sentido à violência,

legitimando a hierarquia nas relações sociais e conferindo identidades aos sujeitos. Porém, como escreveu Foucault (2014, p. 58):

[...] não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de uma coisa e atravessá-lo a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria.

Ao examinar as narrativas desses sujeitos na esfera conjugal, procurei compreender como esses produzem e estabelecem os códigos relacionais de gênero por meio da análise dos discursos na DPCAMI. Nesses processos discursivos define-se o que “é natural ou não”, trazendo em seu conteúdo sentidos e saberes sociais para homens e mulheres. Constatou-se ainda que, apesar do avanço e das transformações nas relações de gênero advindas pelo impacto do feminismo e das chamadas crises de masculinidade, as noções de honra e virilidade como marcas da masculinidade e as identidades que estas noções conferem são revisitadas, trazendo à tona tradicionais estereótipos de gênero na esfera afetivo conjugal e sua intersecção com a violência. Esses estereótipos reforçam as desigualdades entre homens e mulheres nessa esfera e produzem a legitimação da violência masculina como dever e poder para a manutenção da família e também para posicionar cada um dos sujeitos neste espaço.

Visto de um campo mais amplo, podemos perceber nessas narrativas que os homens compartilham de uma visão comum, quando fazem uso de uma violência que consideram necessária para a manutenção da relação afetiva conjugal, “mas não é apenas para corrigir um ato ou falha, mas um expediente que se integra na dinâmica de dominação-subordinação entre os parceiros” (SCHAIBER et al., 2005, p. 57). A violência masculina, por mais que apareçam motivos relacionados ao cotidiano e conflitos conjugais, é estritamente relacionada a comportamentos que trazem à tona o domínio do homem sobre suas (ex) companheiras e que fazem parte de uma visão idealizada do que é ser homem e a sua posição nessas relações sociais específicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter mencionado no início deste trabalho a repetição e, talvez, um possível esgotamento das pesquisas e considerações em relação à temática da violência de gênero na esfera afetiva conjugal ou, se preferir, a violência doméstica, paradoxalmente esse assunto parece cada vez mais ampliar-se por meio de novas legislações, ou mesmo a interdição ou produção deste discurso nas instituições formadoras como escola e família.

O número das denúncias de violências contra as mulheres no espaço doméstico não somente aumentou pelos avanços sociais conquistados como as delegacias especializadas e a Lei Maria da Penha, mas também pela quantidade de pesquisas quantitativas e órgãos fiscalizadores e de pesquisa que fomentam o desenvolvimento dessas políticas públicas. A grande conquista foi a articulação, ainda em desenvolvimento, de diversos órgãos de atendimento e prestação de serviços que integram uma vasta rede no combate e enfrentamento da violência contra a mulher, evidenciado assim muitas pesquisas e variados números e estatísticas.

A partir da visibilidade dessas estatísticas, criou-se a perplexidade sobre o tema e a urgência em entender por que depois de quase dez anos de LMP e trinta anos completos de delegacias especializadas, os números de violências contra as mulheres não param de crescer. Apesar disso, temos que reconhecer a importância da atuação do poder público, como na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, ligada diretamente à Presidência da República, e a criação da Casa da Mulher Brasileira. Principalmente a primeira, pois sua criação tem como tarefa primordial o fomento para a criação de políticas públicas a partir da centralização de informações e estatísticas, no intuito de “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, 2015).

Ao analisar os primeiros cinco anos de aplicação da LMP, partindo da pesquisa qualitativa dos inquéritos policiais, verifiquei que as violências ainda são pautadas em perfis e papéis sociais baseados em uma representação tradicional de gênero. Apesar das transformações nos campos sociais e culturais da sociedade brasileira, com crescimento econômico e avanços sociais em relação à escolarização e participação política, mais especificamente no campo das igualdades de gênero como o acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres e uma maior autonomia

e independência, elas continuam a serem agredidas de todas as formas pelas posições de inferioridade em relação aos homens.

Embora grande parte das vítimas se classifiquem como “do lar” nos procedimentos, não há menção nos interrogatórios de uma possível insatisfação masculina pelo fato da mulher trabalhar fora. Ou existe uma aceitação maior em relação à independência profissional feminina ou o silêncio é proposital, tendo em vista a aceitação do acesso feminino ao mercado de trabalho formal para a colaboração no orçamento familiar. Entretanto, ainda quando há referências a uma moral feminina, como por exemplo, maneiras de se comportar em público, elas ainda ocupam uma posição subalterna em relação aos homens, ampliada pelos valores e normas que constituem as relações na esfera conjugal.

Neste trabalho verifiquei as permanências nos modelos de denúncias realizadas pelas mulheres baseadas em elementos como o vício e o ciúmes, além do sentimento de posse por parte dos agressores quando há o rompimento da relação afetiva conjugal pelas vítimas. Nesse ponto é importante destacar o Decreto-Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, que trata dos homicídios praticados contra as mulheres, conhecido como a Lei do Feminicídio. Esse decreto altera o artigo 121 do Código Penal³⁰, qualificando o homicídio e tornando-o crime hediondo, quanto praticado “contra a mulher por razões da condição do sexo feminino” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 13.104, 2015). O decreto ainda assinala, em seu parágrafo segundo, quais as características que representam a condição do sexo feminino:

§2º A - Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Esta nova redação foi alvo de críticas e discussões jurídicas a partir de sua aprovação, tendo em vista que o artigo 121 previa o assassinato de mulheres como qualificadora no crime de homicídio por motivo torpe (inciso I do § 2º do art. 121) ou fútil (inciso II), ou mesmo por considerar que a vítima, enquanto mulher, não teria condições de defesa (inciso IV). Entretanto, conforme pudemos observar nos

³⁰ Artigo 121 do Código Penal Brasileiro: Matar alguém. Pena: de seis a vinte anos de reclusão.

trabalhos de Mariza Correa (1983) e Wania Pasinato (2004), ocorria justamente o contrário, já que o assassinato de mulheres era justificado pela própria condição diferenciada e inferiorizada da mulher, e ainda reiterado pelo parágrafo segundo do *caput*, sendo a pena diminuída por provocação da vítima ou mesmo por violenta emoção, como eram considerados os casos que envolviam infidelidade feminina ou posturas e comportamentos que não condiziam justamente com a condição feminina imposta pelos valores sociais e morais de uma sociedade patriarcal (CORREA, 1983). Esta alteração na legislação chegou em um momento propício para as discussões sobre a violência de gênero principalmente pela posição que o Brasil ocupa em relação à violência contra as mulheres na esfera afetiva e conjugal³¹.

O documento *Mapa da violência: homicídio de mulheres* é resultado de uma convergência de dados estatísticos realizadas por diversas instituições brasileiras como IBGE, Ministério da Saúde e SPM, em parceria com a ONU Mulheres, a fim de quantificar e analisar especificamente o feminicídio no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). De acordo com os dados, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial de mortes de mulheres, ultrapassado somente por El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa, em um grupo de 83 países (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 27). A taxa de mortalidade é de 4,8 mulheres assassinadas para cada 100.000 habitantes sendo que a média mundial é de 2,4 (MAPA, 2015).

Grande parte do assassinato de mulheres é noticiado pelos veículos midiáticos como crimes passionais, ou mesmo pelo fato dos autores não aceitarem o rompimento da relação, e nisso há uma relação direta com os resultados das investigações realizadas nos inquéritos policiais na DPCAMI de Itajaí.

Como vimos no segundo capítulo deste estudo, a grande maioria das violências sofridas são motivadas, segundo as próprias vítimas, como consequências dos ciúmes e do sentimento de posse por seus (ex) companheiros, abrindo espaço para a desconstrução dos autores, tornando-os também vítimas nos casos de violência contra as mulheres, naturalizando as desigualdades das relações de gênero e a subordinação das mulheres em relação aos homens nessas relações.

³¹ Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

A contribuição de maior relevância desta pesquisa, sobretudo, parte do terceiro capítulo, que trata da noção de uma masculinidade forjada pelos agressores em seus interrogatórios, e como esse constrói as vítimas e, conseqüentemente, enxerga-se nessas relações conjugais violentas. A partir da fala dos homens acusados, pudemos observar as permanências das desigualdades das relações entre os gêneros, principalmente no interior desses projetos conjugais. As falas dos agressores sugerem uma determinação biológica na condição de ser homem em relação aos lugares ocupados na conjugalidade.

Impressiona os números de homens que não admitem a violência no seio da relação afetiva e negam terem sido violentos com suas (ex) companheiras, exatamente 69% negaram qualquer ato de violência praticada. Mas o que significa esta negativa, além da tentativa de esquivar-se de um processo criminal? Significa que para estes agressores seus atos e condutas são legitimados e amparados pelo dever que eles têm de manter a “ordem” em suas relações afetivas, do poder que lhes cabe na condução do relacionamento e no cuidado de sua família. Este poder, segundo Jean-Jaques Courtine, “está fundado em um ideal de força física, firmeza moral e de potência sexual profundamente enraizado na cultura, na linguagem, nas imagens e nos comportamentos que inspiram e instruem” (apud MÜLLER, 2013, p. 301).

O uso da força física é colocado nessas falas como algo naturalizado e de uso legítimo, um recurso que está a sua disposição para que os papéis e a “ordem das coisas” não se invertam. A utilização da força física também é argumento para situar as vítimas no jogo conjugal, mas também para marcá-la e naturalizá-la enquanto mulher. Não obstante, seu uso foi validado como recurso de legítima defesa contra as vítimas tidas como “nervosas” e “descontroladas”. Entretanto, para aqueles que admitem as violências, seu uso também se faz necessário justamente para contrapor esta histerização de suas (ex) companheiras, enfatizando que o descontrole masculino faz parte do repertório de características de um determinado tipo de masculinidade. Nos relatos, foi possível desvelar a naturalidade do uso da violência física, bem como do pressuposto que a violência é, de certa maneira, proporcional ao corpo masculinizado.

Outra justificativa importante na naturalização da dominação masculina, que configura as posições de homens e mulheres na relação conjugal, é a questão dos deveres que elas têm em relação à manutenção do lar, mais precisamente na organização e limpeza da casa, bem como sua função de educar e cuidar dos filhos do casal.

Nesse último capítulo foi observado que os homens utilizam como justa a violência quanto há uma negligência nas tarefas domésticas por parte de suas companheiras e também no que diz respeito aos cuidados com os filhos, o que consideram tarefas exclusivas de mulher. Em relação aos filhos, fica ressaltada uma preocupação excessiva e, talvez, especial, quando a criança é do sexo feminino, o que conota a força dos significados de gênero quando se trata da educação moral das filhas em detrimento dos filhos. Mais uma vez, são reforçadas nos interrogatórios as assimetrias de gênero, tendo como parâmetro divisões nas funções entre homens e mulheres nas relações afetivas conjugais e que, discursivamente, são colocadas a partir de uma ordem natural nestas relações.

Por último, foi discutida a questão da dupla moral sexual de homens e mulheres, mais precisamente a questão da infidelidade feminina e como ela é colocada em discurso pelos agressores. Como em outras referências, a infidelidade feminina tem relação direta com a honra masculina e é entoada sempre por meio de desconfianças e boatos, nunca declarada ou assumida pelas (ex) companheiras. Para os agressores, a infidelidade de suas companheiras é relacionada diretamente com o complexo de honra e vergonha do homem, características fundamentais desta masculinidade na sociedade brasileira. Como destacado no primeiro capítulo, essas características fomentaram defesas nos casos de homicídios cobertos pela mídia no fim da década de 1970 sendo absolvidos seus autores em grande parte dos casos. Nos dias atuais, tais características ainda são utilizadas para os mais diversos tipos de violência como ressaltados nesta pesquisa culminando em legislações como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Notória nesta pesquisa em inquéritos policiais, é que nas falas dos homens agressores a questão das desigualdades de gênero ainda é relevante para a permanência da violência contra as mulheres. Muito se tem discutido sobre os motivos destas violências e o argumento para as suas continuidades, sobretudo na DPCAMI de Itajaí.

A compreensão, a partir das análises destas narrativas, é que a questão das desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres, na visão naturalizada destes dois sujeitos nas mais diversas relações, ainda é o grande motor que impulsiona estas violências. Apesar do destaque dado às mazelas, como alcoolismo, a dependência química e a falta de recursos financeiros e materiais, a percepção é que trata-se, em verdade, de assimetrias e papéis hierarquizados entre homens e mulheres que estimulam e, de certa forma, legitimam a violência masculina e

ainda desqualificam esta modalidade de denúncia no âmbito da segurança pública e na esfera do Judiciário. Entretanto, não podemos negar os avanços conquistados na área das políticas afirmativas e na segurança pública. Uma prova disso é o aumento cada vez maior do número de delegacias especializadas de proteção à mulher, além da ampliação das redes de atendimento e políticas, tanto para as vítimas quanto para os agressores, que auxiliam na divulgação e compreensão das relações de gênero para estes públicos.

Em Itajaí, além do atendimento psicológico às vítimas nos centros de referência de assistência social (CREAS), encontra-se funcionando do Poder Judiciário um grupo reflexivo para homens indiciados pela LMP. Pelo CREAS, em um projeto piloto, participei também de um grupo reflexivo para acusados de agressão no qual trabalhamos maciçamente com a construção das relações de gênero e masculinidades. Esses projetos revelam a importância de pensar mulheres e homens, e não somente as mulheres, quanto se trata de violência contra as mulheres, já que o gênero, vivido somente de maneira relacional, diz respeito tanto para elas quanto para os homens.

Por outro lado, estamos vivenciando um aumento das denúncias de violência e, consequentemente, um aumento no número de homicídios praticados contra as mulheres, claramente por questões de assimetrias e hierarquias de gênero. Apesar disso, estão sendo votados os planos de educação por todo o país, os quais estão excluindo as discussões referentes à temática nas educações básicas e médias nas escolas públicas. É um retrocesso, tendo em vista as estatísticas de assassinatos e os casos que envolvem violências de homens contra mulheres, bem como as manifestações de ódio e misoginia nas mais diversas redes sociais, criando um vácuo nos avanços conquistados desde a década de 1980. Paradoxalmente, o Brasil vem num movimento de avanços e retrocessos no que diz respeito à violência contra mulheres e, como demonstrou esta pesquisa, não podemos cessar a discussão já que as hierarquias de gênero permanecem de maneira concreta, gerando violências ainda no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

AQUINO, Silvia de. Violências de gênero e masculinidades: conquistas e desafios da Lei Maria da Penha. In: TORNQUIST, Carmen Suzana et al. (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. vol. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 359-376.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília: Imprensa, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BARRETO, Cristiane Manique; MORGA, Antonio Emilio. **Gênero, sociabilidade e afetividade**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2009.

BLAY, Eva A. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione L. da LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tana Regina de Oliveira (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leitura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 133-146.

BORDIUE, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

_____. O poder simbólico. 13. ed. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2010.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2007. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BRANDÃO, Elaine Reis. Subjetividade Feminina em contexto Conjugal Violento: In: XXI ANPOCS, Caxambu (MG), 1997. **Anais**. Disponível http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5299&Itemid=360. Acesso em 01/02/2013.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.340/06**. 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 1 out. 2010, às 20:30.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 - 1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo, UNESP, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo. Civilização Brasileira, 2003.

CALDERA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 - 1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas; Carloto, Cassia Maria. Violência doméstica, homesn e masculinidades. In: **Revista textos & contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 395 – 409, 2007.

CONNEL, Robert; MESSERSSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família:** representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

COSTA, Claudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in) determinações da identidade nas (entre) linhas do (com) texto. In: GROSSI, Mirian; PEDRO, Joana (Org.). **Masculino, feminino e plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 57-90.

_____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-69, 2002.

COUTO, Marcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013, p. 47 – 62.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio:** violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta. 2004. 221f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Violência conjugal: os ricos também batem. In: **Publicatio UEPG:** Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, 2008.

De TILIO, Rafael. **Inquéritos policiais e processos de crimes sexuais:** estratégia de gênero e representações da sexualidade. 2009. 246f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2009.

DEBERT, Guita Grin. As delegacias da mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORRÊA, Mariza (Org.). **Vida em família:** uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra" / Family Life: a comparative perspective on "crimes of honour". Campinas: Unicamp, 2007. p. 14-38.

_____. Conflitos éticos nas delegacias de defesa da mulher. In: DEBERT, G. G.; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana Gracia (Orgs.). **Gênero e distribuição da Justiça:** as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006, p. 12 -42.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Sheila Vilela Ribeiro. **Violência contra as mulheres na relação conjugal:** uma pesquisa na Delegacia Adjunta de Repressão a Crimes contra a mulher (DARCCM) Uberlândia (MG). 2007. 136f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma outra guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí - SC: Editora da Univali, 2004.

_____. **Moças e moços para um bom partido.** Itajaí, SC: Editora da Univali. 1999.

FIALHO, Fabricio Mendes. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. In: **Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.** 2006. Disponível em: <www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 13. ed. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

FREITAS, Lucia. Representações de papéis de gênero na violência conjugal em inquéritos policiais. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 1, 2011.

FUNCK, Suzana Bornéo. Discurso e violência de gênero, ou a “diferença” revisitada. In: TORNQUIST, Carmen Suzana et al. (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis. vol. 1. Editora Mulheres, 2009. p. 103-126.

GOFF, Jacques Le. **A História nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**. São Paulo: Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro: ANPOCS, 1993.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GROSSI, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência. In: GROSSI, Mirian; PEDRO, Joana (Orgs.). **Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-314.

HERMANN, Leda Maria. **Violência doméstica e os juizados especiais criminais**. Campinas, SP: Servanda, 2004.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do judiciário na solução de conflitos de gênero**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

KICH, Tassiara J. F. O poder judiciário e as fontes para a história da sociedade. In: X Encontro Estadual de História: o Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria - RS, 2010, s./p. **Anais...** Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LAGE, Lana. Delegacias especializadas de atendimento à mulher: obstáculos para a implantação de uma política pública de gênero na área da segurança pública. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-17.

LAGE, Lana; BARBOSA, Leonardo Mendes. A intervenção policial na violência de gênero no Estado do Rio de Janeiro: da criação das Delegacias Especializadas à Lei Maria da Penha. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-36.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 286-312.

LAGE, Lana; SOUZA, Suellen André de. Representações de gênero e atendimento policial a mulheres vítimas de violência. In: **Revista Interthesis**, Florianópolis, v. 6, p. 61-85, jun./dez. 2005.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leitura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 119-32.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimentos**. São Paulo: Francis, 2010.

_____. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 35-78.

_____. Onde não há igualdade. In: MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 158-184.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005.

MEDEIROS, Luciene. Deam: Uma invenção do Movimento de mulheres e feministas no contexto da redemocratização brasileira. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH - RIO, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: 2012.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revista: 1960 - 1990. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 335-358.

MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 10-22.

MULLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 299-334.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ORLANDI. Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. (Org.). **Gestos de leitura** - da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Editora Pontes, 2008.

PASINATO, Wania; SANTOS, Cecília Macdowell. **Mapeamento das delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas: PaguUnicamp, 2008.

Disponível em:

<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/MAPEO_Brasil%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas:** uma questão de classe. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

_____. O feminismo que veio da França. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Orgs.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 49-68.

_____. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em 3 mar. 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PORTO, Rozeli Maria. **Gravidez e relações violentas:** representações da violência doméstica no município de Lages-SC. 2002. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, Mirian; PEDRO, Joana (Orgs.). **Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. P. 21 – 42.

_____. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 15-30.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Os brutos também choram: dores e refletores. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leitura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 319-328.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. Fonte judicial na pesquisa histórica: o crime de sedução. In: **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 3, p. 57-61, abr. 1997. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino>. Acesso em: 7 ago. 2013.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 49-74.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luiz A. F. de. Notas sobre o uso de documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/15/showToc>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

SAFFIOTH, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-135, 2001.

SANTA CATARINA. Delegacia Geral da Polícia Civil de Santa Catarina. **28 delegacias especializadas para mulheres no estado oferecem atendimento voltado para este público.** 07/03/2014.

Disponível em:

<http://www.policiacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6853:28-delegacias-especializadas-para-mulheres-no-estado-oferecem-atendimento-voltado-para-este-publico&catid=46:regiao-1&Itemid=107>. Acesso em: 10 set. 2015.

SCHAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA; Ana Flávia P. L.; FALCÃO; Maria Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner Dos Santos. **Violência dói e não é direito:** a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCOTT, Joan. Experiência. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). **Falas de gênero:** teorias, análises, leitura. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-56.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 15, p. 5-22, 1990.

SIQUEIRA, Maria J. Toneli. A constituição da identidade masculina: homens das classes populares em Florianópolis. In: GROSSI, Mirian; PEDRO, Joana (Org.). **Masculino, feminino e plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 209-228.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. In: **Revista Ártemis**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v. 8, jun. 2008.

SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro da. **A violência conjugal contra mulheres da classe média do município de São Paulo.** 2007. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1984.

_____. Mulheres pobres e violência o Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 362-400.

TONELI, Maria Juracy; BECKER, Simone. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da Lei Maria da Penha. In: TORNQUIST, Carmen Susana. **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. vol. II. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais. In: SCHPUN, Mônica Raísa. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 107-128.

VANINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e Crime: Imigrantes e Descendentes na RCI Região Colonial Italiana Do Rio Grande do Sul (1938/1958)** Porto Alegre, 2008. (Tese de Doutorado)

VELHO, Gilberto. **Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2002.

ZIMMERMANN, Tânia. Violência e gênero em notícias no oeste paranaense (1960-1990). 2010. 178f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FONTES DO ACERVO DPCAMI ITAJAÍ

2006

- IP 085 - Livro 002, fls. 54
- IP 089 - Livro 002, fls. 54
- IP 093 - Livro 002, fls. 55
- IP 094 - Livro 002, fls. 55
- IP 107 - Livro 002, fls. 57
- IP 114 - Livro 002, fls. 57
- IP 116 - Livro 002, fls. 57

IP 120 - Livro 002, fls. 57
IP 124 - Livro 002, fls. 58
IP 133 - Livro 002, fls. 59

2007

IP 001 - Livro 002, fls. 63
IP 007 - Livro 002, fls. 63
IP 009 - Livro 002, fls. 63
IP 017 - Livro 002, fls. 64
IP 032 - Livro 002, fls. 66
IP 052 - Livro 002, fls. 68
IP 057 - Livro 002, fls. 68
IP 063 - Livro 002, fls. 69
IP 064 - Livro 002, fls. 69
IP 072 - Livro 002, fls. 70
IP 086 - Livro 002, fls. 71
IP 090 - Livro 002, fls. 71
IP 092 - Livro 002, fls. 72
IP 100 - Livro 002, fls. 72
IP 101 - Livro 002, fls. 73
IP 105 - Livro 002, fls. 73
IP 108 - Livro 002, fls. 73
IP 170 - Livro 002, fls. 79
IP 173 - Livro 002, fls. 80
IP 176 - Livro 002, fls. 80
IP 180 - Livro 002, fls. 80
IP 184 - Livro 002, fls. 81
IP 189 - Livro 002, fls. 81
IP 194 - Livro 002, fls. 82
IP 195 - Livro 002, fls. 82
IP 196 - Livro 002, fls. 82
IP 199 - Livro 002, fls. 82
IP 233 - Livro 002, fls. 86
IP 239 - Livro 002, fls. 86
IP 240 - Livro 002, fls. 86
IP 250 - Livro 002, fls. 87
IP 267 - Livro 002, fls. 89
IP 268 - Livro 002, fls. 89
IP 269 - Livro 002, fls. 89
IP 270 - Livro 002, fls. 89

IP 278 - Livro 002, fls. 90
IP 282 - Livro 002, fls. 91
IP 286 - Livro 002, fls. 91
IP 319 - Livro 002, fls. 94
IP 340 - Livro 002, fls. 96
IP 354 - Livro 002, fls. 98
IP 355 - Livro 002, fls. 98
IP 357 - Livro 002, fls. 98
IP 362 - Livro 002, fls. 99
IP 371 - Livro 002, fls. 100
IP 376 - Livro 002, fls. 100
IP 383 - Livro 002, fls. 101
IP 384 - Livro 002, fls. 101
IP 401 - Livro 002, fls. 103
IP 409 - Livro 002, fls. 103
IP 415 - Livro 002, fls. 104
IP 416 - Livro 002, fls. 104
IP 427 - Livro 002, fls. 105

2008

IP 163 - Livro 002, fls. 131
IP 170 - Livro 002, fls. 131
IP 182 - Livro 002, fls. 133
IP 183 - Livro 002, fls. 133
IP 186 - Livro 002, fls. 133
IP 189 - Livro 002, fls. 133
IP 192 - Livro 002, fls. 134
IP 193 - Livro 002, fls. 134
IP 206 - Livro 002, fls. 135
IP 207 - Livro 002, fls. 135
IP 214 - Livro 002, fls. 136
IP 222 - Livro 002, fls. 137
IP 225 - Livro 002, fls. 137
IP 236 - Livro 002, fls. 138
IP 237 - Livro 002, fls. 138
IP 239 - Livro 002, fls. 138
IP 244 - Livro 002, fls. 139
IP 245 - Livro 002, fls. 139
IP 249 - Livro 002, fls. 139
IP 309 - Livro 002, fls. 145

IP 313 - Livro 002, fls. 146
IP 314 - Livro 002, fls. 146
IP 319 - Livro 002, fls. 146
IP 325 - Livro 002, fls. 147
IP 326 - Livro 002, fls. 147
IP 327 - Livro 002, fls. 147
IP 354 - Livro 002, fls. 150
IP 379 - Livro 002, fls. 152
IP 381 - Livro 002, fls. 153
IP 383 - Livro 002, fls. 153

2009

IP 007 - Livro 002, fls. 158
IP 013 - Livro 002, fls. 159
IP 017 - Livro 002, fls. 159
IP 018 - Livro 002, fls. 159
IP 024 - Livro 002, fls. 160
IP 027 - Livro 002, fls. 160
IP 030 - Livro 002, fls. 160
IP 031 - Livro 002, fls. 161
IP 038 - Livro 002, fls. 161
IP 044 - Livro 002, fls. 162
IP 052 - Livro 002, fls. 163
IP 054 - Livro 002, fls. 163
IP 055 - Livro 002, fls. 163
IP 071 - Livro 002, fls. 165
IP 074 - Livro 002, fls. 165
IP 084 - Livro 002, fls. 166
IP 108 - Livro 002, fls. 168
IP 109 - Livro 002, fls. 168
IP 113 - Livro 002, fls. 169
IP 167 - Livro 002, fls. 174
IP 176 - Livro 002, fls. 175
IP 179 - Livro 002, fls. 175
IP 180 - Livro 002, fls. 175
IP 251 - Livro 002, fls. 183
IP 252 - Livro 002, fls. 183
IP 265 - Livro 002, fls. 184

2010

IP 002 - Livro 002, fls. 195
IP 016 - Livro 002, fls. 196
IP 024 - Livro 002, fls. 197
IP 026 - Livro 002, fls. 197
IP 028 - Livro 002, fls. 197
IP 040 - Livro 002, fls. 198
IP 043 - Livro 002, fls. 199
IP 073 - Livro 003, fls. 003
IP 107 - Livro 003, fls. 006
IP 110 - Livro 003, fls. 006
IP 111 - Livro 003, fls. 007
IP 132 - Livro 003, fls. 009
IP 137 - Livro 003, fls. 009
IP 213 - Livro 003, fls. 016
IP 220 - Livro 003, fls. 017
IP 252 - Livro 003, fls. 020
IP 253 - Livro 003, fls. 020
IP 276 - Livro 003, fls. 023
IP 277 - Livro 003, fls. 023
IP 281 - Livro 003, fls. 024
IP 283 - Livro 003, fls. 024
IP 292 - Livro 003, fls. 025
IP 298 - Livro 003, fls. 025
IP 301 - Livro 003, fls. 025
IP 304 - Livro 003, fls. 025
IP 308 - Livro 003, fls. 026
IP 345 - Livro 003, fls. 029
IP 362 - Livro 003, fls. 031

APÊNDICES

APÊNDICE A - TOTAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS NA DPCAMI (2006-2010)

Tabela 1- Total de Inquéritos Policiais instaurados na DPCAMI (2006-2010)

ANO/CRIME	Violência física	Ameaça	Crimes sexuais	Maus tratos	Violência Outros	Tentativa de homicídio	Homicídio
2006	62	8	7	6		1	1
2007	283	92	49	22	17	2	0
2008	177	125	53	11	15	3	3
2009	137	122	68	8	11	3	1
2010	99	135	52	10	7	6	1
TOTAL	758	482	229	57	50	15	6

Fonte: Livro de Registros de Inquéritos. Volume 1, 2 e 3. DPCAMI Itajaí.

APÊNDICE B - NÚMEROS ABSOLUTOS: MOTIVOS APRESENTADOS PELAS VÍTIMAS PARA AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS

Tabela 2 - Números absolutos: motivos apresentados pelas vítimas para as violências sofridas

Motivos/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Posse	5	18	12	12	9	56
Vício	1	16	10	7	8	42
Ciúmes	1	7	0	2	5	15
Motivos financeiros	0	5	1	4	2	12
Guarda/Pensão	3	4	0	0	2	9
Sem motivos	0	2	3	1	1	7
Conflitos familiares	0	1	4	0	1	6
Total	10	53	30	26	28	147

Fonte: Acervo DPCAMI Itajaí. Inquéritos 2006 a 2010.

APÊNDICE C - OCUPAÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Tabela 3 - Ocupação das mulheres em situação de violência

OCUPAÇÃO	TOTAL	%
Do lar	43	
Costureira	13	
Doméstica	9	
Serviços gerais	13	
Auxiliar de produção	7	
Vendedora	3	
Operadora de caixa	3	
Manipuladora de Pescados	2	
Camareira	3	
Cabelereira	4	
Cozinheira	5	
Secretária	3	
Comerciante	3	
Revisora	1	
Recepcionista	2	
Auxiliar de sala	2	
Tosadora de animais	2	
Corretora	1	
Auxiliar adm	2	
Ambulante	2	
Manicure	2	
Atendente de Idosos	1	
Vigilante	1	
Balconista	2	
Escrituraria	1	
Gerente	1	
Técnicas - área da saúde	3	
Estudante	2	
Professora	2	
Nutricionista	1	
Psicóloga	1	
Assistente Social	1	
Locutora	1	
Não informado	3	
Desempregada	2	

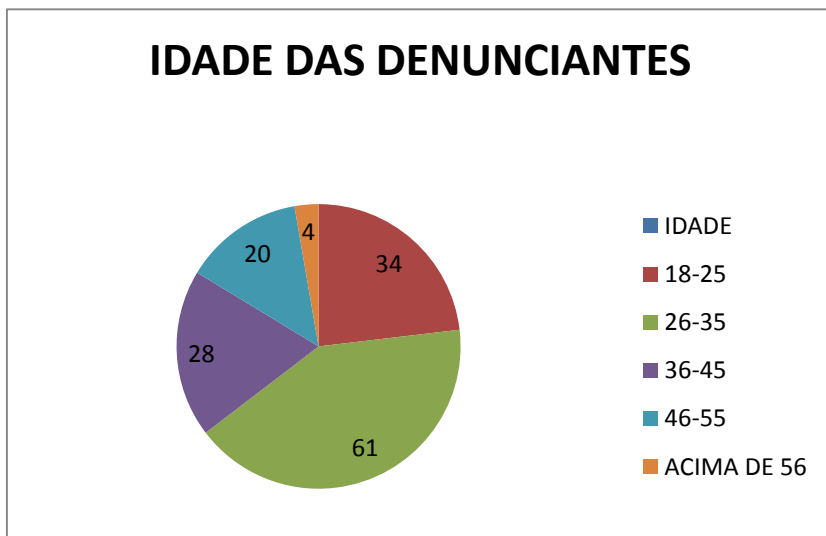
APÊNDICE D - ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Tabela 4 - Escolarização das mulheres em situação de violência

Escolarização	Total
Ensino Fundamental Incompleto	27
Ensino Fundamental	18
Ensino Médio Incompleto	02
Ensino Médio	12
Ensino Superior Incompleto	02
Ensino Superior	04
Não informado	10
Não alfabetizada	02

APÊNDICE E - IDADE DAS ANUNCIANTES


Gráfico 1 - Idade das anunciantes



Fonte: DPCAMI (2006 - 2010).

ANEXOS

ANEXO A - LAUDO PERICIAL DE LESÃO CORPORAL

<p align="center">Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão Serviço Médico Legal de Itajaí</p>	
<p align="center">LAUDO PERICIAL DE LESÃO CORPORAL N.</p>	
<p>Autoridade Requisitante: Delegado da</p>	
<p>Natureza da Perícia..... Exame Pericial de Lesão Corporal</p>	
<p>Aos _____ dias do mês de Fevereiro do ano de DOIS MILE E NOVE (2009), nesta cidade de Itajaí, foram designados, conforme escala de plantão, os peritos médicos legistas abaixo-assinados para procederem exame de corpo delito na pessoa de _____ atendendo a requisição do Delegado da _____ através da Guia n. _____ datada de _____, para ao final responderem aos QUESITOS FORMULADOS adiante transcritos:</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Houve ofensa à integridade corporal do paciente? 2. Qual o Instrumento que a produziu? 3. Foi produzido por meio de fogo, veneno, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel? 4. Resultou em incapacidade para as ocupações habituais por mais de (30) dias? 5. Houve perigo de vida? 6. Resultou em debilidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido, ação ou função? 7. Resultou em incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável ou deformidade permanente? 	
<p>RELATA AGRESSÃO FISICA EM 16/02/09.</p>	
<p>AO EXAME, SEM SINAIS EXTERNOS VISÍVEIS DE LESÕES</p>	
<p>RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. PREJUDICADO 2. PREJUDICADO 3. PREJUDICADO 4. NÃO 5. NÃO 6. NÃO 7. NÃO 	
<p>Nada mais havendo a lavrar, foi encerrado o presente Laudo, na data supra citada, nesta cidade de Itajaí, conforme vai assinado na forma de Lei.</p>	
<p>PERITOS:</p>	
 <p>Dr. Joachim Beck MÉDICO LEGISTA - RELATOR CRM-SC 1568 - Matr. 257081-0</p>	<p align="center">SERVIÇO MÉDICO LEGAL DE ITAJAÍ</p>

ANEXO B - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DA MULHER DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE ITAJAÍ

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

Aos _____ do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, nesta Delegacia de Polícia de Itajaí, Estado de Santa Catarina, onde achava-se presente a Delegada de Polícia Dra. Honorata Cachoeira Rodrigues, comigo, Escrivã de seu cargo, ao final assinado, aí também presente,

Já qualificada nos autos, e declarou que na forma da lei, vinha fazer a presente Representação Criminal contra a pessoa de

_____, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua _____, nesta cidade, pela prática do crime de Ameaça contra sua pessoa, conforme seu termo de declaração em anexo. Recebendo a presente, mandou a autoridade fosse lavrada este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, escrivã que o digitei.

Autoridade: _____

Representante: _____

Escrivã: _____

ANEXO C - PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Aos 2 de abril de 2016, nesta Delegacia de Polícia da Criança, do Adolescente e da Mulher e do Idoso da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, onde se achava presente a Delegada de Polícia, comigo, Escrivã de seu cargo, ao final assinado, aí determinou a Autoridade Policial, de conformidade com o previsto na Lei Federal nº 11340/06, fosse lavrado o presente

PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Requeridas por XXXXXXXXXXXX, neste ato em desfavor do suposto XXXXXXXXXXXX, **que reside na Rua: XXXXXXXXXXXX, nesta cidade**, em razão do cometimento de suposto *delito contra sua integridade física e contra sua honra*, a ser mais bem apurado pela Polícia Judiciária, conforme boletim de ocorrência e documentos anexos.

SIM () NÃO (x) RETIRADA DE SEUS PERTENCES DA RESIDÊNCIA DO CASAL;

SIM (x) NÃO () AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA;

SIM (x) NÃO () PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA E DE SEUS FAMILIARES;

SIM (x) NÃO () RESTRIÇÃO OU SUSPENSÃO DE VISITAS AOS DEPENDENTES MENORES;

SIM () NÃO (x) PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS OU PROVISÓRIOS;

SIM (x) NÃO () CONTATO COM A OFENDIDA E SUA FAMÍLIA POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO;

SIM () NÃO (x) OUTRAS (quais?):

Cientificada dos direitos acima referidos e demais previstos na Lei nº 11340/06, constamos, que o único serviço disponível na Delegacia de Polícia Civil de Itajaí é a expedição de requisição para realização do exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal da Comarca de Itajaí (art. 11, V, da referida Lei).

Nada mais havendo, a Autoridade Policial mandou encerrar o termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Escrivã(o) de Polícia, o digitei.

Delegado de Polícia

Ofendida

Escrivão de Polícia